

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Na Escola de Horticultura Wenceslão Belo, mantida na Penha (D. F.) pela Sociedade Nacional de Agricultura: grupo de alunos internos, com o seu instrumental agrícola, em trabalho de campo.

RIO DE JANEIRO — BRASIL
JULHO - AGÔSTO, 1950

ANO LIV

TRATORES DE RODAS

OLIVER

66-77-88



1.019

**3 novos leaders
na mecanização agrícola**

Um tamanho de trator, que corresponde perfeitamente às necessidades de sua propriedade, será encontrado entre os 3 novos membros da frota de tratores "OLIVER". Apesar das diferenças em potência, foi mantida uma perfeita identidade entre os 3 modelos, de forma a serem intercambiáveis o maior número possível de peças e equipamentos.

Os 3 modelos podem ser fornecidos nos tipos: "Row-Crop" com rodas dianteiras conjugadas; "High-Clearance", com eixo dianteiro de bitola ajustável; e no convencional tipo "Standard".

MESBLA
Departamento Agrícola

RIO DE JANEIRO R. Evaristo da Veiga, 67	PORTO ALEGRE R. Cel. Vicente, 55 - M. Petrópolis
NITERÓI R. Visconde Rio Branco, 521	PELOTAS Cela. Pedro Osório, 143
SÃO PAULO Av. do Estado, 7495	RECIFE Rua da Palma, 51
BELO HORIZONTE Rua Curitiba, 44B	VITÓRIA Av. Vitória, 715



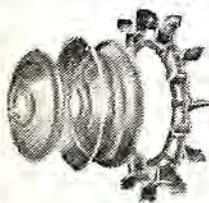
Tomada de força de acionamento direto

A tomada de força é diretamente acionada pelo motor, sendo equipada com embreagem independente e alavanca de comando, não estando, portanto, a rotação da tomada de força sujeita a alterações devido aos acidentes do terreno e à velocidade do trator.



Seis velocidades avante

Fator da economia de combustível, os tratores "Oliver" com duas velocidades a ré e seis avante apresentam condições para qualquer espécie de serviço, sem que seja necessário, portanto, usar uma velocidade alta com o carburador fechado, ou vice-versa.



Rodas trazeiras intercambiáveis

Pneumáticos ou uma grande variedade de tipos de rodas de aço, satisfazem a todas as necessidades de tração e peso nas rodas. Rodas especiais para campos de arroz, para cultivo entre linhas também são disponíveis e intercambiáveis entre os 3 tratores, o que simplifica grandemente as linhas de fabricação e os estoques dos fornecedores.



LOTE DE NOVILHOS ZEBÚS — Minas Gerais

Julho Agosto 1950

S U M Á R I O :

Custo da vida — Prof. Arthur Torres Filho	3
O Café — Parecer da Sociedade Nacional de Agricultura	6
Gado leiteiro britânico da raça Guernsey — Major D. Mac. L. Macmillan	9
Uma valiosa doação à Biblioteca da S.N.A.	11
Formação econômica do Brasil — Prof. Arthur Torres Filho	17
Ainda a escola de Nimes — Fabio Luz Filho	23
II Conferência Nacional Algodoeira	25
A III Semana do Hortelão na E.H.W.B. — Prof. Geraldo Goulart da Silveira	28
Cooperativa Agrícola de Cotia	31
Deputado Lauro Montenegro — Dr. João Mauricio de Medeiros (discurso)	34
O Instituto do Açúcar e do Alcool e a assistência ao trabalhador rural	36
Questões agrícolas (carta) — Jorge Polysú	38
O reflorestamento no Estado de Minas Gerais — Geraldo Goulart da Silveira	40
Reforma agrária — Cunha Bayma	43
Mais uma grande cooperativa de colonização italiana no Brasil	44
A Sociedade Nacional de Agricultura e o ensino agrícola — Geraldo Goulart da Silveira	46
A luta contra o aborto bovino — Jorge Vaitsman	50
I Conferência Nacional de Febre Aftosa	51
Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello	52

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	— DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	— DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	— DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS
Presidente	— ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	— EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	— ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— ADAMAŞTOR LIMA
3.º Secretário	— EURICO SANTOS
4.º Secretário	— CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	— KURT REPSOLD
2.º Secretário	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	— JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	— JOÃO TAJDER
ANTONIO BARRETO	— JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	— JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	— JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	— LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	— MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
CARLOS DE SOUZA DUARTE	— MANOEL NETTO CAMPELLO JUNIOR
DIOGENES CALDAS	— MARIO VILHENA
EUVALDO LODI	— ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	— OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	— PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	— PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	— PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	— ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	— RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	— SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELO LISBÔA	— SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	— WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÂTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Antonio de Arruda Camara.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV

JULHO-AGOSTO 1950

CUSTO DA VIDA

Aqueles que acompanham a história econômica do mundo, sabem que a Grande Guerra não é a única responsável pela alta excessiva de todas as utilidades indispensáveis ao homem; trata-se, quando muito, de uma crise que se agravou, cujas origens são antigas, objeto como tem sido o assunto, de longa data, das cogitações dos economistas.

A elevação dos preços manifestou-se mais profundamente na segunda metade do século XIX. No fim desse século e no começo do XX, assume, o movimento de alta, sintomas impressionantes, principalmente entre 1895-1905, e mais tarde a partir de 1908.

Na Europa, muito antes da 1.^a Grande Guerra, tentativas haviam sido feitas pelas municipalidades para fundar leiteirias, açougues, etc., travando-se luta contra o aumento cada vez maior dos preços. É assim que surgiram as sociedades cooperativas, as ligas de consumidores, as "regies", as cosinhas populares, etc.

Podem ser agrupadas em tres ordens, as causas principais da alta dos preços: econômicas, demográficas e políticas.

Dentre as econômicas, uma das principais, será o desenvolvimento peculiar às sociedades modernas, principalmente ao regime industrial, nuns países mais do que em outros, determinando o êxodo rural, por conseguinte a deserção do trabalho da terra. A constituição capitalística da Sociedade hodierna tem tido repercussão nos preços; assim, por exemplo, os "trusts" e os "cartels". Não menos importantes têm sido os conflitos perguntados lavado entre operários e patrões.

Uma outra causa, à qual os economistas atribuem importância notável, vem a ser a abundância do ouro, nestes últimos cinqüenta anos. Isso quer dizer que, onde ha muito ouro, os preços se elevam. Acontece que o poder aquisitivo da moeda diminui, devido à sua multiplicação; o interes-

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
— Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

se e as rendas baixam de valor. Tudo torna-se ou parece tornar-se mais caro. Nesse caso, a situação se mostra torturante para os que possuem rendas fixas, capitalistas ou funcionários, operários e empregados, cujos salários e rendas só aumentam lentamente.

Não viria a pêlo discutir o assunto por esse aspéto; os economistas muito se têm preocupado com a depreciação resultante da superabundância do ouro no mundo.

Países há onde se tem verificado plethora de habitantes nas cidades; outros, em que o coeficiente de natalidade, sendo elevado, tem aumentado sensivelmente a população; concorrendo essas causas para a alta de preço das mercadorias.

É bem verdade, se a lei de Malthus não teve confirmação até hoje, com o rigor previsto pelo seu creador, não é menos certo que, em condições particulares, pode o aumento de população determinar a carestia da vida.

Politicamente, acontecimentos vários, num dado país, influem sobre os preços gastos imoderados da administração, com o lançamento constante de novos impostos ou agravação dos antigos; deslocamento da população para obras improdutivas; desvalorização da moeda circulante, etc..

Nos nossos dias, a Grande Guerra constitue uma exemplificação dolorosa; concluindo a paz, conturbado permanece o mundo, ainda se fazendo sentir seus dolorosos efeitos.

Não foram apenas as fontes de produção que ficaram perturbadas com a Grande Guerra; principalmente a circulação se alterou e, em vista da interdependência dos fenômenos econômicos nos nossos dias, esse estado de coisas tem occasio-

nado desfragada especulação mercantil em diferentes países.

Outro aspeto do momento, que está preocupando os financistas de todo mundo, é a "crise monetária" e, conseqüentemente, a "questão cambial", cujas oscilações não se acham suficientemente documentadas.

É atribuída, pelo menos essa é a opinião da maioria, à larga emissão de papel-moeda, recurso de que se serviram vários países para suprir o meio circulante, com o desaparecimento dos metais, em particular ouro e prata.

Pode-se dizer, no entanto que quasi todas as nações se socorreram desse expediente; possivelmente, umas mais do que outras, refletindo-se na situação cambial. Preciso se torna ter em vista a situação interna de cada país, mormente a aplicação dada às emissões de papel moeda. Assim, por exemplo, o desequilíbrio da balança comercial, pode, para um dado país, ter efeito acentuadamente nocivos sobre o câmbio; como também as despesas imoderadas, desequilibrando os orçamentos, com a inversão de capitais em obras nem sempre reprodutivas, ou quando o sejam, selo-á muito tardiamente, devendo preferir-se melhor oportunidade para semelhantes gastos.

A intolerância do regime fiscal é um outro ponto a se salientar. Sabe-se que, depois da Grande Guerra, houve uma agravção geral de impostos em todo mundo, cuja incidência nem sempre se fez com ponderação.

O imposto indireto ainda é o mais geralmente preferido; embora preconizado o imposto sobre lucros comerciais e rendas pessoais, alegando-se atingir a todos, não tem ele correspondido à expectativa, pelo menos em alguns países.

Em síntese, são essas as causas das dificuldades e misérias que afligem a humanidade. Não poderíamos indicar aqui, todas as medidas aconselháveis para debelar o mal que, no Brasil, também se tem feito sentir, apesar dos seus abundantes recursos de produção.

No dizer de Georges Renard, "o mal sendo quasi universal, os remédios precisam ser internacionais". Isso não importa descuidar-se cada país da sua situação interna, aumentando a produção e procurando regularizar o consumo. A boa ordem nas finanças públicas é uma das medidas mais aconselháveis, como a diminuição dos impostos refletindo-se sobre o con-

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA
CAMARA
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART
DA SILVEIRA
Consultor-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO

Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

sumidor. Segundo o Deputado Barthe, na Inglaterra, tem-se 67% de impostos diretos e 33% sobre o consumo; na França, 37% de impostos diretos e 63% sobre o consumo.

O ambicionado estado de equilíbrio para ser alcançado está a exigir trabalho perseverante, espírito de continuidade e paz durável.

Como se formam os preços? Sob que influência se elevam? São perguntas da maior importância, que os economistas até hoje se têm esforçado por responder, tal o papel que desempenha o preço na vida diária.

Diz-se em economia, que o preço é o valor da permuta de duas mercadorias, uma das quais é a moeda ou, em outros termos, é a relação entre certas quantidades de moeda e a quantidade da mercadoria considerada suscetível de ser obtida em permuta.

Até Stuart Mill, a resposta clássica no caso, era de que o preço de cada mercadoria varia na razão direta da procura e inversa da oferta, sendo regulado por conseguinte pela relação entre a oferta e a procura.

Nos nossos dias, essa fórmula já não pôde ser aceita; as formações dos preços são de tal ordem, que não nos é dado prever, praticamente as suas formas e consequências.

Na opinião de J. Moret "o equilíbrio do preço não é senão uma das faces do equilíbrio geral; o preço, a oferta e a procura dum mercadoria não se acham apenas ligados estreitamente, mas dependem de todos os fatores do equilíbrio do mercado". Ainda na opinião desse economista "a inflação da circulação difuciária representa antes a consequência do que a causa da alta dos preços, acarretando essa alta uma modificação na repartição das mercadorias em detrimento da coletividade.

Ultimamente, notáveis economistas, dentre eles Bouniatian, Aftalion e outros, devido à formidável destruição de riquezas em consequência da guerra, têm procurado explicar a formação dos preços e sua influência na distribuição das riquezas.

É crença geral que tōda a economia política hoje, mais do que nunca, deve constituir objeto de sérias preocupações; novos fenômenos se tendo apresentado e outros se declarado em formas novas, ignorando-se como se estabilizará, no futuro, a vida das nações, mais do que nunca segregadas, cada qual procurando tomar medidas de defesa própria na ordem econômica — quando tudo nos diz, que os fenômenos econômicos se internacionalizam por uma interdependência dia a dia mais acentuada.

Certamente, a *questão dos mercados* é daquelas dignas do melhor exame por parte de todos os países, dependendo do seu conhecimento, no interior e exterior, saber-se os diferentes grãos de venda dos produtos, isolada e coletivamente.

Produzir ou dispôr de elementos capazes de permitir a produção, não é suficiente; esforços precisam ser compugidos para *reproduzir e vender* em boas condições, conseguindo preços médios para a produção.

Hoje, para combater-se as crises agrícolas, não podem as medidas revestir-se de carater particularista; porquanto, complexas como são essas crises, exigem no geral um conjunto de providências, muitas delas se prendendo a questões de economia rural. Devido a isso, o exame do mecanismo dos mercados, não é bastante;

tornam-se precisas investigações de outra natureza: — agrônômicas, biológicas, físicas, estatísticas e econômicas, das quais só homens experimentados se poderão ocupar, exigindo um conhecimento muito exato dos métodos agrícolas de cada país.

No caso, por exemplo, de procurar-se saber o que convem produzir, impõe-se o estudo das variedades de plantas; das qualidades e quantidades de produtos solicitados pelos mercados; da história e geografia da produção e sua distribuição, interpretando-se as tendências da produção agrícola com as oscilações de preços; da taxaço incidindo sōbre a produção e distribuição dos produtos agrícolas; enfim, o conhecimento de uma série de informações bem apuradas, podendo alicerçar-se a produção em bases seguras e racionais.

Nos dias que correm a produção é considerada um dever, como também será o de permitir fazer com que os produtos cheguem ao consumidor pelo menor preço possível; a colheita, conservação e distribuição dos produtos agrícolas, obedecem, na atualidade, a conhecimentos técnicos e econômicos tão aperfeiçoados, como os da própria produção.

Os estudos das condições de mercados; as investigações que facilitem uma produção abundante e a preços módicos; no momento por que atravessa a humanidade, tudo aconselha dever constituir um programa social e econômico da mais alta significação para a vida dos povos.

FÁBRICA BANGÚ
TECIDOS PERFEITOS

Preferidos
no
Brasil



Grande
sucesso
em
Buenos Aires

EXIJA NA OURELA
BANGÚ-INDÚSTRIA BRASILEIRA

O CAFÉ - Parecer da Sociedade Nacional de Agricultura

A Sociedade Nacional de Agricultura recebeu do Sr. Munhoz da Rocha, 1.º Secretário da Câmara dos Deputados, o ofício que se segue:

“Senhor Presidente:

A fim de atender a requerimento do Senhor Deputado Daniel de Carvalho, Presidente da Comissão de Inquérito sobre o Preço do Café, desta Câmara, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência a instalação daquela Comissão, verificada no dia 29 de maio p. p..

Outrossim, em atenção, ainda, ao dito requerimento, solicito a Vossa Excelência se digne de providenciar no sentido de que essa Sociedade se pronuncie sobre a anormalidade no mercado do café e efetue a remessa de cálculos sobre o custo da produção da aludida mercadoria, além de outros informes que julgue convenientes para que a referida Comissão possa estudar, sob todos os aspectos, o problema caféeiros do país.

Aproveito a oportunidade...”

Desejando corresponder á honrosa solicitação, designou a Sociedade uma comissão, cujo parecer foi presente áquele órgão da Câmara, e composta pelos Engenheiros Agrônomos Julio Cesar Covelo, Kurt Repsold, Antonio de Arruda Câmara e Joaquim Côrtes Villela

O parecer da Comissão, que representa o ponto de vista da Sociedade Nacional de Agricultura sobre a importante materia, está assim redigido:

Solicita o 1.º Secretário da Câmara dos Deputados, para atender requerimento do Presidente da COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE O PREÇO DO CAFÉ, providências no sentido da Sociedade Nacional de Agricultura:

a) — enviar seu pronunciamento sobre a anormalidade do mercado do café;

b) — remeter cálculos sobre o custo da produção do café;

c) — e, finalmente, prestar outros informes que julgue convenientes ao estudo, sob todos os aspectos, do problema caféeiro do país.

A Sociedade Nacional de Agricultura designou para o estudo da matéria comissão técnica constituída membros de sua Diretoria e Conselho Superior que, após exame cuidadoso do problema, acordou opinar sejam prestados, em caráter sucinto, os seguintes esclarecimentos:

1 — O café, em todos os tempos, sofreu as contingências das altas e baixas de Bolsa resultantes, muitas vezes, do maior ou menos interesse do comprador. No caso recente do chamado *Relatório Gillete* cujas conclusões teriam influido na baixa do preço do produto ter-se-á de levar em conta o alto preço relativo atingido pelo café no mercado americano, provocando, com grave prejuizo para os produtores, natural retração do consumo e conseqüentemente, maior duração dos estoques normais das praças consumidoras. A oscilação repentina de preços, provocada, às vezes, como simples operação de rotina comercial, é fruto de não dispormos, presentemente, de meios capazes de evita-la, deforma ruinosa. Daí a necessidade de ser o mercado de café, tanto quanto possível, posto ao abrigo das desordens resultantes de anormalidades provocadas pelo interesse comercial. Tudo indica a conveniência de retomarmos uma política orientada no sentido de serem reguladas as saídas do produto tanto para os mercados de exportação como para os nacionais de consumo, mal providos, frequentemente, em quantidade e qualidades compatíveis com as necessidades e preferências das regiões consumidoras. Seria aconselhável o estudo de um plano que atuasse em função das safras apuradas, em cada Estado produtor, dois ou mais anos agrícolas. Paralelamente a essa medida reguladora impõe-se o máximo esforço no sentido de ser observado, nas transações comerciais, critério capaz de estimular, nos centros produtores, o interesse pela produção dos melhores tipos, o que vale dizer, pela racionalização e melhoria da cafeicultura no Brasil.

2 — O custo da produção, variável de região para região, de localidade para localidade e, até, de ano para ano em um mesmo estabelecimento produtor, não pode, a rigor, ser expresso com a necessária segurança. A deficiência da prática gene-

realizada de contabilidade padronizada no meio rural e a variação dos elementos computados ou não, dificulta, consideravelmente, a apresentação de cálculos que exprimam o custo medio das diferentes operações.

Inquéritos realizados com a colaboração de técnicos, lavradores e associações rurais, nos centros produtores paulistas e mineiros, mostram variar, dentro de limites muito afastados, o custo de produção de um saco de 60 quilos de café beneficiado. Em julho de 1949 regulava nas zonas caféieras do Estado de S. Paulo (x) :

Zona	Custo de produção (1/3 da lavoura adubada)	
	Cr\$	
Itatibense	776,00	
Mogiana	749,30	
S. Paulo-Minas	649,60	
Santos-Jundiaí	626,40	
Monte Alto	509,00	
Central do Brasil	506,40	
Sorocabana	498,80	
S. Paulo-Goiás	421,90	
Noroeste	415,80	
Morro Agudo	403,00	
Baixa Paulista	401,90	
Douradense	399,50	
Araraquarense	371,50	
Barra Bonita	362,50	
Alta Paulista	345,50	

A média do Estado calculada sobre uma safra de 8.681.309 sacos corresponde a Cr\$ 441.00. Informações de julho do corrente ano (xx) dão os centros caféiros das regiões fisiograficas do Estado de Minas Gerais, os seguintes custos de produção por saca de 60 quilos de café beneficiado:

Região	Safra	Custo de produção
Sul	1.028.469	388,00
Metalurgica	13.317	388,00
Oeste	262.067	324,00
Alto Paranaíba	47.969	272,00
Mata	1.219.696	240,00
Rio Doce	576.078	220,00

(x) — Rui Mourão — Agente do Serviço de Economia Rural no Estado de S. Paulo.

(xx) — José Maria Barbosa — Agente do Serviço de Economia Rural no Estado de Minas Gerais.

Eleva-se a média do custo de produção nas lavouras mineiras a cerca de Cr\$ 292,00 por saca de 60 quilos de café beneficiado. O custo de produção nas lavouras paulistas apresenta média mais elevada mas, no cálculo, foi considerada a adubação em um terço das lavouras. Observe-se que em nenhum dos exemplos apresentados estão incluídos juros sobre o valor das propriedades caféieras e outros encargos que, em última análise, gravam, de fato, o custo da produção.

Há, ainda, a produção de regiões decadentes, como as do Estado do Rio, onde o custo de produção é bem mais elevado e as zonas, chamadas novas, como o norte do Paraná, onde esse custo também resulta um tanto alto, apesar da elevada média de produção, vez que, muitas plantações estão produzindo suas primeiras safras, onde a mão de obra é caríssima e as utilidades indispensáveis sobrecarregadas de elevados onus.

Revela o exame da situação do nosso patrimônio caféeiro acentuado decréscimo nos respectivos valores. Baixou a partir do quinquenio 1938-42 o número de cafeeiros (2.870.000.000 em 1933/37 para 2.326.000.000 em 1938/42 a 2.218.000.000 em 1943/47 a cerca de 2.197.000.000 em 1949 assim como o volume das safras (23.315.000 sacas em 1933/37 a 19.903.000 em 1938/42 a 14.259.000 em 1943/47) e o rendimento das lavouras que vêm caindo, de ano para ano, principalmente nas chamadas zonas velhas. Enquanto isso elevou-se, consideravelmente, o custeio das lavouras que de mais ou menos Cr\$ 800,00 por mil pés no quinquenio 1928/32 alcança, atualmente, para mais de Cr\$ 3.000,00.

3 — A situação exposta, em amplas linhas, é diversa, muito diferente, da apresentada por outros países produtores que têm o seu patrimônio caféeiro aumentado e robustecido. Devemos levar em conta e ter sempre presente que alguns dos concorrentes do café brasileiro gozam, entre os consumidores norte americanos, de preferência pelas suas qualidades, obtendo maiores preços e, ainda, a possibilidade de um aumento substancial nas plantações africanas.

A Comissão designada pela Sociedade Nacional de Agricultura considerando de indifereçável gravidade a situação da lavoura caféiera no Brasil julga dever, nessa oportunidade, lembrar a conveniência e necessidade de:

- a) — ser o Ministério da Agricultura reaparelhado, pondo-se à sua disposição amplos recursos para atender às necessidades técnicas e econômicas da lavoura cafeeira, devendo para tanto serem restabelecidos e instalados, sob sua imediata direção, serviços técnicos nacionais de assistência à lavoura cafeeira, de amplitude suficientemente extensa e capaz de reformar os obsoletos processos agrícolas ainda dominantes no país;
- b) — serem facilitadas e ampliadas, dispensando-se exigências onerosas, as operações de crédito agrícola para custeio das lavouras, estabelecimento racional de culturas e recuperação de fertilidade do sólo. Essas medidas são de caráter urgente e deverão vigorar com absoluta continuidade até que sobrevenha a reforma bancária e consequente criação do Banco de Crédito Rural. A medida preconizada neste item é a única que poderá livrar o produtor da ação do intermediário. Para que se tenha uma ideia dos prejuízos causados ao produtor pela inexistência do crédito agrícola diréto e pela resultante ação do intermediário junto aos produtores, basta salientar-se que 90% da safra cafeeira de 1949, foi vendida pelos produtores a preços que variaram de 300 a 450 cruzeiros por sacco, quando a mesma unidade obtinha nos centros de exportação, preços que variaram de 900 a 1.150 cruzeiros.
- c) — e, finalmente, criação e organizações completa de órgão oficial para contróle da política econômica do café, devendo colaborar, na direção e orientação do mesmo, técnicos especializados e delegados representantes dos produtores dos principais centros cafeeiros do país.

TRISTE, MUITO TRISTE,

lamenta o camponez a sua sorte!



NÃO pode trabalhar, sente palpitações, canseira, dores e queimação na bôca do estomago. Não tem apetite e cada vez fica mais amarelo. Ele morrerá e passará sua doença á familia e aos vizinhos se alguma alma caridosa não lhe ensinar que ele sofre de **Amarelão** ou **Opilação**, molestia prontamente curavel com

ANKILOSTOMINA
FONTOURA

REMEDIO DE USO FACIL E DE EFEITO SEGURO



Gado leiteiro britânico de raça Guernsey

Últimamente vem aumentando muito na América do Sul o interesse pela indústria de laticínios e o fabrico de produtos láteos de qualidade. Se considerarmos a quantidade de leite em estado natural consumido pelas populações urbanas, bem mais elevado — há muitos anos — do que na Europa, surpreende um pouco que esse desenvolvimento se haja atrasado. A florescente indústria de gado de corte é prova insofismável de que não há nesses países nenhum impedimento físico.

LEITE E QUALIDADE

Na Grã-Bretanha existem várias raças puras diferentes de gado leiteiro, que há gerações vem sendo cientificamente criadas para produzir leite, em vez de carne, e algumas raças que se consideram de finalidade dupla. Entre as raças leiteiras propriamente ditas algumas há que se especializam em produção elevada, enquanto outras se ocupam mais com o alto teor graxo do que com a produção total de leite. A Guernsey é uma vaca que se destaca tanto pela quantidade como pela qualidade do leite que produz. O público dos Estados Unidos há muito reconhece essa característica, evidenciada pela atraente cor cremosa do leite, genuíno indicio do seu valor alimentar. A dona de casa britânica está agora imitando a norte-americana, tanto assim que se paga bonificação especial aos produtores de leite Guernsey com teor de gordura não inferior a 4%; e apesar disso a procura continua a exceder a oferta.

HISTÓRIA DA RAÇA

A história da evolução da raça Guernsey é a história da criação seletiva do gado britânico. Como o indica o nome, o gado teve origem na pequena ilha de Guernsey, na costa francesa do Canal da Mancha, há uns mil anos. Desprotegida, aberta sobre o Atlântico, não é de estranhar portanto que, numa época em que não havia navios a vapor ou aviões, não se tenha verificado a introdução de quaisquer outros tipos que poderiam ocasionar dano à raça original. Há mais de cem anos foi promulgada uma lei proibindo a importação de gado em pé para a ilha, sendo assim eliminados os perigos decorrentes da modernização do transporte.

Os registros da raça Guernsey foram iniciados na própria ilha em início do século passado, assim como na Inglaterra e em vários outros países em que a raça foi introduzida. Os assentamentos nesses Herdbooks são cuidadosamente feitos sob inspeção das Sociedades Pecuaristas respectivas, e desde aquela época muito se vem fazendo para aumentar ainda mais o prestígio do gado Guernsey puro em toda parte. Talvez a mais importante providência tenha sido a criação do Registro Superior, inclusão no qual só pode ser alcançada pelo animal de elevada lactação de considerável teor de gordura.

CARACTERÍSTICAS

De aspecto, o gado Guernsey é bem atraente, de coloração dourada que as malhas brancas ainda mais realçam. A vaca tem as características das verdadeiras produtoras de leite, sendo um animal de porte médio, nem muito grande e pesadona, nem de estatura excessivamente pequena. As pernas não são torcidas ou arcadas e a silhueta é boa, com ampla caixa torácica. Uma boa vaca sempre tem

Por Major D. MAC L. MACMILLAN,
Redator da Revista dos Criadores de Gado Guernsey.

bom peito e ombros bem feitos. A distância entre as ilhargas e a largura entre as pernas são de grande importância, pois só assim ela pode acomodar um ubre equilibrado. Este deve estender-se para a frente e para cima, na parte posterior. A parede inferior deve ser plana e dotada de quatro tetas uniformemente espaçadas, de tamanho mediano, e veias saltadas. É ordenhada com facilidade, o que é importante nesta época de grandes salários. A cabeça da vaca é de traços finos, positivamente femininas, em comparação com a cabeça masculina de touro de boa estirpe.

Na sua ilha nativa, a Guernsey é essencialmente a vaca do pequeno granjeiro. Disto podemos deduzir que, em qualquer parte do mundo, ela é em primeiro lugar, acima de tudo, econômica em matéria de forragem, o que se verificou em qualquer latitude. Em vista do reduzido tamanho das pastagens em Guernsey, é normal que todas as rezes, independentemente de sexo ou idade, sejam presas no laço ao pastar e com o passar das gerações isto imbuíu a raça de duas características valiosas. Via de regra, o gado Guernsey tassa o pasto dentro de pequeno raio, mesmo quando está em liberdade, e come sem protesto as ervas que tiver pela frente. A segunda característica, resultante da prática de amarrar as rezes é a docilidade das Guernsey, o que não apenas as torna fáceis de manejar como conduz a uma disposição tranquila e serena que se reflete na velocidade com que se aclimatam a quase todas as condições climáticas ou de administração.

ADMINISTRAÇÃO

Quando uma raça não é bem conhecida num país, qualquer que seja este, uma das primeiras perguntas que o candidato a comprador faz é a possibilidade de usar a forragem de produção local ao mesmo tempo mantendo a elevada média de produção de leite, sem queda do teor graxo. Quando se trata de gado leiteiro, a maneira de melhor responder esta pergunta é dividir a resposta em duas partes distintas. Nos Estados Unidos é prática corrente dar ao animal volume nutritivo para manter o animal sadio e para os primeiros dez quilos de leite diários. Durante as épocas em que isto não é possível por meio da pastagem direta, no local, a forragem disponível, composta de feno, alfafa ou restolho de milho tem sido demonstrada suficiente, em experiências práticas. A segunda parte da ração, que consiste de leite de cada vaca, Considera-se suficiente para as Guernseys uma ração concentrada equilibrada de aproximadamente dois quilos por dia para cada cinco quilos adicionais de leite por dia, acima dos dez quilos básicos. Utilizando-se os ingredientes disponíveis na região, uma ração equilibrada de dois quilos poderia compor-se, por exemplo, de meio quilo de aveia, meio de milho, 750 gramas de linhaça e 125 gramas de farinha de sangue e osso. Em quase todos os países da América do Sul esses cereais são produzidos na fazenda, ou adquiríveis a preço econômico e em quantidade, sendo a farinha de sangue e ossos obtida com relativa facilidade; a mistura para uma ração na qual a pro-

porção de amido e proteína são as indicadas para as Guernsey de alta produtividade. O único acréscimo que talvez se tornasse necessário é proporcionar às rezes certa quantidade de sal.

PROBLEMA DA FERTILIDADE

Entre os pecuaristas sul-americanos tem-se verificado alguma ansiedade pelo número de vacas estéreis constatado, o que agora se atribui em grande parte ao excesso de cálcio na alfafa cultivada em certas partes do continente, o que desequilibra a proporção mineral entre fosfatos e cálcio na alimentação dos animais. Os pesquisadores veterinários apontaram essa causa do mal e sugerem que se lhes proporcione quantidades suplementares de fosfatos, nas zonas onde há excesso de cálcio, assim restabelecendo o equilíbrio. A maneira mais prática de o fazer é talvez dar ao animal um sal que contenha fosfatos monocálcicos ou dicálcicos, em vez de sal gema comum, até que se verifique o reequilíbrio.

PRODUÇÃO

Ouve-se às vezes falar muito a respeito de **records** individuais alcançados por certas vacas, porém quando isso sucede é em geral numa ocasião; depois não se ouve mais falar na campeã. Por outro lado, é relativamente comum que as Guernsey obtenham uma produção total que lhes dê direito ao Grã Diploma de Mérito com 45.356 quilos de leite e 2.249 quilos de gordura. Do ponto de vista do granjeiro não pode haver comparação entre o valor econômico de uma mera produção superior a 10.000 quilos de leite de baixo teor graxo e uma produção total comparável com a que se exige para um Grã Diploma de Mérito. Na Grã-Bretanha as Sociedades de Registros efetuam um registro para cada lactação, mas na ilha de Guernsey é registrada apenas uma lac-

tação por animal, por ser ineconômico, ou mesmo impossível, a pequena indústria de laticínios sustentar uma vasta organização de registros. Convém que se tenha em mente esta diferença ao se examinar o pedigree e os registros de produção de leite do gado Guernsey.

SUCESSOS CONSEGUIDOS

Esta característica da Guernsey é exemplificada pelos resultados divulgados do Concurso Nacional de Rebanhos Leiteiros, levantado por um rebanho Guernsey em 1949, e no qual vem logrando distinção há três anos consecutivos. Em 1947 houve cinco rebanhos Guernsey entre os vinte primeiros de todas as raças leiteiras, com a média, para os cinco rebanhos, de 3.683 quilos de leite a 4,67% de gordura. Em 1948 houve nove rebanhos Guernsey entre os vinte primeiros colocados, com a média de 4,25 quilos de leite de 4,73% de gordura.

As últimas cifras, relativas a 1949, de novo incluem cinco rebanhos Guernsey entre os vinte primeiros, inclusive o primeiro e segundo lugares, sobre todos os outros, com a média, para os cinco rebanhos, de 4.590 quilos de leite com 4,93% de gordura. Entre os rebanhos oficialmente registrados pelos Anais de Produção Leiteira da Inglaterra e Gales, um rebanho Guernsey conseguiu em 1949, a média coletiva de 5.539 quilos de leite com 4,67% de gordura para as vacas adultas e 4.545 quilos de leite de 4,29% de teor graxo para vacas de primeira cria, em 305 dias de lactação. Os rebanhos que lograram estas cifras são localizados em fazendas afastadas entre si e, portanto, com administração diferente.

Os criadores de gado leiteiro da África, cujo senso prático é notório, experimentaram quase todas as raças britânicas de gado leiteiro, sendo opinião firme de um fazendeiro de grande experiência, estabelecido em Kenya, que nenhuma outra raça se compara com a Guernsey em mérito, para o fim que têm em vista. Pequenas granjas de Guernseys puros são mantidas em alto nível de eficiência e enriquecidas pela importação periódica de rezes da melhor estirpe, vindos do Reino Unido. Nessas granjas as fêmeas são consideradas primariamente como mães de touro Guernsey de pedigree que serão por sua vez usados para cobrir gado indígena zebú ou mestiço, para melhorar este último. O sistema está produzindo resultados excepcionais, utilizando Guernsey da grande capacidade demonstrada pelas Guernsey de resistir climas extremos, particularmente o sol tropical ou subtropical, o que provavelmente se deve ao característico pigmento amarelo de seu couro.

GUERNSEY — RAÇA UNIVERSAL

Praticamente não há lugar no mundo onde as Guernseys não se hajam demonstrado ideais como raça leiteira. Isto se aplica tanto às rezes mantidas para melhora da raça ou usadas para mestiçagem das raças locais. Já provaram ser econômicas na alimentação, em relação à elevada produtividade total. Revelaram-se extremamente resistentes a todas as variações de climas, desde o sol tropical até a neve ártica, sendo ainda fáceis de manejá-las, correspondendo aos menores esforços de uma administração sadia. O teor graxo não só se mantém elevado como a sua presença é patenteada pelo colorido atraente do leite, que possui maior valor vendável. São muito conhecidas pela sua longevidade, e a sua vida em rebanho é utilíssima, concebendo com facilidade e dando cria regularmente, em condições normais.



SEMENTES

Hortalças, Flores, Florestais,
Leguminosas, Forrageiras, etc.
Alta seleção e germinação
comprovada

Ferramentas e Apetrechos
Polvilhadeiras — Inseticidas
Artigos Apícolas — Adubos
Livros Agrícolas, etc.

Peçam catálogo grátis

**DIERBERGER AGRO
COMERCIAL LTDA.**

RUA LIBERO BADARO', 499-501

Caixa postal 458

S. PAULO

Uma valiosa doação à Bibliotéca da Sociedade Nacional de Agricultura

Da Exma. Sra. D. Margarida Dias Ferreira, viuva do esforçado colaborador da Sociedade Nacional de Agricultura, Sr. Roberto Dias Ferreira, que por mais de trinta anos a serviu como chefe da sua Secretária, acaba a Bibliotéca da Sociedade de receber uma das mais preciosas doações, de quantas lhe têm chegado, ultimamente: é que, dentre os livros e folhetos enviados, alguns teem especial significação para a Sociedade pois que na sua maioria são exemplares raros de edições esgotadas da instituição. A reconstituição da bibliotéca social nunca seria satisfatoria se as próprias publicações da Sociedade não figurassem em suas estantes. De alguns velhos

consócios temos recebido muitos exemplares. Agora, porém, animam-se os que esperam ver a coleção editada pela Sociedade novamente à mão, para consulta, a atestar a sua notavel cooperação ás letras agrícolas do país, pois muitos deles vieram em meio a outros preciosos e raros trabalhos sôbre assuntos de interesse da agricultura e da Sociedade.

Muito obrigados, pois, à veneranda e illustre Senhora, que com isto revela ser continuadora do carinho com que sempre a distinguio o seu digno esposo, e nosso companheiro de trabalho.

Eis a relação dos livros oferecidos:

Rev. "A Lavoura" encardenaos:	Ano	1929	—	1934	—	1936	—	1939	—	1934
Boletim de Agricultura	—	Série	32	—	Ano	1931	—	numeros	—	únicos
"	"	"	34	—	"	1933	—	"	—	"
"	"	"	35	—	"	1934	—	"	—	"
"	"	"	36	—	"	1935	—	"	—	"
"	"	"	37	—	"	1936	—	"	—	"
"	"	"	38	—	"	1937	—	"	—	"
"	"	"	39	—	"	1938	—	"	—	"
"	"	"	40	—	"	1939	—	"	—	"
"	"	"	42	—	"	1941	—	"	—	"
"	"	"	—	Ano	22	—	jan. — dez.	1933		
"	"	"	—	"	23	—	jan. — març.	1934		
"	"	"	—	"	23	—	abr. — jun.	1934		
"	"	"	—	"	23	—	jul. — set.	1934		

Rev. do Dep. Nac. da Produção Animal	—	Ano	1	—	n.º 2	—	3 e 4	de	1934
"	"	"	1	—	n.º 5	—	e 6	de	1934

Rodriguésia — Rev. do Jardim Botânico — Serv. Florestal				
Ano VII	—	n.º 16	set. — dez.	1943
" VIII	—	n.º 17	març. — jun.	1944
" IX	—	n.º 18	abr. —	1945
" X	—	n.º 20	dez. —	1946

Anais da 1.º Expos. Estadual de Lás — realizada 9/12 dez. 1939 S. A. Uruguaiana — Sul.
 Principais doenças dos Ovinos — Dr. Outubrino Corrêa — Bol. n. Jan. 1941 S. A. Sul.
 Seleção Ovina — Conf. de Manoel M. Matos na Expos. — feira realiz. em out. de 1938.
 Bagé — S. A. do Rio Grande do Sul.
 Tratamento de profilaxia da Gastroenterite verminosa dos Caprinos e Ovinos — Silvio Torres — S. I. A. — 1943.
 Aspetos Econômicos da Ovinicultura — G. Veloso N. Vieira — Bol. 92 — jan. 1942.
 F. A. R. S. U. L.
 A Criação de Lanigeros e sua industria — Paschoal de Moraes — 1922.
 A Cabra — Paschoal de Moraes — Tip. Carmo 55 — D. F. — 1920.

Pastagens para Suinos — Anacreonte Avila de Araujo — Bol. 8/10/939 — S. A. Gr. Sul
 Regras práticas para alimentação racional dos Suinos — J. Pinto Lima — S. I. A. 942.
 A Pesté Suina — Dr. Vital Brasil — 1934.
 Criação de Suinos — A. Teixeira Viana — S. I. A.
 Os Suinos — Nicolau Athanassof — S. A. São Paulo — 1941.
 Manual Prático da Criação de Porcos na America — F. D. Cuburn — trad. Salvador de Mendonça — S. Paulo — 1913.

- O Farelo fino ou farelinho de arroz na alimentação dos Suínos — N. Athanassof — 942.
 Exploremos racionalmente os Suínos — Armando Cheffi — S. I. A. 944.
 Principais doenças dos Suínos — Outubrinho Corrêa — S. A. Porto — Alegre — 1942.
- Tratado de Galinocultura — Delgado de Carvalho — 1913 D. F.
 Galináceos & Columbianos — Delgado de Carvalho — 1918 D. F.
 Vamos Criar Galinhas — Otavio Domingues — S. I. A.
 Avicultura — S. I. A. — 1942.
 O raquitismo dos Pintos e certos erros de alimentação — José Reis — S. A. São Paulo 1942.
 O mercado de Ovos no D. F. — Evaristo Leitão — D. E. Prod. 1936.
 Fundamentos de 1.^a conservacion de huevos refrig. — Pedro Menendez — Rev. Fac. Agr. 939.
- Criação de Coelhoos — Ernesto C. Santiago Junior — S. I. A. 1942.
 Nações praticas para a criação industrial do Coelho — Aldo Bartholomeu — S. A. S. P.
- O Apicultor Brasileiro — Emilio Schenk — R. Gr. Sul — 1911 e 1923.
 Orientação para o Sericicultor — Mário Thomé da Silva — S. I. A. 1941.
 Curso Rápido de Sericicultura — Mário Vilhena — 939 — ministrado na E. H. W. Bélo.
 Em Prol da Sericicultura — J. Nogueira de Carvalho — 1931.
 Condições essenciais para ter êxito na criação do Bicho da Seda — M. Vilhena. S. I. A.
 Organização de um Amoreiral — M. Vilhena — I. R. Seric. Barbacena.
- A Saúva e seu combate — O. do Vale Rêgo e José Soares Brandão F.^o — publ. 17 — 941
 Demonstrações de processo de combate á Saúva — D. N. P. Vegetal — 936.
 Extinção das Saúvas — Pedro Corrêa Néto — memoria apres. Conf. Algodoeira 916.
 Cruzada contra a Saúva — Luiz A. de Azevedo Marques — S. I. A. 1928.
 A Ind. Pastoril em Pernambuco — Apolonio Peres — Recife — 1917.
 Ordem Higiênica — Luiz Gonçalves Vieira — S. I. A. — 941.
 A Rça Schuыз — Guilheme Hermsdorff — S. I. A. 941.
 A Rça Bovina Normanda no E. R. Gr. Sul — tése XV. Congr. Rural realiz. em Porto Alegre, 24 a 29 de maio 1931 — Ataliba de Figueredo Paz — S. A. Gr. Sul.
 Criação de Gádo na Frisia (Holanda) S. A. Gr. Sul — Bol. 12 938.
 A escolha da Vaca Leiteira — Coop. Ind. de Pec. da Bahia. 8 — 939.
 Vantagens do descornamento do Gádo — Coop. Ind. de Pec. da Bahia — Publ. 3.
 A Zebunização do Brasil — R. Fernandes e Silva — 2.^o Congr. de Agronomia 939.
 O cuidado com o Couro aumenta seu lucro — Coop. Ind. Pec. da Bahia — Publ. 1
 Industria Pecuária — Memoria apres. ao Min. Agr. Pedro de Tolêdo por Edu. Cotrim.
 Experiência de Engorda de Novilhos em Campo nativo — Bol. 96 abr. 942 — S. A. Gr. S
- Piscicultura — R. von Hireing — 938.
 Serv. de Piscicultura e de refloresameno e Postos Agrícolas do Nordeste Brasileiro — Min. Vação — 932.
 Memoria de la Comision Central de Investigaciones sobre a La Langosta — 935 — La Nacion.
 Reg. para o Entreposto de Pesca da Cidade do Rio de Janeiro — S. I. A. — 941.
 Criação Racional da Carga S. I. A. Hugo Cruz Mascarenhas — 941.
 O fomento da Piscicultura entre nós — Ascanio de Faria e H. Muller — S. I. A. 940.
 A Defumação do Pescado — Elzamann Magalhães — S. I. A. — 941.
 Sururú da Lagôa Mundaú (Alagôas) Elzamann Magalhães — S. I. A.
- Consideração sobre a construção de uma Queijaria — Manoel Z. de Mesquita — S. I. A. 1940.
 A utilização dos fermentos na ind. de Laticínios — Manoel Z. Mesquita — S. I. A. 940.
 Utilização do Leite desnatado na alimentação dos animais domesticos — Gabriel Mohabyi — S. A. São Paulo.
 Para ter bom Leite não basta ter Vacas — J. N. B. Zany — S. I. A. — 942.
 Aspeto atual da Ind. Laticínios no Brasil — Luiz Gonçalves Vieira — tése XI Congr. Nac. de Laticínios Berlim — Alemanha — agosto 937.
 Manual de contróle Leiteiro e Mantegueiro — Luis Fernando Ribeiro — Pará — 934.
 O Leite suas industrias e falsificações.
 Leite limpo — Inst — Pec. da Bahia publ. n.^o 4.
 Manteiga — Policarpo Rocha F.^o — Dir. Est. Prod. — D. F. — 935.
 Uniformização do Queijo de Minas — Ellydio F. de Castro e Manoel Z. de Mesquita Colho — Jorge de Sá Earp — S. I. A. 949.
 O Queijo Chester ou Cheshire — Manoel Z. de Mesquita — S. I. A. 942.
 Exame de contróle do Leite na fonte de produção — Jorge de Sá Earp — Dir. — Est. P. Prod. — D. F. 935.
 Analise pratica da manteiga e margarina — J. de Sá Earp — Dir. Est. Prod. 935.
- Manual práctico de Adubação — A. Menezes Lobre — 937 — S. Paulo.
 Irrigação Mecânica do Nordeste — Antonio Cunha Bayma — S. I. A. 941.
 Pratica de fazer Feno — Ezelino Amadio Falzoni — S. I. A.

- Breves instruções sobre a Fenação e a cultura da Palma sem espinhos — Coop. Ind. Pec. da Bahia — 1938.
- Ervilha Forrageira — Waldemiro Pimentel — S. I. A. — 941.
- Forrageiras para Verão e Outono — Anacreonte Avila de Araujo — S. A. I. C. P. Aleg.
- Forrageiras para Inverno e Primavera — Anacreonte A. de Araujo — " " (1940)
- Leguminosas Forrageiras "Os Trevos e Alfafas" — Anacreonte A. de Araujo — 938
- Para substituir a Alfafa — Dir. Est. Prod. — 1933.
- O Capim de Rhodes — Dir. Est. Prod. 1933.
- O Capim de Jaraguá — publ. Secção Agrostologia e Alm. dos Animais — 1940 — D. F.
- O Capim Colônião — Einar Alberto Kok — S. A. I. C. São Paulo — 1942.
- O Capim Elefante — S. Agrost. Alim. Animais — 940.
- Guiné Capins, Sempre Verde e Murumbú — S. A. A. Animais — 940.
- Capim de Planta e Capim de Angola — S. A. A. Animais — 940.
- Adubação Verde — Lourenço Granato — Ed. Monteiro Lobato — 1920.
- Adubos Verdes — Outubrino Corrêa. bol. 26/10/939 — S. A. I. C. Gr. Sul.
- O sublimado corrosivo no tratamento das sementes hortícolas — J. Soares Brandão
- Higiene Rural — Lamartine Antonio da Cunha — S. A. S. Paulo (S. I. A. 942.
- Como obter o Azoto barato para a Agricultura — Genesio Pacheco — S. A. I. S. Paulo
- Nova Fonte de prod. dos Adubos Organicos — A. Arruda Câmara — 1934.
- A Influência dos "Elementos Raros" — na adubação das plantas — A. M. Sobr. 936.
- Razões e emprego da Adubação — Renê Gouveia da Cunha — S. I. A. 943.
- Erosão e seu combate — Wanderbilt Duarte de Barros — S. I. A. 1942.
- Erosão em terrenos inclinados é um dos meios de combate-la — Julião B. Ramos.
- Considerations sur la fertilité des terres agricoles et plus speciallement. des terres
- Agesilines — tese Arthur Torres F.º — I. Agr. Roma — 1930.
- Classificação dos Sólidos em classes quando sua textura — 1.º Congr. Agrônômico
- Rio Gr. do Sul — dez. 1934 — Labiénio Jobim.
- Erosão dos Solos — Labiénio Jobim — S. A. Rio Gr. Sul — 1941.
- A Industria Pastoril no Ceará — Thomaz Pompeu Sobr. 1917.
- Banheiro Carrapaticida — Coop. Ind. Pec. da Bahia — publ. 2.
- O Contrôlo arsenical do Banho Carrapaticida — Milton G. Guerreiros — Bol. 91.
- dez. 941 Sul.
- Habronamose Gastrica e Cutanea — S. I. A.
- Tratamento e profilaxia da Fêbre Aftosa — S. I. A. 942.
- Como combater o Berne — S. I. A. — J. Pinto Lima — 1942.
- Pêste de Secar — J. P. Lima — S. I. A. 1942.
- Verrucosis (Bubas, verrugas) Camilo Hondelof —1939.
- Notas Fito-Sanitarias — Eduardo R. Figueredo Junior — S. A. I. C. São Paulo 1942.
- Os perigos do Cárbunculo Hemático — Waldemar Peixoto de Oliveira — S. A. I. D.
- Porto Alegre — 1942.
- Pulrose — José Reis — S. A. I. C. São Paulo — 1942.
- O emprego Concentrados na alimentação do Gádo leiteiro — George Frederco
- Iaun Sep. Bol. Soc. Bras. Agron. jun. 941 — S. I. A. 1942.
- A importância da Palma na alimentação do Gádo — Fernandes Silva — S. A.
- Pernambuco 931.
- Elementos de Clínica Veterinária — palestra do Major João Diniz Moniz Barreto
- do Aragoão — 24/7/915 — Imprensa Militar — Ilustração da 4.ª Expos. Nac. de Gádo
- do Rio de Janeiro.
- Entomologia Florestal — Aristoteles Silva — S. I. A. 1941.
- Aproveitamento racional das Florestas — Mansueto Koscinski — conf. 4/11/940
- S. R. Bras. Soc. Rural Brasileira.
- Praga nas Arvores de ornamentação pública do R. de Janeiro — Luiz A. de Azevedo
- Marques — S. I. A. — 1927.
- As Florestas e as Chuvas A. Alvaro A. da Silveira — B. Horizonte — 1916.
- Monografia sobre Arboricultura — Salvador Calderon — Dep. B. Entomologico S. Salv.
- Legislação Florestal — 1.º parte (Legislação Historica — 1789-1389) Paulo Ferreira
- de Souza — Dir. Est. Prod. — 1934.
- Legislação Florestal 2.º parte (Leis Florestais dos Estados) P. F. de Souza 1935.
- Pragas e Molestias de Arvoredo Frutifero — tese 1.º Congr. Agron. R. Sul dez. 933
- Ernesto Romma — Bol. 7 abril 934.
- Sementes Florestais — Mansueto de Koscinski — S. A. I. C. São Paulo.
- Código Florestal — D. N. P. V. D. D. F. 1934.
- O Pinheiro Brasileiro na Silvicultura Paulista — Mansueto de Koscinski — S. Paulo.
- Notas sobre a cultura dos Eucalipitos — S. I. A.
- Manual do Plantador de Eucalipitos — Navarro de Andrade — S. Paulo.
- Cultura dos Eucalipitos — Luis Simões Lopes — S. Florestal — S. I. A. — 1942.
- O Cultivo e Exploração dos Eucalipitos — M. Agr. — 1918.
- Instruções cultura do Milho — S. I. A.
- Notas praticas sobre a cultura do Milho — Carlos Teixeiras Mendes — S. A. I. C.
- São Paulo.
- Os carvões do Milho — José Sores Brandão F.º — S. I. A.
- Industrialização dos Híbridos — Armando Chieffi — S. A. I. C. São Paulo — 1942.

O Milho e o seu aperfeiçoamento Industrial — H. Kronenberg — Av. Rio Branco 66
Cultura e melhoramento do Milho — Leopoldo Pena Teixeira — S. I. A.

Cultura do Arroz — S. I. A.

Transplante do Arroz — Francisco Gonçalves Flores — S. A. Rio Gr. Sul.

Orientação Geral para Cultura do Arroz no E. S. Paulo — Hilário da Silva Miranda.

Cultura do Arroz — Americo de Miranda Ludolff S. I. A. 943 (S. A. de S. Paulo).

A Cultura do Arroz no E. R. Gr. do Sul — Dir. Serv. Insp. Agr. R. Gr. Sul.

Les Bois Indigenes de S. Paulo — Edmundo Navarro de Andrade e Otavio Vecchi 916

A cultura do Arroz no Mun. de Iguape — Ernesto Guilherme Yong S. Paulo — 1916.

Contribuição para o colhimento da Brusone do Arroz — S. A. Porto Alegre 939.

Lagartas nociva aos arrozais e capinzais — Paulo Fonsêca — sep. Bol. Agr. 940 S. Pau.

A Importância dos Trigos precoces para nosso meio — 1.º Cgr. Agr. S. Iwar Beckmann

Defesa dos Grãos alimentícios armazenados contra insetos nocivos — 945 S. A. S. Pau.

As perspectivas da cultura do Trigo no Brasil — bol. 83 — dez. 940 — S. A. Gr. Sul.

O problema do Trigo no R. Gr. Sul — Atalba F. Paz — S. A. Gr. Sul — bol 72 jan. 939

Dois novos Trigos — Iwar Beckmann — bol. 93 jan. 942 — S. A. Gr. Sul.

Contribuição para o estudo do fenômeno da marelidão nos Triguais do Sul do Est. d

Rio Gr. Sul — Maximiliano Von Parseval — S. A. Gr. Sul 1939.

Instruções praticas para a cultura do Feijão Soja — Benjamim H. Hunicutt —
Jornal Com. de 1938.

A Soja sua importância na alimentação seu emprego no pão — Benedito Bruno da
Silva — S. A. do E. São Paulo — 1941.

A cultura da Soja no Brasil — Henrique Lobe — S. I. A. — 942 — Dir Est. Prod.

Meio e processos de combater o gorgulho dos Feijões, Favas, Ervilhos e Cereais
Paulo Vieira Souto — S. I. A.

Os Feijões Mulatino e Preto — H. Lobre — S. I. A. 1940.

A contribuição do consumidor para aperfeiçoamento do mercado de frutas — Evaristo
Leitão e Romolo Cavina — S. I. A. 939.

Processos usados na embalagem de frutas no mercado D. F. — Evaristo Leitão — 1930.

O Comércio e os mercados de Frutas na Europa — Hannibal Porto — 1930.

A vinificação da Uva — Celeste Gobbato — S. A. Gr. Sul.

Notas sobre a cultura da Videira — R. Fernandes e Silva — S. I. A.

Instruções sobre a cultura da Videira — S. I. A.

Doenças dos Citrus — José Soares F.º — S. I. A.

Mosquitos transmissores de doenças infecciosas — Luiz A. de Azev. Marq. — 929 S. I

Cultura da Laranja para exportação — Silvio Gomes de Brito — S. Paulo.

A podridão preta e a podridão peduncular dos Citruas — Raymundo Fernandes e
Silva Dir. Est. da Prod. 1935.

A Viticultura Nac. e a Phylloxera — Manoel M. Fonseca — Sep. Bol. M. Agr. 24/4/35.

Influência de los frutos Citricos en la Alimentacion Humana — M. A. del Uruguay.

Notas sobre a cultura da Mandioca — S. I. A.

Cultura da Mandioca — Aristides Caire — S. I. A. 1914.

Doenças da Mandioca no Nordeste — Josué A. Deslandes — Sep. Bol. M. A. fev. 1941.

Cultura e comercio da Batata — G. Veloso.

Doenças da Batata e medidas de prevenção — Josué A. Deslandes — S. I. A. 940.

O Algodão em Pernambuco — João Augusto Falcão — Dir. Est. Prod. 1935.

Cultura do Algodoeiro — L. Granato.

Cultura do Algodoeiro — Gustavo R. P. Dutra — S. A. São Paulo — 1916.

A cultura Cacaueira na Bahia — Gregorio Bondar — S. I. A.

Aduação dos Cacaueiros — A. Conturib — Centro Exper. Agr. do Kalisyndicakt Alem.

Defesa do Cacau Brasileiro — Jornal do Com. 1936.

O Caroá e sua importância na economia Pernambucana — R. Fernandes e Silva 932.

A industrialização das Fibras Texteis Leiberianas. Irvin W. Tibiriça — S. I. A 942.

Oleo de Oiticica — Antenor Machado S. I. A. 1940.

Notas sobre a cultura da Oiticica — R. Fernandes e Silva — S. I. A.

Cultura da Cana de Açucar — Adrião Daminha F.º — Dep. N. P. V. 939.

Molestias Cryptogamicas da Cana de Açú. — Rosrio Avern Saccá — S. A. São P. 916.

A Tamareira — Pimentel Gomes — S. I. A. 941.

A cultura da Tamareira no Brasil — R. Fernandes e Silva — D. E. Prod. 1938.

- O Coqueiro da praia — Pimentel Gomes — S. I. A.
 O Côco — no mercado mundial e no Brasil — Julio Poetzsch — S. I. A. 1941.
 Palmeiras nativas gênero *Cocus* na alimentação dos animais domesticos^o — Inst. Pec.
 Bahia — Gregorio Bondar — tese 2.º Congr. Cr. Bahainos — publ. 6 — 1939.
 Importância econômica das palmeiras nativas do gênero *Cocus* nas zonas secas do
 interior Bahiano — Gregorio Bondar — Ins. Central Fomento E. Bahia 1939.
 Insetos nocivos e molestias do Coqueiro — *Cocus nucifera* no Brasil — bol. n.º 8.
 de 1940 — Gregorio Bondar — I. C. F. Econ. Bahia.
 O Babaçú — os Est. Maranhão e Piauí — José de Viveiros — S. I. A.
- O Amendoim — N. A. Neme — S. C. Sampaio — S. A. São Paulo.
 Cultura do Amendoim — João Marques de Souza — S. I. A. — 1915.
 Doenças e pragas do Amendoim — José Soares Brandão F.º — 1942 — S. I. A.
- O Café — Silvio Ferreira Rangel — S. N. A. — M. Orosco & Comp. 1908.
 O Café no 2.º Centenário de sua introdução no Brasil — D. N. Café — 1.º/2.º vol. 1934.
 A política econômica do Café — Crepory Franco — Ed. Coêlho Branco — 1944.
 O problema Caféeiro de São P. e Pec. de Leite — Landulpho Alves. D. F. Prod. Animal
 Roseliniose — doença do Cafeeiro — Jefferson Firth Rangel — Dir. Est. Prod. 1935.
 A praga do Café no Est. de S. Paulo — Hilário Freire — Discursos proferidos na Câmara
 dos Deputados — S. Paulo 1918.
- Cultura do Fumo — Luiz G. Gomes de Freitas — D. E. Prod. 1935.
- Banana sua cultura e comercio no Brasil — Dep. N. Com. — 1932.
- Cultura Comercio e Ind. do Abacaxí — Carvalho Barbosa — Chacaras e Quintais 932.
 Doenças e pragas do Abacaxí — R. Fernandes e Silva — 934.
 Notas sôbre a cultura do Abacaxí — S. I. A. 1941.
- O Girasol — Alvaro Pompeu Tolêdo — Sep. Bol. Agr. 940 — S. Paulo.
 O Girasol sua cultura e importância econômica — R. Fernandes Silva — S. I. A. 1942.
- Mamona, a baga que vale ouro — Pimentel Gomes — S. I. A. 1940
 O Mamoeiro e a Papaina — R. Fernandes e Silva — S. I. A. 1936.
- Doenças do Marmeleiro — Josué Deslandes — Dir. Est. Prod.
- A Septoriose do Tomateiro — José Sodrê Brandão F.º — S. I. A. 1942.
- Cartilha do Lavrador, José Osório de Souza Junior — S. I. A. 1942.
- Prod. e consumo de Hortaliças em S. Paulo, Poetzsch — S. I. A. 941.
 Especies Horticolas — Itagyba Barçante — S. I. A.
 Alinhamento dee plantações — Julião Barroso Ramos — S. I. A. 1940.
 Adubação das Hortas — Otto Lyra Schader — S. I. A.
- Ervilha de Vaca ou Cow-pea — S. I. A.
- Plantas medicinais Brasileiras — Eurico Teixeira da Fonseca.
 Plantas anti-leprosas — João Gonçalves Carneiro — Inst. Biologico 1939 S. Paulo.
 Cultura das Plantas em vasos — M. A. Petit — Lisboa — 1921.
 As riquezas do Brasil — Dep. Nac. Com. 1935.
 Notas e Anotações — Francisco Canêla — Ed. Norte — 1923.
 Rumo à terra — Fábio F. Luz — A. Coêlho Branco — 1936.
 As Plantas Ornamentais da Flora Brasilica — F. C. Henne Sep. Bol. Agr. S. A. Paulo.
 Timbós e Rotenona — Adrião Caminha F.º — S. I. A.
 Valor fertilizante dos Alimentos — Jorge de Mélo Sabugosa — Sep. bol. Soc. Bras.
 Agr. — jan. 1941 — S. I. A.
 Substancias Tamantes — José Sótero Angelo — S. I. A. 1942.
 Substancias Alimentares de Procedencia Animal — S. A. São Paulo — 1941.
- O Mate — Francisco Leite Alves Costa — Dir. Est. Prod. 1935.
 Le Mate — A Moreau de Tours — Ed. G. Steinheil — Paris — 1904
- Doença da Cebôla — J. P. da Costa Nêto — S. A. I. C. Porto Alegre — 1941.
 Notas sôbre a cultura da Cebôla — S. I. A.
 Breves Instruções sôbre a cultura da Bragantia — Eurico Fer. Viana — S. I. A. 942.
 A Guaxima — Admar Lôpes da Cruz — S. I. A. 1942.
 O Guaraná sua cultura e Ind. Frederico Schimidt — S. I. A. 941.
 Breves informações sôbre a Piptadenia Comunnis — (Jacaré)

- No Mundo dos Insetos "Vespa" — versus lagarta — Luiz A. de A. Marques I. B. D. A. Morcegos da familia "Desmodontidae" — Sílvia Torres — Sep. D. N. P. A. 935) 1932(.
- Cigarrinha nociva a varias especies vegetais — Luiz A. de Azevedo Marques — Inst. Biol. Def. Aric. — 1928.
- Problemas da la Culture Cotonnière — Inst. Int. Agr. — Roma — 1922.
- A Produção Agrícola do Brasil — Benjamim H. Hunnicutt — Soc. Nac. Agr. 1925.
- Plano Geral de Organização Agraria — Dir. Org. Def. Prod. — Bol. 2 — 1934.
- Atividades do Dep. Nac. da Prod. Animal — Landulpho Alves — 1936.
- A conservação das máquinas Agrícolas — J. Quitiliano de A. Marques — S. I. A. 942.
- O Ensino Agrícola no Brasil — 1926 Arthur Torres F.º — 1926.
- Almanaque Agrícola do Brasil — 1992.
- Noções elementares de Agric. e Higiene — E. Parisel.
- Saneamento do Brasil — Belisário Pena — Ed. Jacinto R. Santos — 1923.
- O Homem na Usina Catende — 1941.
- Questões Econômicas — Afonso Costa — I. Nac. 1918.
- Economia Nac. e Nacionalismo Econômico "Comercio do Café Paulista no Oriente Nicolau José Debané — S. Paulo — 1917.
- O Cooperativismo no Mundo no Brasil em S. Paulo — Luiz Amaral — S. Paulo 934.
- O Crédito á Prod. e a reforma do Banco do Brasil — Alde Sampaio — 937.
- Chumbo e Prata no E. S. Paulo — Othon Henry Leonardos — S. A. São Paulo.
- A carreira Agrícola — H. Piquet — Soc. Bras. para animação da Agric.
- Concreto Armado — Aloysio de Freitas — S. I. A. 944.
- Breves notas sôbre as condições gerais do Mun. de Itaguaí — Vicente Mayo de Maia S. I. A. 944.
- Instalações de Gazôgênios em Caminhões de Transporte S. I. A. 940 — C. A. Basthon
- Decr. Leg. 2.933 de 6 de jan. 1915 — Regula a propriedade das Minas — Bol.
- Serv. Economia Rural — Ano 1 — n.º 2 — 943.
- Informações sôbre o expurgo dos Produtos Agrícolas em Câmaras a Vacuo Parcial Raul Gomes Pinheiro Machado — publ. Est. Prod. 1934.
- Bário — Othon Henry Leonardos — D. Est. Prod.
- Fórmula de Estatutos de Uma Coop. de Trabalho — Serv. Insp. Fom. Agr. 931.
- Duas novas especies de Ipomvea — F. C. Hehne — S. A. São Paulo.
- Aspectos da Economia Rural Brasileira — Dir. Serv. Insp. Fom. Agr. 1922.
- Culture et exploitation du Căoutchouc — au Bresil — V. Cayla 1913 — Peris.
- Guia para Contabilidade Agrícola — para uso dos Cr. em Agr..
- Os magnos problemas de nosso "Hinterland" Walter Wolf Saur Esco. Agr. de Lavras
- Cursos de Monitores Agrícolas — L. B. A.
- Regimentos dos Aprendizados Agrícolas — S. I. A.
- Da Ecologia — Raul Briquet Junior — S. I. A.
- Manual dos Advogados. Fazendeiros Agricultores e Criadores do Brasil — Alvaro de Figueiredo — Paulo 1920.
- Relatório apresentado ao Dr. J. T. de Assis Brasil — Min. Agr. por Arthur Tores
- F.º Dir. Serv. Insp. Fom Agr. 1930.
- Anuários da Soc. Bras. Agronomia — Vol. 1 — 930 "Questões Agrícolas do Brasil"
- Almanaque Agrícola Brasileiro — 1918.
- A. B. C. do Agricultor — Dias Martins — Impr. Nac. 922.
- Pequeno Trabalho de Agricultura Tropical — H. A. Alford Nicholl Trad. Pernamb. 906
- Expansão Econômica do Brasil — Arthur Torres F.º S. N. A. — 935.
- Consultor Agrícola — Alvaro da Silveira — Belo Horizonte — 918 — 2.ª Edição.
- Entomologia Agrícola Brasileira — Carlos Moreira — Ins. Biológico — 921.
- Anais do IX Congr. Rural e do Extraordinário — 3 a 7 out. 935 F. R. Sul.
- Anais do IX Congr. Rural e do Congr. Rual Extraordinário 3 a 7 out. 935 F. A. R. Sul
- Coop. Agrícola — Fábio Luz F.º — S. I. A. 932.
- Missão Econômica Brasileira ao Japão — Rel. Eurico O. Melo e Plinio G. Kroff.
- F. A. R. S. U. L. 937.
- O Rio S. Francisco — S. I. A. 942.
- Higiene Suburbana e Rural — A. de Padua Dias — S. A. São Paulo.
- Falhas do Direito de Propriedade no Brasil — M. P. de Siqueira Campos S. A. São P.
- Fórmulas Estatutos de Coop. de Panificação — S. I. F. A. Agr. Tip. S. Benedito — 931
- Plano Geral de Organização Agrária — D. O. Def. Prod. 934.
- Estatísticas Agrícola — S. I. F. Agrícola — S. I. F. Agrícola — 924.
- Cultura dos Campos — J. T. d e Assis Brasil — Soc. Bras. Animação Agricultura — 905
- Agricultura Geral — Hubert Puttemans — Impr. Michel Despret — Nivelis Belg. 925
- Monografia Agrícolas — Joaquim Carlos Travossos — Vol. III — 1.

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

PROF. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

O inesquecível sociólogo Alberto Torres, com verdadeira visão profética, na sua obra "O Problema Nacional Brasileiro", proferiu um conceito lapidário: "O Brasil tem por destino ser um país agrícola; toda ação que tender a desviá-lo desse destino é um crime contra sua natureza e contra os interesses humanos".

Mais ainda: "As sociedades humanas estão já pagando, com a carestia da vida, pesado tributo ao desaproveitamento do solo e do braço humano, à atividade infecunda e à inércia do maior número; uma das mais graves consequências da política do capitalismo, das especulações mercantis, da febre de enriquecimento."

Pois bem. Procurarei evidenciar pelos ensinamentos da história, quanto de verdade se encontra no conceito daquele eminente sociólogo, porquanto, até hoje, não instituímos um programa econômico nacional, capaz de acautelar a país das invasões econômicas e do imperialismo financeiro de outros povos mais fortes do que nós, o que seria o objetivo principal do Conselho Nacional de Economia criado pela Constituição.

Há quem condene Portugal por não ter sabido aproveitar-se de suas conquistas, cuidando seriamente da colonização e, por conseguinte, da agricultura.

Esse fato se verifica em relação ao Brasil na fase colonial, sendo certo que a tradição portuguesa não era a de um povo de agricultores, onde o domínio mouro e o regime feudal impuseram a escravidão do camponês, tirando-lhe o incentivo para o trabalho da terra.

Dêsse modo, ao se iniciar a fase dos descobrimentos no século XV, viu-se Portugal impelido para o mar e com o seu território de terras pouco produtivas e já exaustas, tornou-se difícil a exploração da agricultura.

Diante de tais condições do solo português, iniciados os descobrimentos marítimos, fácil será compreender, em face do espírito heróico e aventureiro da raça, se viesse ela desde logo voltada para o Oceano.

Descobertos os tesouros das especiarias das Índias e das minas do Brasil precipitou-se a queda da agricultura em Portugal, que entrou em franca decadência com vultuosa imigração para as colônias.

Diante disso, não é de extranhar fizessem os portugueses muito pouco pela organização da agricultura no Brasil. Desde seu início teve a agricultura a estrangulá-la os monopólios do comércio e da navegação, que aliás sempre constituíram os principais elementos da política de conquista dos povos daquela época.

Outra coisa não era de esperar, já da própria tradição do povo português, já porque empolgava o seu governo a obsessão de alargar os domínios coloniais, sucedendo-se arriscadas expedições, que percorriam os oceanos em direção da Ásia e da África.

Se é exato, que não houve um plano metódico de colonização do Brasil, se nos primeiros tempos o comércio clandestino do pau-brasil proporcionava a riqueza e, até mesmo, se tornou possível a exploração do ouro; passada a primeira fase que se seguiu ao descobrimento, os colonizadores, em breve prazo, tiveram que voltar as suas vistas para a exploração das terras.

O Brasil não podia oferecer as mesmas facilidades que as Índias ao comércio, porquanto nas Índias havia uma civilização milenária e um comércio organizado, de modo a permitir aos colonizadores um tráfico com os naturais, explorando as especiarias, os metais e as pedras preciosas.

Não acontecia a mesma coisa, em relação ao Brasil; os seus naturais ainda se encontravam em um estado rudimentar de civilização.

Cêdo tiveram que se convencer os colonizadores de que a conquista da terra de Santa Cruz só se poderia realizar com a fundação da agricultura.

A exploração da terra se apresentava assim como uma consequência inelutável do meio, de que se não tinha para onde fugir.

E os fundamentos econômicos do Brasil, tal como sucede ainda hoje, tiveram que repousar na agricultura.

Os dois primeiros centros de colonização no Brasil foram S. Vicente e Piratininga, fundados por Martim Afonso de Souza, em 1532, pois até então só existiam no litoral do país feitorias de caráter provisório.

Promoveu a construção de casas, fez distribuir terras e sesmarias, introduziu castas de animais domésticos, trouxe a cana de açúcar da Ilha da Madeira e muitas outras variedades de plantas.

Em virtude das dificuldades havidas na fundação desses dois núcleos, D. João III resolveu recorrer às capitanias hereditárias, mediante amplas concessões dadas com a obrigação dos concessionários cultivá-las, objetivando a metrópole antes explorar as riquezas da colônia do que mesmo efetivar uma colonização em bases seguras.

Eram os donatários verdadeiros senhores feudais da Idade Média, transplantando-se para o Brasil um regime condenado na Europa.

Em 1538, devido ao insucesso da colonização foi criado o primeiro governo geral com Thomé de Souza, para realizar a centralização política e administrativa do Brasil.

Apesar das controvérsias entre naturalistas e historiadores, muitas plantas agrícolas que hoje cultivamos (como milho, fumo, mandioca e outras mais) já eram exploradas, embora rudimentarmente, pelos indígenas, pela época do descobrimento.

Graças à uberdade do solo, à excelência do clima foi fácil aos colonizadores portugueses ensaiar no Brasil culturas de plantas européias e muitas outras trazidas das ilhas atlânticas. Dêsse modo vieram, a cana de açúcar (que seria mais tarde nossa maior riqueza agrícola no período colonial), o trigo, o arroz, o coqueiro e inúmeras árvores frutíferas.

"O adveno — no dizer de Oliveira Vianna — encontrou aqui, sob um céu limpo, uma natureza áspera, selvagem, de difícil domesticação mas também fecunda, abundante e inexaurível em tesouros alimentares."

O pastoreio, antes da agricultura, por exigir esta uma situação econômica mais estável, surgiu como o meio de vida mais generalizado.

E' certo que nem todos podiam construir engenhos ou viver do comércio nas cidades do litoral.

Tôdas as condições se apresentavam favoráveis à criação de gado — bons campos nativos, clima ameno, abundante rede hidrográfica — daí porque as raças pastoris se aclimataram e rapidamente povoaram os campos.

O gado, na opinião de Oliveira Viana, como ainda hoje acontece, constituiu o principal agente de desbravamento, da nossa terra; êle precedia à plantação do canavial e à plantação cerealífera.

Não foi sempre possível operar-se sem tropeços o desenvolvimento da agricultura, pois o sonho do ouro nunca arrefeceu de todo no ânimo dos aventureiros, que procuravam a Colônia.

E com que elementos se teria fundado a agricultura no Brasil?

Preliminarmente se tinha que cuidar da colonização; mas, se às plagas da Colônia aportavam elementos bons, também vinham em grande número, degradados e criminosos, completando êsse quadro triste as escravidões "vermelha" e "negra", esta última implantada desde o estabelecimento das capitanias, quando a primeira começou a falhar e se tornou insuficiente.

O elemento negro apareceu como uma necessidade para solucionar o problema do trabalhador agrícola no Brasil.

Como fatores de perturbação da vida da Colônia têm-se que salientar as guerras contínuas com os selvícolas e os estrangeiros.

Ainda no seu primeiro século de existência colonial, o Brasil foi colhido por extremas dificuldades econômico-financeiras, pois ainda mal alicerçada a sua economia, viu-se sacudido por lutas constantes contra franceses, ingleses, espanhóis e holandeses.

Certamente que outro seria o desenvolvimento da colônia se não fossem essas lutas; tendo o domínio holandês, por mais largo e estável, trazido algum benefício à riqueza do Brasil onde se localizou.

Êsse período da nossa história foi sombrio, poucos lucros tendo podido auferir a Metrópole da Colônia. Explica-se assim porque o Brasil não pôde ter grande desenvolvimento econômico no século XVI.

Cumpre salientar entre 1581 e 1640 o domínio da Espanha sobre Portugal, e êsse acontecimento muito influiu, para retardar ainda mais o progresso do Brasil, que se viu apoiado apenas na sua atividade.

Apesar disso tem-se o progresso agrícola em algumas capitanias, como Pernambuco e Bahia, crescendo a exportação ao longo do litoral. Constituíam objeto de cultivo a cana de açúcar, que servia para o preparo do açúcar, o fumo, a mandioca, o algodão no preparo de tecidos grossos, cereais, cacau, gengibre, etc., chegando a haver no Brasil derto grau de prosperidade.

Enche grande parte do século XVII, de 1642 a 1654, o domínio holandês, cuja conquista no Brasil se fez por intermédio da Companhia das Índias Ocidentais.

Grandes perturbações ocorreram em seguida à conquista de Pernambuco e às demais capitanias vizinhas, sucedendo-se um longo período de guerras, acarretando graves prejuízos à agricultura, justamente na região mais agrícola.

Dá-se, em 1630, a nomeação de Maurício de Nassau para Governador Geral; e, por tratar-se de um hábil militar e excelente administrador verificou um sensível progresso nas capitanias sob o domínio holandês.

A produção do açúcar cresceu sensivelmente e, em consequência, as rendas públicas.

Como quisessem os holandeses alargar os seus domínios, organizaram expedições para a conquista de outras capitanias, registrando-se mais tarde a decadência econômico-financeira da região conquistada.

Em 1644 Maurício de Nassau deixa Pernambuco e regressa à Europa.

Seguem-se anos de contínuas agitações, desencadeando terrível luta pela expulsão dos holandeses, que determinou a paralização das fontes de produção.

Em 1654, com a capitulação da Tobarda, dá-se a expulsão dos holandeses do Brasil, cessando o seu domínio.

O elemento trabalhador estava representado, na sua maior parte, pelo índio escravizado, porque, devido à guerra com a Holanda, o tráfico africano quase que tinha cessado.

Por essa época se encontrava a agricultura em franca decadência.

Até fins do século XVII — segundo Rocha Pomba — as indústrias no Brasil estavam limitadas às do açúcar e do algodão.

"A economia geral — declara êsse historiador — estava constituída pela pequena lavoura e pelo grangeio de produtos nativos sobre os quais caíam o fisco e o abuso das autoridades, tornando penosas as condições do trabalho, e só favorecendo a astúcia especuladora dos poucos que tinham por si a indulgência e a proteção dos financeiros".

"Estado e sociedade — na opinião de Oliveira Viana — estavam divididos em três classes: a senhorial, a dos homens livres, possuidores de domínios e a dos escravos, operários agrícolas."

"Até meado do século XVII os Paulistas — declara Mattoso Maia — lucravam mais com as expedições para escravização dos índios e contra as reduções dos jesuítas do Paraguai e Uruguai do que nas suas tentativas de encontrar ouro".

Pode-se dizer, por tudo isso, que não era boa a situação econômica do Brasil, ao findar o século XVII.

Ao século XVIII não será exagero chamar-se de século do ouro, muito principalmente na sua primeira metade.

Até então, segundo Oliveira Viana, **os engenhos de açúcar e os currais haviam constituído os fatores decisivos do nasso povoamento.**

Com o advento das minas, surge um fator novo e decisivo de desenvolvimento do interior, atraindo o elemento trabalhador com o abandono das fazendas.

Dentro em pouco, estava-se diante da **febre do ouro**, com todo seu cortejo de lutas, fazendo com que o Brasil perdesse muitíssimo com a diminuição das explorações agrícolas, escapando-se-lhe o monopólio do açúcar.

Existiam no Brasil, em 1711, conforme Varnhagem 1.500 engenhos de açúcar, que produziam 37.000 caixas de 35 arrobas, rendendo a lavoura de cana mais de seis milhões de cruzados.

Com o aparecimento das minas o eixo econômico do país até então fixado no Norte desloca-se para o Sul.

Embora a exploração das minas se fizesse sem ordem nem lei; apesar disso, constituiu fator preponderante no povoamento do Brasil.

Com a elevação ao trono de Portugal, em 1750, de D. José, foi chamado para Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) que, dotado de grande inteligência e capacidade administrativa, voltou sua atenção para o Brasil, pro-

ficando medidas que podem ser consideradas como tendo sido de incontestável vantagem para a Colônia.

Figura muito combatida, pela obstinação e audácia das medidas que adotava, como também exaltada por outros, dentre os atos do Marquês de Pombal considera-se como de maior repercussão na época a supressão da Companhia de Jesus e expulsão dos Jesuítas. Desde 1549, que os Jesuítas vinham prestando notáveis e invidáveis serviços à obra benemérita de civilização da Colônia.

Os nomes de Nóbrega, Anchieta, Antônio Vieira e outros ficaram para sempre ligados à história do nosso país.

"Foram os Jesuítas — na opinião de Lemos Brito — os que introduziram os primeiros rudimentos de indústria no Brasil, os que encaminharam por processos inteligentes a agricultura, os que deram ao país as mais importantes construções nos seus colégios e nos seus templos. Todo esse labor eles o exercitaram com os índios, que depressa se transformavam em excelente obreiros ou artífices."

Citam-se muitos serviços prestados pelo Marquês de Pombal em benefício do Brasil, destacando-se, por exemplo, a reversão ao Estado das diversas capitanias que se achavam ainda em poder dos herdeiros dos donatários.

A história registra também atos de extremo rigor praticados por Pombal e acabertadas pelas leis da época.

A descoberta das minas de ouro abalou Portugal e o Brasil. Nada mais seria capaz de deter a corrida para o interior, desorganizando a agricultura e muito principalmente a indústria do açúcar.

No Brasil a febre do ouro — declara Moreira Telles — fazia estiolar a agricultura desamparada e levava aos campos de Minas à desordem e o crime. Sob os desvários da Metrópole acumula-se a miséria, e a colônia era vítima de fazer riquezas.

Isso significava que, mesmo na época em que mais intensa era a exploração do ouro, portanto, quando deveria existir maior riqueza, o abandono da agricultura, com o afluxo de braços para as minas, trouxe uma situação de miséria para o Brasil.

Da exploração do ouro, na opinião exaltada de alguns dos nossos historiadores além de outras vantagens, veio concorrer decisivamente para o povoamento dos nossos sertões teve o inconveniente que se não deve deixar de assinalar, da desorganização e decadência da agricultura e, por conseguinte veio trazer o atrofiamiento do progresso econômico do país.

Não se pôde negar, é certo, que ao influxo do movimento minerador se deve, em grande parte, o povoamento do nosso interior.

Como assinalam alguns dos nossos sociólogos, dentre eles Oliveira Vianna, as incursões no interior e o seu povoamento, já se faziam com as explorações pastoris e agrícolas, muito antes da descoberta das minas de ouro.

A produção colonial do ouro, de acordo com o Barão Von Eschwege de 1700 a 1820, foi de . . . 5.240.924 grs. podendo-se dizer, excetuando o concurso trazido à colonização, bem pouco benefício trouxe ao país. Outro tanto se poderia dizer da exploração de diamantes e das pedras preciosas. O Dr. Pandiá Calógeras avalia o ouro extraído no Brasil até 1896, em 910.283 quilos.

Calculando cada grama de ouro em 1\$200, temos 38.005:827\$000 que, em relação ao capital empregado, dá um saldo de 16.371:672\$400.

Já na segunda metade do século XVIII amorte-

cia a febre do ouro, e a agricultura voltava a merecer a atenção da Metrópole. Ela estava, entretanto, fortemente onerada de impostos.

O algodão e o arroz no extremo norte, o açúcar e o tabaco em Pernambuco e a indústria açucareira na Bahia e Rio voltaram a ser objeto de preocupação dos habitantes.

Caracterizava-se o domínio colonial por três aspectos principais, que impediam a formação da riqueza econômica do país: o monopólio do comércio e da navegação, o trabalho escravo e o livre exercício das profissões industriais.

Supportavam os artigos de produção da Colônia excessiva tributação, procurando a Metrópole arrecadar o máximo de rendas.

No fim do regime colonial, declara Vitor Viana — Lavra terrível despotismo econômico. O regime metropolitano monopolizava as rendas de uma porção de produtos, de quase tudo que o Brasil importava em grande quantidade, monopolizava a navegação centralizadas quase tudo em Lisboa regularizava a exportação, cujas remessas dependiam de fisco draconianos".

Acrescenta ainda: "O regime era opressor, lesivo, e aberrava de todas as idéias que iam dominando na Europa e iam sendo aplicadas aos Estados Unidos. Enquanto se extinguíam barreiras nas grandes nações da Europa aqui, de capitania a capitania, havia uma porção de impostos vexantes que impossibilitavam em muitos casos a livre circulação de mercadorias. Não podiam os brasileiros plantar oliveira, cultivar trigo, fiar e tecer o seu próprio algodão, para que se enriquecessem com os preços do monopólio os produtores portugueses e os intermediários de Lisboa, queriam comprar em Londres por um para os vender por mil".

Eis, qual era a situação do Brasil no decurso de três séculos de domínio colonial, quando os écos dos ideais de liberdade, no fim do século XVIII e começo do século XIX, com a revolução francesa e a independência americana, chegavam ao Brasil.

Grandes acontecimentos políticos e sociais se dariam no século XIX, a começar pela transmigração da família reinante de Portugal para o Brasil, fugindo à guerra napoleônica desencadeada na Europa.

Transfere-se para o Brasil a sede da monarquia portuguesa, o que veio apressar a abolição do regime colonial.

No manifesto que fez publicar de guerra à França, D. João VI dizia: "A côrte levantará a sua voz do seio do novo Império que vai crear."

A permanência de D. João VI no Brasil durante treze anos assume, sem exagero, pelas medidas por ele adotadas, as proporções de verdadeira revolução social, política e econômica.

Bastará que as enumeremos: decretou a abertura dos portos (20 de janeiro de 1808), de importância incalculável para o futuro desenvolvimento do Brasil; permitiu o livre estabelecimento de fábricas e indústrias (1 de abril de 1808); concedeu relativa liberdade ao comércio interno; cuidou do problema dos transportes, animou a agricultura diminuindo os impostos que a oneravam; criou um curso de agricultura na Bahia (1814); facilitou a vida comercial com a criação do Banco do Brasil; isentou de impostos a matéria prima importada e aboliu os impostos de exportação para os produtos nacionais.

Deve-se reconhecer que o período da permanência de D. João VI no Brasil, que vai de 1808 a 1821, foi dos mais fecundos da nossa história econômica, apesar do fausto da sua côrte, e da dependência em que sempre esteve da Inglaterra.

A sua política financeira tem por vezes merecido reparos, mas foi quem lançou as bases do nosso direito orçamentário.

"Na chegada de D. João VI, havia ouro e prata em abundância, pouca cobre, e o meio circulante, era puramente metálico. Na sua partida, o ouro e a prata haviam quase totalmente desaparecido da circulação, e o país estava inundado por notas do Banco e moedas de cobre falsificadas.

O câmbio tinha descido de 84 a 48 ds. e o ouro e a prata, até o cobre tinham subido a um grande ágio sobre as notas do Banco (notas inconversíveis ou de curso forçado)". (J. J. Sturz, citado por Amaro Cavalcanti, no trabalho "A vida econômica e financeira do Brasil" — conferência — 1915).

Ninguém pôde contestar que, a partir da vinda de D. João VI, principalmente com a abertura dos portos, o Brasil adquiriu novas forças, alcançando grande desenvolvimento econômico.

Há quem considere que deixámos de ser colônia a partir da transplantação da Corte para o Brasil.

"O Brasil todo contava então — diz Varnahgen — três milhões de habitantes, dos quais quase a terça parte eram escravos.

A sua exportação se reduzia: 1.º à do açúcar — 9.000 caixas do Rio, 20.000 da Bahia, 14.000 de Pernambuco e 1.000 de Santos; 2.º 70.000 sacos de algodão, sendo 40.000 de Pernambuco, 16.000 do Maranhão, 10.000 da Bahia e 4.000 do Pará e Rio; 3.º noventa e tantas mil arrobas de café, quase todo produzido no Pará pois do Rio apenas se contavam 3.200 arrobas; 4.º oitocentas e tantas mil arrobas de cacau; 5.º 5.600 arrobas de anil; além de tabaco, pau de tinturaria, madeiras de construção, alguma salssaparrilha, copaiba, goma e outros artigos de menos monta".

Não eram boas, por essa época, as condições de Portugal, agravadas pelas suas condições financeiras e pela invasão estrangeira. De bem pouco lhe valiam as colônias asiáticas e africanas. Isso determinou um forte êxodo para a América, máo grado todas as medidas em contrário para coibi-lo. Era evidente que a colônia, pela sua extensão, população e riqueza já valia mais do que a Metrópole.

O regresso de D. João VI para Portugal dá-se em 26 de abril de 1821, entregando a Regência do Brasil ao seu filho D. Pedro.

"A população do Rio de Janeiro — declara Mattoso Maia — sofreu uma diminuição muito sensível, tanto em número como em importância dos habitantes, que se tinham retirado. Além da nau D. João VI, que levava a Família Real, tinham também seguido as fragatas Carolina e Princesa Real, seis charruas, muitos transportes e embarcações mercantes, conduzindo cerca de 4.000 pessoas, que repentinamente deixaram as plagas do Rio de Janeiro, levando os cabedais que podiam, e esses em ouro. Esses capitais retirados de chofre deviam produzir falta bem sensível no Banco do Brasil e no comércio".

O afastamento de D. João VI determina modificação profunda na vida do país, não só política como econômica, em consequência da interrupção do programa por ele até então seguido.

Em Portugal era crença geral que tinham sido excessivos os prerrogativos concedidos ao Brasil durante a permanência nele de D. João VI. Daí a tentativa suprimir as liberdades conquistadas pelo país, procurando-se até mesmo promover a sua recolonização e ocupação pelas armas.

Exigiu-se que D. Pedro regressasse a Portugal,

quando ele já se achava identificado com os interesses do Brasil.

Em manifesto de 6 de agosto de 1822 dizia D. Pedro I que "queriam que os brasileiros pagassem até o ar que respiravam e a terra que pisavam. Sempre quiseram os europeus conservar este rico país na mais triste e dura dependência da Metrópole, porque julgavam ser-lhes necessário estancar ou pelo menos empobrecer a fonte perene de suas riquezas".

Acentuavam-se cada vez mais as divergências na opinião pública do Brasil em relação a Portugal, até que D. Pedro se viu coagido a desobedecer às ordens da Corte de Lisboa, precipitando-se os acontecimentos cujo epílogo foi a proclamação da independência em 7 de setembro de 1822.

Funda-se o Império sendo D. Pedro coroado Imperador em 10 de dezembro desse ano, inaugurando-se a dinastia dos Bragança na América.

Devido à intervenção da Inglaterra, D. João VI, por Decreto de 27 de agosto de 1825, reconhece a Independência do Brasil.

Atravessou o país uma fase de grande efervescência de paixões, quando tinha que se organizar para a vida da independência que alcançara. Embora corajoso, D. Pedro I não reunia predicados de administrador, contando embora com a colaboração de eminentes homens de Estado.

Estava fadado que não seriam tranquilos os primeiros anos do Império, em razão das sedições militares, das lutas com as tropas portuguesas, até sua final expulsão do Brasil.

Em uma fase agitada como essa, muito pouco poudo o país conseguir em prol da seu desenvolvimento econômico.

A crédito desse primeiro reinado, na intenção de impulsar a agricultura, tem-se que registrar algumas medidas como a instalação de colônias alemãs no Rio Grande do Sul, a concessão de sesmarias em Santa Catarina, a criação de estabelecimentos para vulgarisar conhecimentos de agricultura e algumas outras providências de menor importância.

Em 7 de abril de 1831 retira-se D. Pedro para Portugal, abdicando em favor do seu filho D. Pedro de Alcântara que tinha a idade de 5 anos, nomeando a José Bonifácio de Andrada e Silva tutor de seus filhos.

Foi pelo Congresso instituída a Regência provisória, tornada mais tarde definitiva.

Em 12 de agosto de 1834 foi votado o Ato Adicional à Constituição do Brasil criando um só Regente em vez de três.

Realizada a eleição, e escolha recaiu no Senador Padre Diogo Antonio Feijó, cuja proclamação de Regente do Império teve lugar em 12 de outubro de 1835.

Revelou-se Diogo Feijó um grande estadista, de rara energia, confendo a dissolução do Império ante as grandes perturbações políticas e militares.

Na opinião de Feijó, a falta de respeito à autoridade excitava geral clamor; as instituições vacilavam; o cidadão vivia ansioso e assustado; o vulcão da anarquia ameaçava devorar o Império. Diogo Feijó é substituído na Regência, em 19 de setembro de 1837, pelo Senador Pedro de Araújo Lima.

Foi Feijó "quem, por assim dizer, fundou aqui o poder civil; quem estabeleceu em nossa Pátria a prestígio da autoridade e da lei; quem deu à nacionalidade a sua integração atual".

Conquanto fossem de extremas dificuldades o governo regencial, assim mesmo alguma coisa foi feita pela educação da mocidade criando escolas. Por essa época foi fundado o colégio Pedro II, inaugu-

rado a 25 de março, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instalado em 21 de outubro, ambas essas criações tendo tido lugar em 1838.

O período da Regência vai de 2 de abril de 1831 a 22 de julho de 1840, data em que se deu a declaração da maioria de Pedro II.

Apesar da preocupação dominante dessa época ter sido o problema político, descuidando-se o governo do programa econômico e financeiro, a exportação do país cresceu sempre, **avolumando-se a produção do café.**

O nosso intercâmbio com o exterior, graças sobretudo ao desenvolvimento da navegação internacional revela tendência para aumentar.

No exercício de 1839 a receita fôra de 15.947:936\$000 e a despesa de 24.968:661\$00.

Caracterisa-se a situação financeira nesse período, talvez o mais agitado de toda nossa história, pelas deficits, impostos, emissões e empréstimos; mas, mesmo assim, na opinião de Agenor de Roure, fez muito a Regência "guardando o Brasil para os Brasileiros".

Em 22 de julho de 1840 terminou o governo da Regência com a declaração da maioria de D. Pedro II, que assumiu a suprema direção do país, contando por essa época quinze anos de idade.

Continuaram nos primeiros anos do segundo Império as perturbações por numerosas guerras civis, tendo D. Pedro II a auxiliá-lo ilustres homens públicos.

E as perturbações políticas continuaram a embaraçar o nosso progresso econômico.

De 1849 em diante, diminuída a efervescência política, conseguiu o país realizar acentuado desen-

volvimento, situação essa que sofreu nova descontinuidade com o período da guerra do Paraguay, de 1864-1878.

Na ordem econômica convém assinalar a **introdução da cultura do café no país**, pois introduzido no Pará, Amazonas e Maranhão em 1723, só cinquenta anos mais tarde aparece no sul, estendendo-se por S. Paulo, Minas, Espírito Santo, Bahia, etc..

Vem-se juntar o café, ao qual estaria reservado até nossos dias papel de relevância inconstatável na nossa história econômica, aos demais artigos de exportação, como açúcar, aguardente, algodão, fumo, cacáu, anil, madeiras, couros e algum ouro.

Em 1827 já figurava o café, na nossa exportação com o volume de 152.048 sacos de cinco arrobas; em 1831, já atingia a 448.249 sacos; em 1841 a 1.258.882 sacos; em 1871 a 2.884.624 sacos.

A campanha do Uruguay e depois a guerra do Paraguay, que além de 600.000:000\$000 custou no Brasil 100.000 vidas, obrigando-o a fazer grandes sacrifícios pecuniários, forçado que foi a contrair empréstimos e fazer emissões, prejudicou bastante o progresso econômico da nação.

Até então o país atravessa uma situação de prosperidade econômica e o governo de Pedro II havia realizado grandes empreendimentos, como a construção de estradas de ferro, atingindo a navegação e o comércio forte desenvolvimento, bem assim a agricultura.

O problema de mão de obra no nosso meio rural, que até hoje, com exceção de S. Paulo, para onde desde 1873, sendo Ministro da Agricultura o Con-

Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA

ANTICARBUNCULOSA (CARBÚNCULO HEMÁTICO)

CONTRA A DIARRÊIA DOS BEZERROS (PNEUMOENTERITE)

CONTRA A PNEUMO-ENTERITE DOS PORCOS

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

RIO DE JANEIRO

Distribuidor exclusivo no Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo

Cesar A. Cardoso

Rua Uruguiana, 33-1.º andar. — Caixa Postal 356 — Rio de Janeiro

selheiro Antonio Prado, foram encaminhados os imigrantes, está por resolver-se, tendo começado a se agravar com a proibição do tráfico em 1817, e a seguir a sua supressão em 1850, em virtude da lei Euzébio de Queiroz.

A preocupação da colonização estrangeira só se tornou uma realidade com a vinda de D. João VI em 1808, que baixou um decreto assim concebido: "Como é útil ao meu real serviço e ao bem público dar incremento à agricultura e à população que é muito restrita neste país, e por outros motivos que nos têm sido apontados e me parecem bons, sou servido que concessões de terras por sesmarias possam ser feitas aos estrangeiros habitantes do Brasil na mesma forma prescrita por minhas ordens reais a respeito dos novos vassallos tendo em vista todas as leis ou disposições em contrário".

A primeira colônia de estrangeiros no Brasil data de 108 com a fundação de Nova Friburgo. A de S. Leopoldo no Rio Grande do Sul só teve lugar alguns anos mais tarde.

Em 28 de setembro de 1871, na ausência de Pedro II, que havia empreendido uma viagem à Europa, a princesa Dona Izabel promulgou a Lei do ventre livre, defendida pelo presidente do Conselho, Visconde do Rio Branco.

Foi ainda a princesa D. Izabel quem em 13 de maio de 1888, numa segunda regência, promulgou a lei de libertação dos escravos.

A estatística oficial do ano anterior à abolição acusava a existência de 723.419 escravos, representando um valor aproximado de quinhentos mil contos.

A Lei n. 3.353 de 13 de maio, pela qual se extinguiu a escravidão no Brasil, é concebida nos seguintes termos.

A Princesa Imperial Regente, em nome de sua Magestade o Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império, que a assembléa geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º — É declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, a faça cumprir, publicar e correr.

Dado no palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67.º da Independência e do Império.

Princesa Imperial Regente.
Rodrigo Augusta da Silva."

Fácil será avaliar qual não tenha sido a desorganização trazida por essa abolição ao regime do nosso trabalho agrícola até em vigor.

Até hoje, pode-se dizer, continua insalável a organização do nosso trabalho rural, apesar da influência decisiva que passou o futuro do país.

Manda a justiça reconhecer que sempre constituiu preocupação do 2.º Império a substituição contínua sistemática do trabalho livre, retomando assim o programa econômico de D. João VI, interrompido no governo de Pedro I e durante a Regência.

Houve sem dúvida, por parte dos estadistas do Império, a preocupação de encaminhar a transformação do trabalho agrícola de que as leis do ventre

livre (Lei Rio Branco) e a da libertação dos sexagenários, servem de demonstração eloquente.

A corrente imigratória para o Brasil começa a se verificar desde 1828; mas, ao se dar a abolição, o contingente de braços trazido, estava longe de fazer face à desorganização que se manifestou e ainda perdura na nossa agricultura.

Não houve, é certo, a paralisação do progresso econômico do país, mas quem negará que o terreno para uma transformação assim tão brusca se achava preparado?

Entraram no Brasil, de 1835-1855 cerca de 374.000 imigrantes; 1855-1880, 261.804.

O encaminhamento dessa imigração fez-se de preferência para o Sul, apontando-se os ministros Antonio Prado e Rio Branco como aqueles que lhe deram maior impulso.

Em 1888, com a supressão dos subsídios (Ministério Buarque de Macedo) decaiu a imigração, tendo o Império nos primeiros anos, gasto grandes somas tanto com a imigração como com a colonização.

Nota-se um movimento ascensional na corrente imigratória em 1885, a partir principalmente de 1887 em diante e depois de abolida a escravidão.

De 1820 a 1919 calcula-se terem entrado no Brasil 3.577.355 imigrantes.

Se se tivesse de apreciar exatamente a influência do fator trabalho na nossa agricultura, ter-se-ia até mesmo que considerar dentre os vários fenômenos o do sistema geográfico nas diversas regiões do país.

É assim que o Sul tem progredido mais rapidamente e se povoado sob a influência das grandes correntes imigratórias estrangeiras e nacionais, movimento esse mais lento no Centro; o nordeste, será antes um centro de irradiação, fornecendo elementos de trabalho para o norte, centro e sul.

É certo que o povoamento das diversas regiões do nosso território não se vai efetuando igualmente. É um desequilíbrio que se fará sentir no progresso dessas regiões; já se não podendo duvidar mais que o povoamento do sul se dará com maior aceleração, contando além do crescimento vegetativo da população com as correntes imigratórias.

Aí está num fenômeno que não pôde escapar às cogitações dos responsáveis pelo futuro do nosso país.

Não se pode negar que o Brasil no segundo Império atingiu regular progresso econômico, crescendo o volume da exportação do café, do açúcar, do algodão, da borracha, do cacau, do mate e dos couros; o comércio exterior teve um desenvolvimento crescente.

PEÇAM O

PEQUENO MANUAL DO CRIADOR

do Médico-Veterinário

DR. JORGE VAITSMAN

Cr\$ 25,00, pelo reembolso postal

Caixa Postal 3328

R I O

AINDA A ESCOLA DE NÎMES

Por FÁBIO LUZ FILHO

Acentuou lapidariamente Gide que o programa da Escola de Nîmes é transformar, em seu princípio mesmo, a ordem econômica atual, fazendo passar o governo econômico das mãos dos produtores para as dos consumidores, abolindo o lucro (pelo princípio da restituição das sobras na proporção das operações efetuadas com a cooperativa) e tôdas as deduções parasitárias de que nascem as grandes fortunas, e estabelecer por tôda parte o justo preço.

Gide, depois de, em páginas vivas e sinceras, fazer justas homenagens à obra monumental de Marx, frisou que o princípio da mais-valia, no plano cooperativo, toma apenas outra base e outro caráter.

"A Escola de Nîmes sempre se apresentou respeitosamente como filha de Rochdale. Quando se rebelou contra os velhos cooperativistas franceses, desfraldou o programa de Rochdale, proclamando que era a êste que se devia voltar com a preocupação de modestamente nada nêle ser alterado".

Entanto, um movimento não vive durante meio século, acrescenta, sem adquirir uma certa fisionomia, sem deixar seu traço na história das doutrinas e na ação prática.

Gaumont acentua:

"On peut dire, en effet, que l'École de Nîmes, a constitué, en corps de doctrines, ce qui n'était jusqu'alors que le programme spontané d'un mouvement ouvrier".

("Pode-se dizer, com efeito, que a Escola de Nîmes transformou em corpo de doutrinas o que não era mais, até então, do que um programa espontâneo dum movimento operário").

Tem-se que acrescentar, em abono da Escola de Nîmes, a sua inspiração moral e espiritual, como já acentuei, no que se afasta de Owen e Fourier, os quais, como precursores, achavam que a transformação do meio social bastaria para a transfiguração dos homens e para torná-los felizes.

Daí frisar a Escola de Nîmes que tôda a questão social é, no fundo, uma questão moral, e que é precisamente do caráter do cooperativismo trazer para a ordem econômica êste fator moral que é a ajuda-mútua e que tem por divisa: um por todos e todos por um.

O próprio Sorel, não deixou de aceitar a fórmula cooperativa, desde que subordina ao sindicato, por evitar, dizia ("Matériaux d'une théorie du prolétariat"), que se transformassem em economatos capitalistas, Sorel, no seu ideal sindicalista revolucionário que apelava para a violência, ao caracterizar a ação dos sindicatos, dizia que o sucesso da revolução social era impossível sem a realização de uma evolução moral, no que perfilha Durkheim.

Gide acentuou, com propriedade, que o programa da Escola de Nîmes se tornou a carta do movimento cooperativo em todos os países do mundo ("qui est devenu la charte du mouvement coopératif dans tous les pays du monde...").

E Gaumont acrescenta mais que a Escola de Nîmes, "impondo a fórmula dos Rochdalianos, lhe deu

tôda a sólida virtude duma doutrina ao mesmo tempo científico, moral e social".

Eis, em traços rápidos, o programa universal da Escola de Nîmes.

Como se vê, o movimento cooperativo em sua pureza é autônomo, despejado de influências estatais ou desejoso de controles ou ligações estatais.

Gide, ao fim, já havia cedido quanto à rigidez do esquema de Nîmes, admitindo as relações intercooperativas, de vez que, o contrário, seria quase que a vinculação permanente e inapelável, com vistas de subordinação absoluta de tudo, principalmente do elemento rural, às poderosas organizações de consumo federativas, não obstante, depois de sua morte, essas relações ainda não se tenham concretizado de maneira satisfatória, como no Brasil, por exemplo, como em comunicado à imprensa recentemente fez sentir o Centro Nacional de Estudos Cooperativos, o que é lamentável. . .

Entanto, Fauquet, o maior teórico vivo moderno do cooperativismo, sentenciou que as relações intercooperativas fazem reaparecer, entre a exploração campesina cooperativada, "método social e economicamente superior ao salariado" que estabeleceriam as grande federações de consumo com suas grandes propriedades agrícolas), elementos de ordem moral, de vez que as cooperadores do campo e os da cidade tomarão consciência dos laços de interdependência que os unem.

Estabelecer-se-á, assim, uma comunidade de sentimentos que levará a uma mutualidade equitativa, ao respeito mútuo de suas condições de vida e trabalho. "As relações intercooperativas dão, assim, uma vida nova às velhas noções morais do "justo preço" e do "justo salário", a predominância do social sobre o econômico". E', além do mais, fonte de progresso técnico, rehumanização e remoralização das relações econômicas. "Les biens transmis ne sont plus de simples valeurs économiques, des marchandises depouillées d'humanité". (Fauquet).

Ademais, as relações intercooperativas, "tendem igualmente a uma organização do processo eco-

LAVRADOR:

Inscreve-te sócio da

SOCIEDADE NACIONAL DE
AGRICULTURA

Informações:

Av. Franklin Roosevelt, 115-6.º

C. Postal 1245 — Tel.: 42-2981

— Rio de Janeiro —

nômico; a oferta e a procura, em lugar de serem feitas indiretamente e, talvez, ao acaso de circunstâncias de tempo e lugar, são postas em contacto direto e permanente uma com a outra”.

Paul Claudel, Fauquet, Lavergne, Lasserre, etc., etc. recentemente afirmaram, de público, apoiando declaração da Aliança Cooperativa Internacional, que os cooperativistas só reconhecerão identidade de fins entre a ação cooperativa e a ação do Estado quando este se livrar da pressão dos interesses privados e responda à necessidade duma organização que faça prevalecer o espírito de serviço sobre o espírito de lucro, tanto no plano nacional, como no internacional.

Repetto, o ilustre militante socialista argentino, recentemente frisou em conferência (ao se referir às nacionalizações) à obra realizada por mais de 800 mil cooperativas no mundo com 143 milhões de associados, seus armazéns, suas fábricas, seus campos de produção agrícola, suas frotas de navios, seus bairros residenciais, suas oficinas e mais de dois milhões de operários e empregados, consumidores todos participantes do movimento cooperativo.

Cita a **Warbasse, Ramadier**, socialista, e **Perkins**, que se rebelam contra a possibilidade de tôdas essas realizações da iniciativa privada em beneficio coletivo serem absorvidas pelas nacionalizações, principalmente na Inglaterra, esta com cêrca de 2.000 cooperativas de consumo que englobam um movimento de operações de mais de 8 bilhões de libras, dando trabalho a 250.000 pessoas, e à qual pertence a quarta parte da população inglesa.

Perkins, no Congresso recente de Brighton, declarou que o governo trabalhista inglês não tinha a intenção de minar a posição do movimento cooperativo inglês, “**cujos métodos são superiores a quaisquer formas de organização industrial e comercial**” principalmente as de índole estatal. O fantasma da burocratização da economia parece, pelo menos, em parte, afastada...

Repetto disse que **criar uma economia na qual só se apliquem medidas coercitivas de governo, equivale a ignorar a importância dos valores humanos e a destruir a fonte da mesma da qual sai a inspiração democrática.**

Eis aí a voz autorizada de um autêntico rochadiliano.



CASA SANO

S.A.

FABRICANTES ESPECIALISTAS DE QUAISQUER PRODUTOS DE CIMENTO HÁ MAIS DE 25 ANOS

O QUE HÁ DE
MAIS DURAVEL,
ECONÔMICO, LE-
VE E FACIL DE
APLICAR!



INDISPENSÁVEL
EM QUALQUER
SERVIÇO DE
CONSTRUÇÃO!

ALÉM DE CHAPAS LISAS E ONDULADAS FABRICAMOS PEÇAS MOLDADAS PARA QUALQUER FIM, BEM COMO CAIXAS, COIFAS, TUBOS QUADRADOS E CILÍNDRICOS, ETC., ETC.

Catálogos e demais informações:

Sede:

RUA MIGUEL COUTO, 40

CAIXA POSTAL: 1924

Endereço Telegráfico: SANOS

Telefones:

23-4838 — 23-3931

e 23-1662

RIO DE JANEIRO

II Conferência Nacional Algodoeira

Em 1916 a Sociedade Nacional de Agricultura fez realizar no Rio de Janeiro a 1.^a Conferência Nacional Algodoeira, de tão benéfica influência na cultura dessa preciosa fibra no país.

Em 1923, promoveu e realizou, também nesta Capital, a 1.^a Conferência Internacional Algodoeira.

Mais de 25 anos são passados sem que os interessados na cultura dessa preciosa fibra se reunissem para trocar idéias e firmar a orientação a ser seguida, face aos novos rumos que a cultura, o comércio e a indústria têm forçosamente tomado nesse largo espaço de tempo.

De resto, a situação do algodão no Brasil, ultimamente, vem chamando a atenção de nossos homens de governo e de classe, pelo acúmulo de problemas, de resolução imperiosa, a fim de serem atendidos aspectos prementes daquela grande atividade agrícola do país.

Foi por isso, que a Sociedade Nacional de Agricultura deliberou levar avante, sob os auspícios do Ministério da Agricultura, como nas vezes passadas, o importante certame, cujo ante-projeto de programa está concebido nos seguintes termos:

REGIMENTO E PROGRAMA

Finalidade

Art. 1.^o — A 2.^a Conferência Algodoeira, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura, a ser realizada, no Rio de Janeiro, durante a primeira quinzena de setembro de 1950, tem por objetivo estudar a situação em que se encontram a lavoura, o comércio e a indústria do algodão, examinando as causas que concorrem para o decréscimo da produção e sugerindo medidas capazes de soerguer a lavoura, estabilizar o comércio e equilibrar a indústria do produto.

Art. 2.^o — A 2.^a Conferência Algodoeira, além da parte referente ao algodão, tratará de outras plantas têxteis de valor econômico, sobretudo daquelas que estão concorrendo ou possam vir a concorrer para o fortalecimento da nossa balança comercial.

Participantes

Art. 3.^o — São membros da Conferência todos aqueles que solicitarem sua inscrição à delegação estadual, ou à Comissão Organizadora, na falta daquela.

Delegações Estaduais

Art. 4.^o — Serão constituídas nos Estados delegações da Conferência, incumbidas de organizar a representação e participação da lavoura, do comércio e da indústria locais.

Parágrafo único — As delegações deverão manter permanente contato com a Comissão Organizadora, recebendo e coordenando as contribuições ou estudos e promovendo uma ou mais reuniões, nas quais será recolhido, em forma de recomendações, sucintamente justificadas e documentadas, o ponto de vista dos interessados, para, após estudo das Comissões Técnicas, ser presente ao plenário da Conferência.

Comissão Organizadora

Art. 5.^o — A Conferência será organizada por uma comissão designada pela Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, e se comporá de presidente, vice-presidentes, secretário geral e Comissão Técnica.

Art. 6.^o — A Comissão organizará o programa da Conferência, designará as Delegações e, de um modo geral e amplo, superintenderá os trabalhos da Conferência até a primeira reunião preparatória.

Mesa de Conferência

Art. 7.^o — Durante o seu funcionamento, a Conferência será dirigida por uma Comissão Executiva ou Mesa Diretora, eleita na primeira reunião preparatória.

Deliberações

Art. 8.^o — Tanto nas Comissões Técnicas como nas sub-comissões e ainda no plenário, as deliberações serão tomadas por maioria, obrigando os membros ausentes.

Voto

Art. 9.^o — Terão voto nas Comissões os participantes da Conferência.

Parágrafo único — No plenário, além da Confederação Nacional do Comércio, da Confederação Nacional da Indústria e da Sociedade Nacional de Agricultura, a lavoura, o comércio e a indústria, à razão de um para cada uma dessas atividades econômicas por unidade da Federação representada, terão direito a voto.

Sessões preparatórias

Art. 10.º — Serão realizadas duas sessões preparatórias, uma para reconhecimento de poderes e eleição da Mesa Diretora e outra para a nomeação, posse das comissões e sub-comissões e distribuição dos trabalhos.

Sessões plenárias

Art. 11.º — Serão realizadas tantas sessões plenárias quantas fôrem necessárias, a juízo da Conferência.

Contribuições individuais

Art. 12.º — Além do resultado do trabalho das Delegações, a Conferência poderá apreciar, a juízo da Mesa Diretora, trabalhos avulsos individuais versando temas do programa, ou assuntos que, embora não estejam ali compreendidos, sejam julgados de interesse.

Comissões

Art. 13.º — Haverá obrigatoriamente três comissões técnicas: lavoura, comércio e indústria, e tantas sub-comissões quantas forem julgadas necessárias.

Art. 14.º — O presidente da Conferência, pessoalmente ou através de um dos vice-presidentes, poderá, se assim julgar necessário, assumir a presidência de uma ou mais comissões ou sub-comissões ou reuni-las em conjunto, para discussão e deliberação de matéria connexa.

Estudos, trabalhos, indicações

Art. 15.º — A Conferência, através da Comissão Organizadora e Delegações, receberá os trabalhos que versem o temário em três vias, datilografadas, com o máximo de 10 páginas em espaço de 2. Todos os trabalhos deverão terminar por conclusões sucintas.

CRIADORES

Prefiram os produtos veterinários
RAUL LEITE. São todos de eficiência
comprovada e segurança absoluta.



VACINAS, TÔNICOS, VERMÍFUGOS.
PRODUTOS PARA TÔDAS AS
DOENÇAS E PARA TÔDAS AS
ESPÉCIES ANIMAIS



Na febre Aftosa — KUIROS E CO-
LOIDO-CÁLCIO.

Para banheiros carrapaticidas —
GAVIÃO.

Nas bicheiras e bernas — CRESOS.

Nas verminoses — FENOTIAZINA
— FENOLFTALEINA.

Nas frieiras — FRIEIROL.

Nas intoxicações — VITOS.



Peçam folhetos e preços aos repre-
sentantes nos Estados ou aos

Laboratorios
Raul Leite S. A.

RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130



— RIO DE JANEIRO —

Palavra

Art. 16.º — Cada participante da Conferência terá o direito à palavra sobre o relatório de cada comissão por período não superior a 5 minutos, ficando a Mesa com a faculdade de limitar o tempo a cada orador, caso a discussão da matéria tenha atingido uma hora.

Redação final e Anais

Art. 17.º — Na última sessão plenária, serão designadas duas comissões, uma para revisão e coordenação das conclusões, outra para a organização dos Anais da Conferência.

Casos omissos

Art. 18.º — Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Temário

Art. 19.º — A 2.ª Conferência Algodira baseará os seus trabalhos em temário próprio e no resultado de estudos, observações e inquéritos realizados, a propósito, nas várias regiões produtoras do país, a cargo de órgãos e entidades a esse fim convocados.

Art. 20.º — O temário da Conferência e o trabalho nos Estados versarão os seguintes assuntos gerais:

- a) — lavoura
- b) — comércio
- c) — indústria.

I — LAVOURA

- 1) — **Terra.** Meios de obtê-las, — compra, arrendamento, doação e parceria. Financiamento para aquisição. Preparo. Máquinas, ferramentas e utensílios. Defesa contra a erosão e conservação da fertilidade do solo.
- 2) — **Sementes.** Colaboração científica para melhoramento das plantas. Estações experimentais. Campos de cooperação. Culturas fiscalizadas. Organização de emprêsas para a produção de sementes destinadas a plantio.
- 3) — **Adubos e corretivos.** Produção nacional. Redução do custo. Difusão

nos meios agrícolas das vantagens da prática da adubação e correção das terras.

- 4) — **Zonas de plantio.** Variedades cultivadas. Delimitação das zonas respectivas. Estudo da possibilidade de aproveitamento de novas terras.
- 5) — **Defesa sanitária.** Novos processos de combate às pragas e doenças. Meios de intensificar a defesa sanitária. Assistência oficial.
- 6) — **Colheita.** Melhoria dos processos.
- 7) — **Pessoal.** Assistência social, mão de obra, treinamento e especialização.
- 8) — **Impostos e taxas.** Política tributária.
- 9) — **Crédito.** Financiamento da produção, — preço mínimo.
- 10) — **Cooperativismo.** Cooperativas de produção, beneficiamento, compras e vendas em comum, crédito e mistas.
- 11) — **Transporte.** Rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo. Fretes e tarifas.
- 12) — **Seguro.** Contra doenças, pragas e intempéries.
- 13) — **Política de preços.** Custo de produção, remuneração ao produtor.

II — COMÉRCIO

- 1) — **Algodão em caroço** — Centros comerciais. Classificação. Beneficiamento (descaroçamento e prensaagem). Enfardamento. Armazenagem.
- 2) — **Algodão beneficiado** (em pluma). Centros comerciais. Bolsas. Classificação. Consumo interno. Armazenagem. Reprensagem. Exportação. Financiamento.
- 3) — **Caroço de algodão.** Classificação. Armazenagem.
- 4) — **Transporte.** Rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo. Fretes e tarifas.
- 5) — **Pessoal.** Assistência social, mão de obra, treinamento e especialização.
- 6) — **Seguro.** Fogo, extravios, etc. e acidentes.

III — INDÚSTRIA

- 1) — Estudo das relações mercantis entre o produtor, comerciante e o industrial, visando a harmonia de interesses. Fiação e tecelagem. Óleo. Subprodutos.

A Terceira Semana do Hortelão da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

Generalidades

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", mantida na Penha, Distrito Federal, realizou, com grande êxito e entusiasmo, a sua **Terceira Semana do Hortelão**, no período de 3 a 9 de Julho do corrente ano.

As **Semanas do Hortelão**, levadas a efeito em 1948, 1949 e 1950 no tradicional educandário da Sociedade Nacional de Agricultura constituem um exemplo frizante do que de útil e objetivo vem conseguindo realizar a referida entidade de classe que, desde 1897, vem dedicando grande interesse e carinho ao problema da educação rural brasileira.

De fato, desde 1897, com o seu Aprendizado Agrícola da Penha, até o momento, com a sua Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", não descurou jamais a Sociedade Nacional de Agricultura do problema do ensino profissional agrícola, que considerou sempre fundamental para a valorização e elevação do nível de vida de nossas populações rurais.

Muito já realizou a Sociedade Nacional de Agricultura, e si mais não fez, foi porque sempre contou com recursos insignificantes para levar adiante obra tão grandiosa e patriótica.

O presente relatório da **Terceira Semana do Hortelão** dá bem uma idéia do muito que realiza, sem alarde, na Penha, a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

A Terceira Semana do Hortelão realizou-se por iniciativa e sob a orientação da Sociedade Nacional de Agricultura que há mais de cinquenta anos vem trabalhando em prol do ensino profissional agrícola no Brasil e da Fundação Getúlio Vargas, entidade de caráter técnico e educativo que vem dedicando, também, especial interesse ao problema do ensino agrícola e teve a colaboração:

- a — do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura;
- b — da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura;
- c — da Secretaria de Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal, através de seu Departamento de Agricultura.

A colaboração das referidas entidades foi valiosa e indispensável para que os trabalhos da III Semana do Hortelão alcançasse o êxito das semanas anteriormente levadas a efeito na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" em 1948 e em 1949.

A Sociedade Nacional de Agricultura colaborou:

- a — monetariamente;
- b — fazendo a publicidade da semana;
- c — com o concurso de elementos técnicos de sua Diretoria.

A Fundação Getúlio Vargas, colaborou:

- a — monetariamente;
- b — com o concurso do orientador de seus Cursos Práticos Agrícolas.

O Serviço de Informação Agrícola, colaborou:

- a — com auxílio material (publicações);
- b — com o concurso de técnicos de seu quadro.

A Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário colaborou com o concurso de técnicos do seu quadro.

Prof. GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Engenheiro Agrônomo

A Secretaria de Agricultura do Distrito Federal colaborou:

- a — com material (um caminhão de exerceo, inseticidas e fungicidas), mimeografou o programa da semana e emprestou material de mecanização devidamente equipado;

b — com o concurso de técnicos de seu quadro. Da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" colaboraram:

- a — todo o corpo docente;
- b — todos os alunos que em férias se encontravam no estabelecimento;
- c — O clube Agrícola Miguel Calmon;
- d — todos os funcionários.

SEMANALISTAS INSCRITOS (INTERNOS)

Matr.	Nome	Proced.
1	— Maj. Anibal Antonio Costa ..	M. Gerais
1	— Cel. Francisco A. de Arruda Camara	"
3	— Carlos dos Santos Mendes ...	E. do Rio
4	— Francisco Retto Filho	M. Gerais
5	— Jaime Maciel	E. do Rio
6	— Cantídio Rangel de Britto ...	"
7	— Antonio de Jesus Maciel	"
8	— Candido José da Silva	"
9	— Francisco Xavier Barbosa	M. Gerais
10	— João Garcia de Souza	"
11	— Wilson dos Santos Barroso ..	E. do Rio
12	— Waldemar Matte	D. Federal
13	— Vitor Hugo Nunes Bártolo ..	"
14	— Antonio Pereira de Siqueira ..	M. Gerais
15	— Mozart Carneiro Dantas	D. Federal
16	— Alvaro Beloso Sampaio	"
17	— Manoel dos Santos Lacerda ..	"
18	— Néstor José de Mattos	"
19	— Landio Leiras	"
20	— Antonio Gonçalves de Queiroz	"
21	— Hermógenes Mattos	"
22	— Osorio Ferreira Guedes	"
23	— Alberto Lourenço Cabrita	"
24	— Antonio Fernandes Teixeira ..	"
25	— Luiz Soares Costa	M. Gerais

Coordenadores

Foram Coordenadores da Terceira Semana do Hortelão os Engenheiros Agrônomos Antonio de Arruda Camara, Vice-Presidente do S.N.A. e Diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" e Geraldo Goulart da Silveira, Vice-Diretor da E. H. W. B. e Orientador dos Cursos Práticos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas que tiveram a seu cargo:

- a — organização do programa da III Semana do Hortelão;
- b — a supervisão de todas as atividades.

Colaboradores técnicos (aulas)

Contou a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", durante a Terceira Semana do Hortelão, com a

colaboração de 16 técnicos que ministraram aulas, dos quais:

- a — 11 Engenheiros Agrônomos;
- b — 3 Horticultores;
- c — 1 Hortelão;
- d — 1 Contador.

Foram os seguintes técnicos que ministraram aulas:

- 1 — Hortelão — Adriano Dantas
- 2 — Horticultor — Agrícola Castello Borges
- 3 — Engenheiro Agrônomo — Amaury Henrique da Silveira.
- 4 — Horticultor — André da Silva Neto
- 5 — Engenheiro Agrônomo — Antônio de Arruda Camara.
- 6 — Engenheiro Agrônomo — Charles Frederick Robbs.
- 7 — Engenheiro Agrônomo — Eduardo Hugo Frota.
- 8 — Engenheiro Agrônomo — Eduardo Safer
- 9 — Engenheiro Agrônomo — Geraldo Goulart da Silveira.
- 10 — Engenheiro Agrônomo — Guaracy Lavor
- 11 — Engenheiro Agrônomo — João Moreira Bartholo.
- 12 — Engenheiro Agrônomo — Minton Socci Cabral.
- 13 — Contador — Pedro Goulart da Silveira Filho
- 14 — Engenheiro Agrônomo — Orlando Ferreira.
- 15 — Horticultor — Severino Gonçalves Camara
- 16 — Engenheiro Agrônomo — Subael Magalhães da Silva.

Colaboradores técnicos (palestras)

Contou a Escola de Horticultura "Wenceslão Belo", durante a III Semana do Hortelão com a colaboração de 17 técnicos que realizaram palestras, dos quais:

- a — 14 Engenheiros Agrônomos;
- b — 2 Jornalistas;
- c — 1 Médico Veterinário.

Foram os seguintes os técnicos que ministraram palestras:

- 1 — Engenheiro Agrônomo — Alberto Ravache
- 2 — Engenheiro Agrônomo — Antonio de Arruda Camara.
- 3 — Jornalista — Carlos Burhr
- 4 — Engenheiro Agrônomo — Charles Frederick Robbs.
- 5 — Engenheiro Agrônomo — Eduardo Hugo Frota.
- 6 — Engenheiro Agrônomo — Flávio de Carvalho Mesquita.
- 7 — Engenheiro Agrônomo — Geraldo Goulart da Silveira.
- 8 — Engenheiro Agrônomo — Guaracy Lavor
- 9 — Jornalista — Hilcar Leite
- 10 — Engenheiro Agrônomo — Jalmirez Guimarães Gomes.
- 11 — Médico Veterinário — Jorge Pinto Lima
- 12 — Engenheiro Agrônomo — Lauro Dias Vieira
- 13 — Engenheiro Agrônomo — Olavo de Barros Araujo e Silva.
- 14 — Engenheiro Agrônomo — Osmar Lopes de Rezende.
- 15 — Engenheiro Agrônomo — Roberval Cardoso
- 16 — Engenheiro Agrônomo — Valdiki Moura
- 17 — Engenheiro Agrônomo — William Simão

Movimento das aulas

Durante a semana foram ministrada 24 aulas perfazendo um total de 45 horas de aulas.

Foram as seguintes as aulas ministradas:

- 1 — Água, rega e irrigação, pelo Prof. Antonio de Arruda Camara.
- 2 — Preparo do terreno para instalações hortícolas, pelo Prof. Subael Magalhães da Silva.
- 3 — Mecanização da horticultura, pelo Prof. Milton Socci Cabral.
- 4 — Tratos culturais das hortaliças, pelo Prof. Orlando Ferreira.
- 5 — Culturas de hortaliças frutíferas, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
- 6 — Ferramentas e utensílios hortícolas, pelo Prof. Severino Gonçalves Camara.
- 7 — Característicos e manejo do material usado em defesa sanitária vegetal, pelo Prof. André da Silva Neto.
- 8 — Indústrias rurais domésticas, pelo Prof. Amaury Henrique da Silveira.
- 9 — Sementeiras e repicagem, pelo Prof. Eduardo Safer.
- 10 — Cultura de hortaliças, pelo Prof. Agrícola Castello Borges.
- 11 — Padronização de produtos hortícolas, pelo Prof. Severino Gonçalves Camara.
- 12 — Adubação orgânica — Estrumeiras, pelo Prof. Antonio de Arruda Camara.
- 13 — Contabilidade nas explorações hortícolas, pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.
- 14 — Economia e administração de uma horta, pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.
- 15 — Divisão do terreno em lotes ou taboleiros, pelo Prof. João Moreira Bartholo.
- 16 — Defesa sanitária das hortaliças, pelo Prof. Charles Frederick Robbs.
- 17 — Indústrias rurais domésticas, pelo Prof. Amaury Henrique da Silveira.
- 18 — Cultura de hortaliças de raízes e tubérculos, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
- 19 — Mecanização da horticultura, pelo Prof. Milton Socci Cabral.
- 20 — Situação da horta (escolha do local) pelo hortelão Adriano Dantas.
- 21 — Cultura de hortaliças nas zonas quentes, pelo Prof. Guaracy Lavor.
- 22 — Aproveitamento racional do solo, pelo Prof. Subael Magalhães da Silva.
- 23 — Adubação química das hortaliças, pelo Prof. Agrícola Castello Borges.
- 24 — Acondicionamento e transporte de produtos hortícolas, pelo Prof. Subael Magalhães da Silva.

As aulas foram o mais possível claras e objetivas e, em conjunto formaram um Curso Prático de Horticultura.

Palestras

Durante a III Semana do Hortelão foram realizadas 19 palestras, assim distribuídas:

- a — 5 palestras ao almoço;
- b — 4 palestras ao jantar;
- c — 5 palestras à noite;
- d — 4 palestras durante a reunião do Clube Agrícola Miguel Calmon;
- e — 1 palestra extra, durante a sessão cinematográfica.

Foram as seguintes as palestras:

Palestras ao almoço

- 1 — O mercado de hortaliças no Distrito Federal, pelo Prof. Eduardo Hugo Frota.
- 2 — Aproveitamento de uma propriedade agrícola, pelo Prof. Alberto Ravache.
- 3 — Grêmios para o homem rural, pelo Prof. Roberval Cardoso.
- 4 — Defesa Sanitária das hortas, pelo Prof. Charles Frederick Robbs.
- 5 — Propriedade rural, pelo Jornalista Hilcar Leite.

Palestras ao Jantar

- 1 — O ensino profissional horticola, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
- 2 — O valor da boa semente, pelo Prof. Olavo Barros de Araujo e Silva.
- 3 — Aspectos do Brasil rural, pelo Prof. Laura Dias Vieira.
- 4 — Importância da apicultura, pelo Prof. Guarcy Lavor.

Palestras à noite

- 1 — Organização da classe rural, pelo Prof. Antonio de Arruda Camara.
- 2 — A situação da agricultura e da pecuária no Distrito Federal, pelo Prof. Osmar Lopes de Rezende.
- 3 — O ensino profissional horticola, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
- 4 — Cooperativismo, pelo Prof. Valdik Moura.
- 5 — Avicultura doméstica, pelo Prof. Jorge Pinto de Lima.

Palestras no Clube Agrícola

- 1 — Atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
- 2 — Clubes Agrícolas, pelo Engenheiro Agrônomo Roberval Cardoso.
- 3 — A campanha dos Clubes Agrícolas, pelo Jornalista Carlos Bühr.
- 4 — As atividades do Serviço de Informação Agrícola, pelo Dr. William Simão.

Sessões cinematográficas

Graças à colaboração dos Professores Jalmirez Guimarães Gomes e Flávio de Carvalho Mesquita, foram realizadas 2 sessões cinematográficas com a exibição de 5 filmes técnicos, sendo:

- a — um sobre "A broca do café", preparado pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, procedido de comentários pelos referidos técnicos;
- b — quatro sobre outros assuntos de técnica, cedidos pela Embaixada Americana.

Movimento do refeitório

Durante a III Semana do Hortelão foram servidas 1425 refeições, assim distribuídas:

- a — 350 cafés pela manhã;
- b — 415 almoços;
- c — 328 lanches;
- d — 332 jantares.

Reunião do Clube Agrícola Miguel Calmon

Durante a III Semana do Hortelão realizou-se, com a assistência de todos os semanistas, a reunião anual

de prestação de contas do Clube Agrícola Miguel Calmon, constituído pelos alunos da Escola.

Presidiu a reunião do Clube Agrícola o Dr. William Simão, Chefe do Serviço de Clubes Agrícolas do Ministério da Agricultura.

Usaram da palavra, em nome do Clube Agrícola Miguel Calmon o estudante José Antonio Simões Lopes, Presidente, e o Prof. Geraldo Goulart da Silveira. Durante a reunião, fizeram palestras, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, o Prof. Roberval Cardoso, o Jornalista Carlos Bühr e o Dr. William Simão.

Aproveitando a oportunidade realizou o Clube Agrícola Miguel Calmon:

- a — uma exposição de hortaliças colhidas na horta mantida pelo Clube;
- b — distribuição de prêmios (livros e ferramentas) oferecidos pelo Serviço de Informação Agrícola.

Jornal "O Hortelão"

Durante a Semana circulou o jornal mimeografado "O Hortelão".

Foram editados 5 números do referido jornal, perfazendo um total de 450 exemplares que foram distribuídos entre os semanistas e os visitantes.

Comissão de "Bem Estar"

Funcionou eficientemente a Comissão de "Bem Estar", chefiada pelo Hortelão Adriano Dantas e integrada pelos Fruticultores Antonio Albani e Moacyr Ruallem e pelo estudante José Antonio Simões Lopes.

Sessão de encerramento

A sessão de encerramento, presidida pelo Dr. Benvido de Novaes, Diretor do Departamento Nacional de Produção Vegetal contou com a presença, na mesa, do Dr. Antonio de Arruda Camara, Diretor da Escola, representando a Sociedade Nacional de Agricultura, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Vice-Diretor da Escola, representando a Fundação Getúlio Vargas, o Prof. Subael Magalhães da Silva, representando a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, o Prof. Milton Sacci Cabrel, representando o Departamento de Agricultura do Distrito Federal, o Prof. Pedro Goulart da Silveira, representando o corpo docente da Escola, o Assistente Agrícola Castello Borges, representando os professores dos Cursos Prático, o Assistente Antonio Albani, representando os assistentes da Escola, o Hortelão Adriano Dantas, representando o corpo administrativo da Escola e o estudante José Antonio Simões Lopes, representando o Clube Agrícola Miguel Calmon.

Durante a sessão de encerramento fizeram uso da palavra:

- a — O Dr. Antonio de Arruda Camara que fez um sucinto relato das atividades da III Semana do Hortelão;
- b — O Prof. Geraldo Goulart da Silveira, que falou em nome do Clube Agrícola Miguel Calmon;
- c — O Prof. Subael Magalhães da Silva que falou em nome da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal;
- d — O Dr. Benvido Novais, que focalizou a ação da Sociedade Nacional de Agricultura e a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" no setor do ensino agrícola.

Geraldo Goulart da Silveira

Coordenador da III Semana do Hortelão

Cooperativa Agrícola de Cotia

À margem do Relatório do seu dinâmico e ilustre Presidente, Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida.

A Cooperativa Agrícola de Cotia realizou a sua 22.^a Assembléa Geral Ordinária para apreciar os resultados obtidos pela organização no ano social de 1949-1950, apresentado por seu presidente, dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, em relatório elaborado á luz das estatísticas organizadas pelas diversas seções da organização.

Antes de apreciarmos os pormenores dos trabalhos realizados, cumpre ressaltar as palavras do sr. Emil Lustig, diretor da Federação das Cooperativas Suecas, quando visitou esta organização em São Paulo no ano em curso: "Considero a Cooperativa Agrícola de Cotia como um modelo de trabalho solidário tendo observado estar nela implantada uma verdadeira democracia econômica; é um monumento de imenso trabalho e pode servir como modelo às cooperativas de todo o mundo". — Estas palavras de um diretor de federação cooperativa do velho mundo, dizem melhor que qualquer afirmativa de nossos estudiosos no assunto, servindo para que os céticos meditem e cuidem melhor das virtudes cooperativistas.

Na leitura do seu relatório, o dr. Manoel Ferraz de Almeida declara nas considerações iniciais: — "A coesão demonstrada pela nossa comunidade é de admirar, expressando quanto vale a força da união de 4 mil e poucos lavradores, sinceramente reunidos sob a bandeira de um ideal comum, consubstanciado na realização da verdadeira democracia, a democracia econômica". Fala depois sobre os obstáculos que procuram enquadrar o cooperativismo como meras organizações mercantis, e assim desconsiderando em nosso meio a essência da teoria cooperativista, minando no pensamento dos cooperativistas ortodoxos, sinceros, receio pelas graves consequências que poderão advir para o futuro do movimento. Entra, então, na posição da Cooperativa de Cotia na lavoura do Estado, lembrando que no espaço de 25 anos, as atividades da cooperativa, no campo das vendas e compras em comum, ele-

varam-se — o que esclarece os números e cifras que hoje traduzem o movimento anual da organização — em 17 vezes o número de cooperadores; em 112 vezes, o capital social e o fundo de reserva; o volume de vendas 70 vezes e o de compra 200 vezes. Esse progresso constante faz com que a Cotia tenha papel relevante no suprimento dos mercados de gêneros de São Paulo e Rio, ajudando também as deficiências dos mercados de outros Estados. Sobre a batata diz que nos 19 mil alqueires da área semeada com o produto, em cinco Estados do sul, a Cotia semeia 1.000 alqueires, ou seja 8% daquele total, retendo, porém, 16% dentro do Estado, distribuindo a cooperativa, no exercício em estudo, 406 mil sacas, correspondendo ao rendimento médio de 406 sacas por alqueire colhido pelos associados. Na avicultura, o Estado possui 2.413 granjas com 2.667.927 aves, sendo a produção anual de ovos de 24.297.144 dúzias, e destes totais, a cooperativa tem 511 granjas, 305.316 aves e produz 3.601.793 dúzias de ovos anualmente. Quanto ao tomate, a área plantada no Estado, no ano em estudo, foi de 2.125 alqueires, sendo que na Cotia atingiu a 250 alqueires; a produção média foi de 901 caixas por alqueires para os não cooperados e de 2.256 caixas para a cooperativa. A venda global de legumes atingiu a Cr\$ 13.414.500,10, ou seja 11,54% sobre o ano anterior; a de morango, foi superior em quantidade em 6,51%, e em cruzeiros 11,76%; algodão em 125,21%, para um montante de 127.825 arrobas, sobre o exercício anterior. O óleo de menta, chá preto, banana, carvão de lenha e outros produtos, ofereceram movimentos animadores, inclusive a produção de algas marinhas, que atingiu a 45,91%. — Os serviços de exportação, cabotagem distribuição de capitais, vendas a varejo, departamento de compras, realizaram trabalhos dignos de economia. O conjunto desses trabalhos, pode ser avaliado pelo resumo estatístico do movimento geral do ano social da Cooperativa Agrícola de Cotia, expresso pela cifra de Cr\$ 486.857.638,30, que acusou um aumento sobre o exercício do ano anterior de Cr\$ 58.650.703,40, e que é assim discriminado: vendas, Cr\$ 194.306.589,90; compras

Cr\$ 86.175.766,90; crédito, Cr\$ 195.359.630,20, e serviços sociais, Cr\$ 11.015.651,30, prefazendo o total de Cr\$ 486.857.638,30. — O capital social englobando o capital realizado de Cr\$ 34.859.219,6 e o fundo de reserva de Cr\$ 4.897.752,50, elevou-se a Cr\$ 29.756.972,10, assim acusando um aumento sôbre o ano anterior de Cr\$ 5.026.663,90. O ativo imobiliário passou a Cr\$ 55.246.170,20 representando um aumento de Cr\$ 1.621.709,00 em confronto com o exercício 48-49. O serviço de crédito apresentou um volume de Cr\$ 195.359.630,00; o saldo da conta de depósitos registrou um aumento de 9 milhões de cruzeiros, chegando os empréstimos a 3.700 mil cruzeiros. Prosseguiu o dr. Ferraz de Almeida analisando os serviços médicos, de engenharia, transportes, serviços de incubação e os trabalhos da fazenda experimental de Moinho Velho, assim como a parte de ensino, inclusive para os filhos dos associados. Deteve-se no problema da mecanização da lavoura, mencionando que nos Estados Unidos tem 8 milhões de tratores, para uma área cultivada de 176.478.000 hectares, e que aqui no nos-

so país, temos 24.960.000 hectares de área cultivada e apenas com 12.000 tratores, lembrando, então, que se deve cogitar do problema da mecanização, restando-nos utilizar as facilidades ao nosso alcance.

Terminou o dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, incontestável líder cooperativista e das classes rurais, suas declarações contidas em relatório, dizendo que: "Devemos refletir que a democracia identifica-se com o ideal do brasileiro mas que a igualdade de oportunidades efetivamente deve ser defendida em benefício de todos. Ao lado do direito de enriquecer não deve existir a liberdade de passar fome, para o que, em correspondência com a democracia política, devemos cuidar de criar uma verdadeira democracia econômica". — "Mas uma vez peço vênica para reiterar a necessidade de preservarmos o espírito de nossa organização. Esse espírito nasceu dos pioneiros do Moinho Velho e deverá, através do tempo nortear a administração dos negócios sociais hoje entregue às nossas mãos. Em nenhuma circunstância será lícito esquecermos os exemplos desses admiráveis lavradores".

PARA BEM SERVIR COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

BORGHOFF S. A.

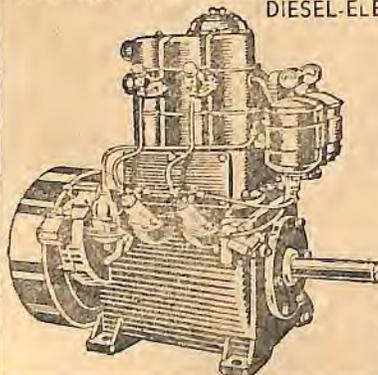
Rio de Janeiro - Rua Riachuelo, 243 - Fone 42-3720 - C. P. 619
São Paulo - Av. Gal. O. da Silveira, 63 - Fone 51-6980
Telegramas - "Borgmagneto" - Rio ou S. Paulo

O motor DIESEL mais
vendido no Brasil,

porque é um motor verdadeiramente **D'IESEL**

MODELOS DIVERSOS ATÉ 20 HP

Oferecido nos tipos: INDUSTRIAL MARÍTIMO, GRUPOS
DIESEL-ELÉTRICOS E DIESEL-BOMBAS.



- ◆ Virabrequim apoiado em rolamentos.
- ◆ Lubrificação forçada.
- ◆ Controlado por regulador automático.
- ◆ Partida a frio
- ◆ Vigiado por manômetro e por termômetro.
- ◆ ROBUSTO, DURÁVEL, ECONÔMICO E SIMPLES.

Assistência técnica, feita as especializadas e sobressalentes em estoque.

Representamos outros motores e grupos-geradores, para qualquer potência.

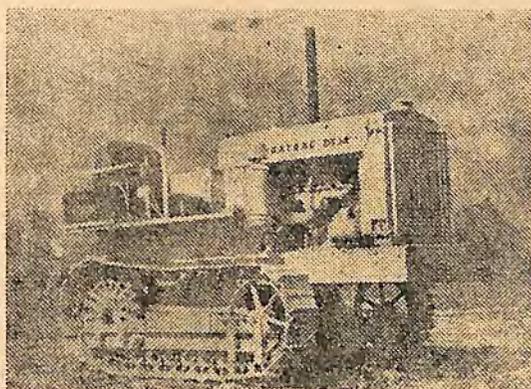
A CASA MAYRINK VEIGA S.A.

Representante exclusiva no Brasil:

American Tractor Corporation

— de New York, fabricantes dos afamados:

— Tratores Terratrac DT-34, Diesel



Potência na barra de tração 29 H.P.

Potência na correia 34 H.P.

Motor "BUDA" Diesel — Combustível Diesel Comercial

Arranque elétrico — Lubrificação por pressão

Rolamentos TINKEN — Engrenagens CLARK — Tomada de força

**O TRATOR IDEAL PARA A LAVOURA CAFEZEIRA, ALGODOEIRA,
CANAVIEIRA, E TODOS OS FINS AGRÍCOLAS**

Procurem conhecer os resultados dos tests efetuados em Ipanema (submetido pelo Ministério da Agricultura) e em Campinas (Submetido pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo).

Rua Mayrink Veiga, 21 -- Tel. 23-1600 (Mesa de ligação)

Deputado Lauro Montenegro

Discurso pronunciado na "Casa da Paraíba" pelo Dr. João Maurício de Medeiros, Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

Bem haja a "Casa da Paraíba" que, soube reunir os paraibanos presentes nesta capital, sem distinção de côr, religião ou política, no mais fraternal dos convívios, procura reverenciar os mortos, estudando-lhes a vida naquilo que de melhor possa oferecer à meditação dos vivos.

Bem haja Senhor Presidente e senhores diretores, a orientação sadia e proveitosa que vindes imprimindo à organização deste sodalício, tão novo, ainda, mas já tão promissor, em cujo seio nos sentimos, todos, como irmãos no próprio lar paterno, onde a amizade e o interêsse comum devem constituir preocupação única e de todos os instantes, não permitindo, jamais, que nele medrem a discórdia, a paixão e a inveja, sentimentos antagônicos à felicidade que vos propusestes criar pela união da colônia paraibana.

Não me encontrava, aqui, na data histórica e feliz de sua criação, só por isso deixando de figurar entre os seus sócios fundadores, o que muito me pesa. Já subscrevi, porém, a minha proposta de sócio efetivo e a ela, às suas elevadas finalidades, dispensarei sempre a mais decidida colaboração.

Congratulo-me, pois, com os autores de tão meritória idéia e faço votos, os melhores, por que a nossa "Casa da Paraíba" alcance e ultrapasse, mesmo, os seus nobres designios.

Entre os homenageados de hoje incluíes o deputado Lauro Montenegro, a mim distribuindo a responsabilidade de falar sobre a sua personalidade, o que fizestes, segundo me foi declarado, atendendo à circunstância, que muito me honra, de haver sido eu, além de seu colega na profissão de agrônomo e no serviço público estadual e federal em que juntos labutamos, um dos amigos que mais de perto privaram da sua intimidade. E não fôra isso, outra justificativa não haveria para tal encargo, de vez que todos aqui conhecem tão bem quanto eu a vida do saudoso homenageado e me-

lhor do que eu qualquer um poderia traçar a sua biografia e, com ela, o seu perfil moral, profissional ou político.

Lauro Montenegro nasceu na povoação de Alagoinha, Município de Guarabira, Estado da Paraíba, aos 28 de abril de 1894 e faleceu, nesta capital, aos 22 de abril de 1950. Foi, desde criança, um privilegiado pela inteligência e pelo caráter, prediçados pelos quais se impôs sempre à admiração, estima pessoal e respeito de quantos tiveram a ventura de com êle privar.

Muito jovem, ainda, ingressou no tradicional Seminário de Olinda, onde se iniciou na carreira eclesiástica, que deveria concluir em Roma, conforme desejavam seus dignos progenitores. Aconteceu, porém, que, outra sendo a sua vocação, já quando nesta metrópole, em trânsito para a Cidade Eterna, resolveu tirar a batina para empunhar o arado, fazendo, com brilho excepcional, o curso de Agronomia na extinta Escola de Socorro, em Pernambuco.

Acadêmico, ainda, ingressou na vida pública, atuando, eficientemente, no Serviço Estadual de Algodão, inantido pelo Estado da Paraíba em regime de cooperação com o Governo Federal.

Dai foi êle, pela sua competência, solicitado para trabalhar no Aprendizado Agrícola "Vidal de Negreiros", como auxiliar do respectivo diretor, o invulgar e saudoso técnico José Augusto da Trindade, grande luminar das ciências agrônômicas, a quem o Nordeste e o Brasil devem os mais relevantes serviços.

Anos depois, era Lauro Montenegro nomeado para dirigir igual estabelecimento em Pernambuco — o Aprendizado Agrícola de Tamandaré, onde a sua atuação enérgica e eficiente lhe valeu ser convidado para Secretário da Agricultura do grande Estado nordestino. Nesse pôsto de tamanha responsabilidade e importância, no qual se impôs pelo muito que fez em proveito das atividades rurais pernambucanas, permaneceu até o fim do Governo Carlos de Lima.

Logo depois era designado para dirigir um Campo Experimental de Cão, do Ministério da Agricultura, em Sergipe, função essa em que mais, ainda, se consolidou o elevado conceito que vinha mereci-

damente desfrutando como técnico e administrador, tanto fez pela cultura daquela rica palmácea e, em particular, de sua principal variedade — o coqueiro anão.

Pouco tempo, porém, aí permaneceu, pois foi convidado para Secretário da Agricultura em seu Estado natal, marcando época a sua gestão na Pasta, tão importantes foram os serviços que prestou à lavoura e à pecuária paraibanas.

Da Paraíba, onde ficou até o término do Governo Argemiro de Figueiredo, veio colaborar na Divisão do Material de seu Ministério, onde prestou os mais assinalados serviços ao país.

Foi, então, designado para chefiar a Seção de Fomento Agrícola e dirigir os serviços articulados do Ministério da Agricultura, em Alagoas, ponto culminante de sua atuação como agrônomo e chefe de repartição. Acumulando, com aquelas, as funções correspondentes a Secretário da Agricultura, que lhe foram outorgadas, com absoluta liberdade de ação e o máximo apóio, pelo Interventor Ismar de Góis Monteiro, conseguiu realizar, na terra gloriosa dos generais, uma das obras mais notáveis que no Brasil já se fez sob a direção de um agrônomo daquele Ministério. Tão eficiente foi a sua atuação nos meios rurais alagoanos, que por ela se impôs à confiança e amizade de toda a população do Estado, daí resultando a boa e geral acolhida dispensada à indicação do seu nome para deputado federal.

Começa, então, aí, uma fase nova e fulgurante para o já renomado homem público que, no Congresso, como Constituinte e Parlamentar, logo conquistou as simpatias e o melhor aprêço de seus pares. É que foi realmente intenso e brilhante o trabalho que desenvolveu no plenário e nas comissões, como membro da Mesa da Constituinte, orador fluente e de largos recursos, autor de vários projetos e de numerosos pareceres, muitos dos quais notáveis pela firmeza de suas conclusões, baseadas que eram no estudo aprofundado dos assuntos.

E foi êsse o homem probo, simples e ca-

paz que perdeu o Nordeste, em particular a nossa Paraíba, e, sobretudo, o Brasil, com apenas 56 anos de idade, quando muito poderia fazer ainda pelo Estado em que nasceu, pelo que tão brilhantemente representava na Câmara Federal e pelo país a que serviu sempre com inexcedível devotamento e patriotismo.

Lamenta, profundamente, a agronomia nacional, o prematuro desaparecimento, com a sua morte, de um de seus expoentes máximos na cultura, na inteligência e na operosidade, que era, ao mesmo tempo, uma de suas maiores esperanças no que diz respeito à organização e engrandecimento da classe, à reivindicação de seus justos direitos e boa prática das normas por que sempre se bateu visando o fortalecimento da economia brasileira pela exploração racional de nossas riquezas agrárias, devidamente orientada pelo Ministério da Agricultura.

Sentem os amigos, o grande vácuo que se abriu com o seu perecimento, a cada instante que se faz presente, à memória de qualquer deles, aquele espírito sempre alegre acolhedor, que jamais se deixou abater, não obstante os duros revezes por que passou na vida.

Choram os parentes a separação do ente querido que se foi, deixando implantada, no coração de todos, a mais cruciante das saudades.

Neste instante, porém, cantemos hosiannas à sua memória, glorificando, assim, a vida de quem, como êle, nasceu e morreu pobre, deixando à Família tão só o belo e rico patrimônio moral que modelou com dedicação e sacrifício e legando à Pátria a maior e mais relevante acêrvo de bons serviços prestados com verdadeiro carinho e o mais acendrado amor patriótico.

Bem haja, finalmente, a iniciativa feliz e oportuna que teve a direção desta "Casa" homenageando um paraibano assim tão merecedor da nossa gratidão, do nosso respeito e da nossa saudade, pelo muito que fez em benefício do país, pelo engrandecimento do Nordeste, pelo bom nome da Paraíba.



O Instituto do Açúcar e do Alcool e a assistência ao trabalhador rural

A educação e a assistência social às populações rurais é um problema de indispensável urgência que, em nosso país, precisa e deve ser encarado com o máximo cuidado e atenção.

A maior parte de nossa população habita a zona rural, e do trabalho agrícola obtém os meios para a sua subsistência.

Da agricultura, abrangendo a pecuária e as indústrias extrativas de origem vegetal, animal e mineral, depende todo o arcabouço de nossa economia.

Em que pese o surto industrial dos últimos anos, ainda somos, e continuaremos por muito tempo ainda, sendo um país agrícola, dada a nossa extensão territorial que permite possamos manter ao lado da indústria, uma enorme produção de matérias primas; de todos os produtos alimentícios indispensáveis à nossa subsistência, e, ainda, um saldo sempre favorável, que assegure o nosso comércio de exportação.

É necessário olhar sempre, com todo o interesse, os nossos problemas agrícolas, pois eles são de uma importância fundamental para a economia nacional.

Não bastam as medidas diretas de incentivo à produção, sem que primeiro se tenha encarado o problema do homem rural, do homem esquecido, do homem que trabalha para assegurar a alimentação e o trabalho do resto da população.

Pelo Censo Demográfico do Brasil, levado a efeito em 1940, temos uma população de quarenta e um milhões, duzentos e trinta e seis mil, trezentos e quinze habitantes, dos quais vinte e oito milhões, trezentos e cinquenta localizados na zona rural, isto é, 68,73% da população vive no campo e do campo.

Infelizmente, pouco se tem feito de eficiente e objetivo em prol de nossa população rural que, abandonada, sem conforto de espécie alguma, sem instrução, sem os mais elementares conhecimentos de higiene, mal alimentada e doente, ainda trabalha e produz.

O problema da valorização do homem rural e da elevação do nível de vida de nossa população camponesa assume um aspecto de grande relevância e é, sem dúvida, daqueles que merecem prioridade em

face de outros problemas de âmbito nacional.

Da agricultura dependem a indústria e o comércio.

Já não será sem tempo repararmos o grande erro em que incidimos e a grande injustiça que estamos cometendo, relegando para um plano secundário, os problemas que dizem respeito à vida rural do país.

O êxodo rural, com tôdas as suas desastrosas consequências, é um grave problema que cada vez mais se acentua, e precisa e deve ser encarado com a máxima energia e espírito prático.

Para a sua agravação contribui, sem dúvida, o grande desequilíbrio existente entre o tratamento dispensado aos trabalhadores da indústria e do comércio, melhor aquiñhados pela assistência educacional e pela assistência social que os trabalhadores da agricultura.

É preciso e inadiável que os mesmos benefícios sejam estendidos aos que se dedicam ao trabalho agrícola; àqueles que, pela importância fundamental que representam para a economia nacional, já deviam ter sido, há mais tempo, amparados.

Através da educação, precisamos cuidar da formação humana e profissional do homem rural; através da assistência social, melhorar as condições de vida no meio onde ele habita.

Somente com o concurso de um sistema de educação e assistência social rural convenientemente planejado e patrioticamente executado, conseguir-se-á a valorização do homem e a elevação do nível de vida de nossas populações rurais, fatores decisivos para a produtividade, enriquecimento e progresso constante do país.

Todos clamam pelo imediato socorro ao homem do campo. Até projetos têm surgido no Congresso visando sanar a lacuna. Mas nada de positivo surgiu ainda.

É por isso que se torna digno dos maiores louvores o trabalho que o Instituto do Açúcar e do Alcool, dentro das suas possibilidades e de um plano bem arquitetado, vem realizando em favor do homem ligado à cultura e à indústria da cana de açúcar.

Assim é que desde 1941, quando foi

promulgado o Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto-lei n.º 3.855), vem o I.A.A. cuidando do problema da assistência médico-social para o trabalhador do açúcar. Com efeito, naquele diploma legal, o art. 22 previa, nos contratos-tipos, "moradia sã e suficiente, assistência médica, dentária e hospitalar gratuita e ensino primário gratuito aos filhos dos trabalhadores". Dois anos após, era publicada a Resolução n.º 206/48, que nos seus arts. 12.º e seguintes dispunha da retenção de Cr\$ 0,40 por tonelada de cana entregue pelos fornecedores às usinas para a constituição de um Fundo de Assistência Médico-Social para o trabalhador rural e pequeno fornecedor. Por conta do referido Fundo, já estão em andamento trabalhos de construção de ambulatórios em Sertãozinho e Capivari (São Paulo) e Campos (E. do Rio) bem como a aquisição de uma ambulância para serviço odontológico em Pernambuco.

Finalmente em 1946, com o decreto-lei n.º 9.827 (12-9-46), ficou estabelecido que as usinas de açúcar destinariam Cr\$ 0,20, por saco de açúcar produzido, para serviços médico-sociais, tendo o assunto sido disciplinado pela Resolução n.º 206/48 da Comissão Executiva do I. A. A. Essa Resolução estabeleceu uma ordem de graduação e preferência na prestação daqueles serviços: ambulatórios; hospitais regionais e centrais; instituições recreativas e culturais.

Em Pernambuco e Alagoas, iniciaram-se já as obras de construção de dois hospitais, com capacidade de 300 leitos cada, destinados aos trabalhadores do açúcar e, após

a publicação do decreto-lei n.º 9.827, cêrca de 175 novas realizações (ambulatórios, escolas, pequenos hospitais, creches, ambulâncias, campos de desporto) foram levadas a efeito pelas usinas do país.

O Instituto do Açúcar fiscaliza a aplicação das verbas oriundas do fornecimento de cana e da fabricação do açúcar, mantendo um Serviço especializado, na Seção de Assistência à Produção, o qual serve também como orientador de tôdas as iniciativas exigindo supervisão técnica, como ambulatórios, hospitais, escolas e outros itens.

Amparado o produtor e posteriormente o fornecedor de matéria prima, voltam-se as vistas do I.A.A. para o trabalhador do açúcar, agora que a ameaça de ruína foi afastada das fábricas de açúcar e das plantações de cana. A ordem econômica restabelecida, pôde o Instituto delinear, com perspectivas seguras, porque objetivas, as linhas de um amplo programa em defesa da saúde e reerguimento do nível intelectual do homem do açúcar. As bases para a execução dêsse programa estão consubstanciadas no contrôle firme pelo I.A.A. na aplicação das verbas e no vulto das mesmas. A média de arrecadação, de 1943 a 1948, da retenção de Cr\$ 0,40 p/tonelada de cana fornecida é de Cr\$ 1.857.674,00 anuais; da incidência de Cr\$ 2.00 por saco de açúcar produzido, a média, de 1946 a 1949, é de Cr\$ 44.213.292,00. A tendência dessas verbas é para aumento significativo, ante a crescente ampliação dos canais e crescimento evidente da produção açucareira.

SELEÇÕES AGRÍCOLAS

DIRETOR: EURICO SANTOS — GERENTE: O. ASSUMPÇÃO — SUPERINTENDENTE: M. NUNES

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS:

Brasil — Ano	Cr\$ 36,00
Exterior — Ano	Cr\$ 70,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrazado	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: **Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º**

Telefone: 32-6163

Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

QUESTÕES AGRÍCOLAS

Uma carta do nosso sócio Sr. Jorge Polysú, para a qual, com prazer, abrimos espaço.

"Ilmo. Sr. Dr. Prof. Arthur Torres Filho, M. D. Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Rio de Janeiro, Prezado Sr. Dr. Tive prazer em ler ultimamente na "A Lavoura" e no "O Jornal" de 16 de 4, artigos relativos ao trigo e, no "O Jornal" de 23 de 4, um muito interessante sobre a "Referilização das Terras Brasileiras", um muito importante artigo que trata da agricultura intensiva.

Como é uma questão que conheço bem, por me ter dedicado em adubos e na aplicação dos mesmos desde que saí das escolas, quero dizer em 1892, quando entrei na indústria de adubos químicos, e trabalhei nesta, desde essa data até hoje ainda, tomei por isto, a liberdade de lhe dirigir essa carta. Já conto muitos anos, mas continuo forte e trabalho bastante pela lavoura, no Brasil, desde 1904 quando cheguei pela Casa Elqueiroz (Luiz Queiroz) no início de 1904. — Lá fabriquei o mais antigo adubo feito e vendido no Brasil, o Adubo Polysú, que continua a se fabricar e ser vendido na França pela Casa Vilmérin de Paris. De 1892 a 1903 fabricava numa grande fábrica da França uma média diária de 200 toneladas de superfosfatos, de fosfatos precipitados de ossos, de adubos completos e industriava o sangue dessecado, que fabricava também no matadouro de São Paulo para Elqueiroz.

Dirigia a exploração de todos esses adubos e tratava em terrenos de minha família, na Borgonha, de experiências de rendimentos de pastos naturais e artificiais, de vinhedos sepultados (Chablis) (Beaune) e, sobretudo de trigo.

Respeito ao trigo, lhe direi que o jornal "Estado de São Paulo" de 28 de 3-50 publicou uma nota relativa a experiências feitas nos Estados Unidos, em Beltavello, que provou que sobre centenas de trigos provenientes dos países mais afastados os únicos que ofereceram mais resistência à ferrugem "15th", a mais virulenta de todas, são todas as variedades produzidas em Bagé pelos cruzamentos feitos pelo Dr. I. Beckman desde 1925, e que, nestas variedades, a mais resistente ainda é o Frontana, que elas sequeam desde anos. O mesmo jornal — Estado de São Paulo — na data de 29 referiu-se, ainda à esta nota, dizendo que os técnicos norte americanos que vieram para tomar parte da IV Reunião Brasileira de Trigo, declararam que o "Frontana" é a variedade mais resistente à ferrugem "15th", da zona Oeste dos Estados Unidos. E o "Estado de São Paulo" diz (Dr. Edgard Fernandes Teixeira) que o trigo deve ser semeado de março a abril (em São Paulo) aqui, conforme a zona, em abril, maio e junho. Assim, colhe-se antes das chuvas do fim de ano. O Estado de São Paulo publica em data de 5-4-50, a conferência do Dr. I. Beckman promovida pela Secretaria de Agricultura de São Paulo em 17 de março de 1950, na Biblioteca Municipal, onde esse geneticista demonstra o papel importante que tem na formação das variedades que

ela obteve em Bagé com o meu trigo (142 = Polysú = Tg 1 = Marumbi) e, à este respeito, junto a esta separata, onde sublinhei as partes principais que explicam porque os Americanos acharam os cruzamentos obtidos, refratários ou, pelo menos, os mais resistentes às ferrugens.

Desejava que o Dr. ficasse ciente disso, agora quero lhe expor o que tenho ainda para demonstrar:

Na França, nas culturas feitas em terras de minha família, entre 1893 e 1903 quando ao tratar do preparo da terra, da sementeira, depois de ter procedido às diversas adubações, e do desenvolvimento dos trigos de inverno procedi a muitas experiências de preparo do solo, no modo de semear, de cultivar durante a vegetação e de aplicar os adubos para, conforme as terras, ver as dosagens preferíveis.

Cheguei, em áreas de acre, 5 acres, 10 acres, a resultados magníficos, neste tempo onde tudo era feito com máquinas antigas, puxadas por cavalos, mas que em parcelas assim, pequenas é verdade, chegaram a me dar até 3 toneladas por hectare.

Esses resultados foram obtidos devido a diversos fatores: Preparo do solo todo especial, adubação escolhida e com doses massivas de certos elementos, sementes de variedades boas e sementes escolhidas, conforme regras indispensáveis, desinfecção das mesmas antes. Sementeira própria para perfeito desenvolvimento do trigo e perfilhação abundante — cultura e tratos especiais nos primeiros meses.

Tudo isto em terrenos próprios para trigo, mas, mesmo num campo com barba de bode, si a terra arável e de boa espessura, com preparos especiais durante 2 anos, no 3.º ano poderá chegar a essa mesma produção.

Gastará adubo, que é uma grande despesa, mas, economizará sobre o peso da semente e colher-se-á o duplo do que se colhe e se chegará a colher 3 vezes, e, possivelmente mais ainda.

O "O Jornal" publica artigos muito interessantes do Dr. Assis Chateaubriand, que fala de sua viagem nos Marrocos e preconiza e emprego dos hiperfosfatos, que são especiais para nossas terras ácidas, e para obter trigo os fosfatos são indispensáveis, como também o potássio, mais que o azoto.

A este respeito lastimo que não se proceda no Brasil, a estudos das jazidas de salgema, que existem em muitos Estados, jazidas formidáveis. Essas jazidas, algumas pelo menos, devem conter camadas de sais potássicos e seria um auxílio enorme pelas adubações, pela economia de divisas e até pela exportação desses sais indispensáveis.

Para acabar vou lhe dar um resumo comparativo das despesas de adubos e das colheitas de trigo na França e na Bélgica, extraído do número de janeiro de 1950 da Revista Bulletin des Engrais de Paris.

O resultados da estatística das colheitas são inferiores a realidade, porque entram resultados obtidos em terras que não são próprias para trigo, onde se satisfaz, sem adubos a colheitas de 500ª por are. Isso abaixa muito a média.

Quantit es d'engrais employ es par hectare.

	França	B�elgica
Azote	11 ks.	72 ks.
Ac. Phosphorico	21 ks.	72 ks.
Potassio	16 ks.	95 ks.

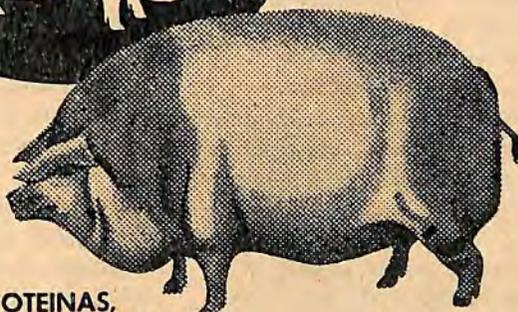
Production statistique) 1,700 ks. 3,000 ks.

Naturalmente não se poderá ultrapassar um certo máximo de adubos, não teria mais crescimento de renda, porque é preciso que o preço dos adubos seja inferior ao excesso do preço obtido pela venda. Vou continuando, na medida dos meus meios, fa-

zendo pequenas culturas, de um lado e do outro em terrenos de diversos tipos e em climas bem variáveis, desde 1000m. até somente 100m., numa zona quente do litoral, mas onde não faltam as chuvas e até hoje tem sempre excelentes resultados, mas cultivando de forma diferente das culturas habituais, preparo a terra com grande antecedência para nela fazer reservas de água e gasto muito menos sementes que a quantidade que todos usam. Penso que na próxima colheita confirmar  o meu modo de fazer, (foi confirmado).

Abusei dos seus olhos para decifrar os meus hieroglifos, pe o desculpar-me e também aceitar os meus melhores sentimentos de apreço e estima."

(a.) Jorge Polysú



**RICO EM PROTEINAS,
VITAMINAS E SAIS MINERAIS,
ESTIMULA O DESENVOLVIMENTO DOS PORCOS**

Em média um quilo de ra o diária para 50 quilos de pêso vivo do animal proporciona ótimo rendimento. Os porcos alimentados com Porcil encontram na ra o balanceada as substâncias que instintivamente procuram.

**um
alimento
ideal**

Porcil

UM PRODUTO DO

MOINHO INGLEZ

O Reflorestamento no Estado de Minas Gerais

Engenheiro-Agrônomo

GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Em recente viagem de estudos que fizemos ao Estado de Minas Gerais, de acôrdo com o programa estabelecido com o Prof. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, tivemos oportunidade de constatar o que naquela Unidade da Federação se vem fazendo no setor do reflorestamento.

Como bem salienta o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção do Estado na justificativa da necessidade do reaparelhamento material e pessoal da Divisão de Reflorestamento, "**O Brasil vive ainda o ciclo econômico da lenha**".

No Estado de Minas Gerais, por exemplo, o consumo de lenha e de carvão vegetal é elevadíssimo, devendo-se considerar ainda a madeira para fins diversos, cuja procura é, cada vez, mais crescente.

Alguns dados estatísticos esclarecem melhor o assunto.

Durante o ano de 1947, o Estado de Minas Gerais produziu:

- a) 244.922 toneladas de carvão vegetal;
- b) 1.262.840 dormentes;
- c) 30.616.000 metros cúbicos de lenha;
- d) 964.840 metros cúbicos de madeira.

Releva salientar ainda que não são computados os gastos provenientes das queimadas desordenadas que, apesar dos dispositivos do Código Florestal, continuam sendo praticadas impiedosamente, em todo o país.

Das 244.922 toneladas de carvão vegetal, 124.929 toneladas, isto é, 50% do total, foram produzidas por uma única região do Estado — Zona Metalúrgica —, seguindo-se, em ordem decrescente, a região do Rio Dôce, com 67.893 toneladas, a zona da Mata, com 32.909 toneladas, o Sul de Minas, com 14.525 toneladas e outras zonas com menos de 2.000 toneladas.

A zona de Itacambira, foi a que menos carvão produziu, registrando as estatísticas, apenas 5.000 toneladas.

As zonas que mais concorreram para a produção de dormentes em 1947, num total de 1.262.840 unidades, foram o Oeste de Minas, com 262.000 dormentes, a Zona do Médio São Francisco, com 220.000 unidades, o Sul de Minas, com 139.800, o Triângulo Mineiro, com 132.500 dormentes, a zona de Itacambira, com 105.000 unidades e outras com menos de 100.000 dormentes.

O Alto Jequitinhonha foi a zona que menos dormentes produziu, concorrendo apenas com 2.600 unidades.

Mais concorreram para a produção de lenha, o Sul de Minas com 5.149.000 de metros cúbicos,

a zona da Mata com 5.149.000 de metros cúbicos, a zona Metalúrgica com 3.904.000 metros cúbicos, a zona do Oeste com 3.950.000 metros cúbicos, a zona do Rio Dôce com 3.030.000 de metros cúbicos, cabendo às demais regiões fisiográficas do Estado, produção inferior a 2.000.000 de metros cúbicos cada uma.

A região que menos lenha produziu foi a zona de Urucuia, que concorreu com, apenas, 305.000 de metros cúbicos.

E' muito interessante lembrar que só o consumo de lenha, em 1947, foi equivalente a 30.616.000 metros cúbicos, o que representa uma média de 4,5 metros cúbicos de lenha por habitante, pois, segundo o censo de 1940, a população mineira é de 6.803.410 de habitantes.

Quanto à madeira pròpriamente dita, só o Sul de Minas produziu, em 1947, 221.050 metros cúbicos, seguindo-se, em ordem decrescente, a zona do Rio Dôce com uma produção de 202.000 metros cúbicos, a zona da Mata com 137.890 metros cúbicos, concorrendo as outras regiões fisiográficas do Estado, com menos de 100.000 metros cúbicos cada uma.

A que menos forneceu madeira pròpriamente dita, foi a região do Médio São Francisco, com, apenas 6.750 metros cúbicos.

Segundo cálculos da Divisão de Reflorestamento da Secretaria de Agricultura do Estado, anualmente, uma área de cêrca de duzentos mil hectares é desnudada para permitir uma extração de 12.500.000 de madeira aproveitada para lenha, madeira, etc.

De acôrdo com o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção o programa mínimo de reflorestamento do Estado é o do "reflorestamento visando a recomposição de, pelo menos, as áreas devastadas", tornando-se necessário, portanto, que haja um perfeito entrosamento, mediante acôrds, entre o Estado, os Municípios, as Entidades Autárquicas, a direção das ferrovias e rodovias, as empresas consumidoras de combustível vegetal e os particulares.

Dando execução ao Plano foram plantados, em 1948, além de 8.549.899 pés de eucaliptus, numerosos exemplares de jacaré, pinheiro, angico vermelho, ipê, folha de lobo, etc.

Por outro lado, foram assinados convenios com a Rêde Mineira de Viação, a Leopoldina Railway, a Estrada de Ferro Vitória a Minas e Bahia a Minas, em virtude dos quais já foram criadas nas margens das referidas ferrovias, 120 sementeiras ou peque-

nos hortos que produzirão as indispensáveis mudas destinadas ao reflorestamento.

Oxalá, prossiga sem esmorecimento o plano de reflorestamento das áreas devastadas do Estado de Minas Gerais, pois, segundo dados estatísticos, para um consumo de 100.000.000 de metros cúbicos de lenha no Brasil, somente o grande Estado da Federação teve um consumo de 24.119.000 metros cúbicos, isto é, quase 25% do total, e para um consumo de 620.000 toneladas de carvão vegetal em todo o país, o Estado de Minas Gerais gasta 280.000 toneladas, isto é, 45% do total.

Visando o preparo de elementos convenientemente esclarecidos e orientados sobre os problemas fun-

damentais da silvicultura, que possam difundir, pelas mais variadas regiões do Estado os ensinamentos recebidos, tornando possível, assim, a intensificação do reflorestamento tão necessário ao Estado de Minas Gerais, foram criados **Cursos intensivos de Silvicultura**.

São admitidos nesses cursos:

- a) elementos recrutados nas próprias fazendas;
- b) funcionários municipais.

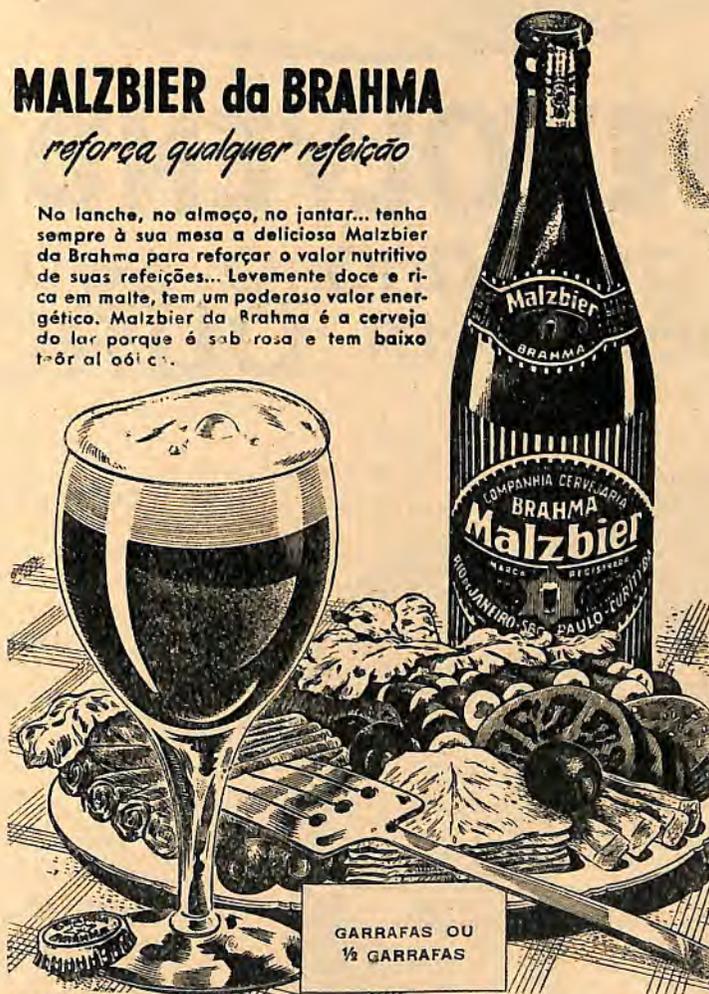
Para que possam fazer tais cursos intensivos, são proporcionadas aos candidatos, hospedagem e transporte gratuitos.

Até o presente, já foram preparadas quatro turmas de silvicultores práticos.

MALZBIER da BRAHMA

reforça qualquer refeição

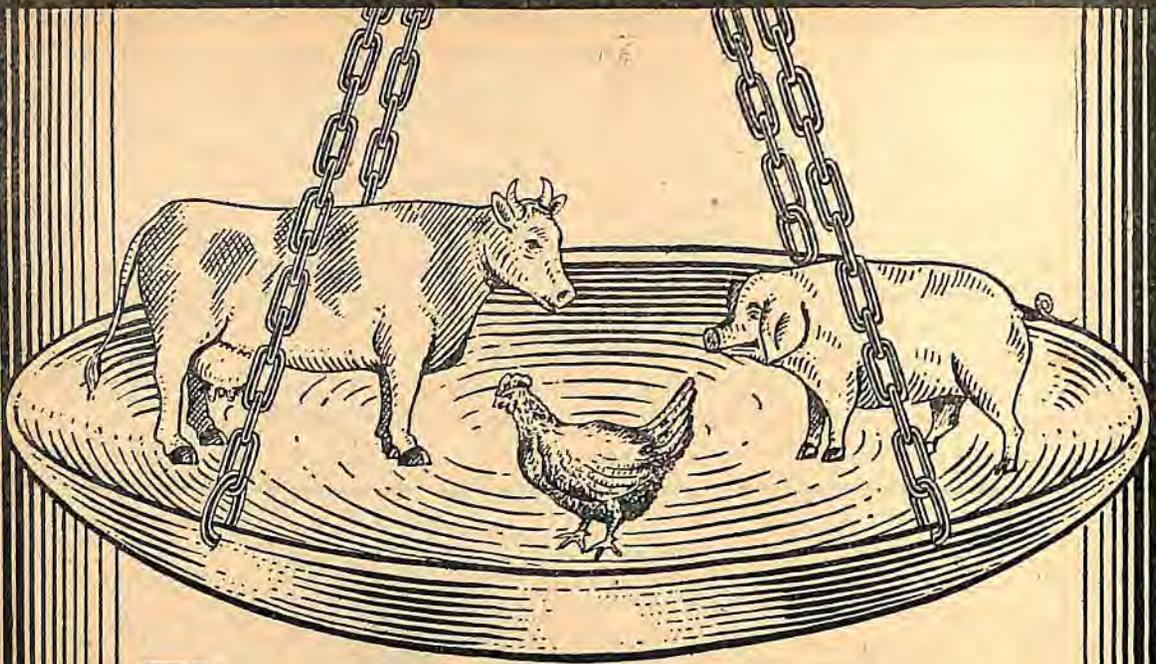
No lanche, no almoço, no jantar... tenha sempre à sua mesa a deliciosa Malzbier da Brahma para reforçar o valor nutritivo de suas refeições... Levemente doce e rica em malte, tem um poderoso valor energético. Malzbier da Brahma é a cerveja do lar porque é sabrosa e tem baixo teor alcohólico.



GARRAFAS OU
½ GARRAFAS

RECORD 3226

PRODUTO DA CIA. CERVEJARIA BRAHMA S. A.



DEVOLVENDO ao dono o seu pêso em **OURO!**



TORTA COMPLETA Nº 1

Para vacas leiteiras,
cabras e coelhos.

TORTA COMPLETA Nº 2

Para porcos e açogue.

TORTA COMPLETA Nº 5

Para galinhas poedeiras.

ANIMAIS SADIOS
BONS PRODUTOS
BOM RENDIMENTO

REFORMA AGRÁRIA

CUNHA BAYMA

Engenheiro-Agrônomo

A propósito dos projetos ultimamente entre nós organizados sobre reforma agrária, ainda não esquecemos certo conceito emitido há anos em um discurso inflamado, pelo qual essa reforma consistia na importação de máquinas agrícolas, inclusive cultivadores e outros instrumentos de simplicidade maior. Cabe frizar em seguida que a reforma agrária de que carece o país, estará no aproveitamento melhor das terras, sobretudo das que se encontram perto dos grandes centros consumidores e quase nada produzem. Será um novo regime de divisão da propriedade rural em eliminação gradual dos latifúndios improdutivos, por meio do crédito de aquisição, crédito de exploração e crédito de construção para os colonos e pequenos proprietários em geral. Há de ser uma orientação econômica segura na produção das diferentes safras de nossos produtos da terra, de acordo com a região e todos os mais fatores. Residirá num processo simultâneo de educação agrícola, pastoril, florestal, etc., incidindo sobre todos seus ramos de atividade, inclusive os meios diversos de tornar atraente e de embelezar a vida dos campos. Compreenderá, além das grandes compras de maquinária no exterior, a associação multiplicada dos agricultores em cooperativas de produção, de consumo, de compra e venda, e até de variadas indústrias agrícolas, — muito mais do que até agora. Repousará fundamentalmente nas vias de comunicação aumentadas e na solução de todas as dificuldades de transporte, que abrange estradas, caminhos, veículos combustíveis e lubrificantes. Exige a solução do problema de armazéns silos e frigoríficos. Pede que haja um bom mercado interno que existirá com a elevação do nível de vida e melhor poder aquisitivo do povo. Reforma agrária será, ainda, com-

bate generalizado à erosão, prática real do reflorestamento e exploração racional das matas, será o estabelecimento das fábricas e emprego inteligente de adubos, o uso da água na irrigação, a cultura intensiva, a mecanização da lavoura sem o caráter exclusivista da motocultura inacessível e até desconhecida para grande parte dos lavradores. Será a renovação que depende de trabalho metódico, seguro, dos poderes e órgãos competentes, no sentido de criar e fomentar a produção econômica sem os arroubos da propaganda mal orientada, que chegou até a dar adeus ao carro de bois como veículo já desaparecido na onda do progresso rural que, na realidade, ainda não está assim... A respeito de reforma agrária, há no Congresso Nacional dois projetos, dos quais o primeiro de iniciativa do próprio poder legislativo, pela mão do deputado Samuel Duarte, e o segundo de iniciativa do Governo originário do Ministério da Agricultura na recente gestão do então Ministro da Agricultura Dr. Daniel de Carvalho. E mais para trás encontra-se a excelente contribuição representada pelo ante-projeto do Código Rural, elaborado em 1942 por uma Comissão sob a presidência do Dr. Luciano Pereira da Silva, Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura. O Congresso Nacional tem, portanto, três contribuições da mais alta valia para servir de base a um projeto capaz de atender às necessidades rurais brasileiras, não esquecidos o conhecimento e a capacidade dos doutos e dos ruralistas que honram a Câmara e o Senado da República. Resta, pois, pôr mão à obra que será uma daquelas de maior profundidade quanto à influência que pode desempenhar no desenvolvimento e na vida do Brasil agrícola e pastoril:

Mais uma grande cooperativa de colonização Italiana que se funda no Brasil

Cumprindo uma de suas elevadas funções, o Ministério da Agricultura, por intermédio de seu órgão especializado — o Serviço de Economia Rural — sob a direção do Dr. Julio Cesar Covello, acaba de orientar a fundação da Cooperativa Agrícola e Industrial Umbra no Brasil, com sede na Fazenda Barra Grande, no Município de Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Designado, especialmente, o Agrônomo Paulo Vithena Brandão Albuquerque, da Seção de Organização e Propaganda das Sociedades Cooperativas, prestou-lhe toda a assistência necessária, não só no campo cooperativo propriamente, como naquele econômico, examinando e evidenciando todos os aspectos capazes de permitir o desenvolvimento e a prosperidade da novel entidade.

No gênero, a Cooperativa Agrícola e Industrial Umbra no Brasil, de "trabalho em comum durante 20 anos, após os quais entrarão os colonos na posse plena da terra, é a primeira desse tipo a fundar-se na América do Sul, dispondo, pela forma que está constituída e pela localização e plano de trabalho, de condições indispensáveis a uma vitória certa. Congregando todos seus associados para execução coletiva do programa pré-estabelecido, explorando racionalmente as fontes econômicas disponíveis da região, onde se fixarão, inclusive industrializando aquelas possíveis, e fazendo a produção chegar diretamente ao consumidor por intermédio de seus próprios meios de transporte, por preços naturalmente sem competição, pois que cada setor será atendido por equipe especializada, estará a Cooperativa Umbra fadada aos maiores resultados.

Foi compreendendo o alcance e a projeção que ela poderá alcançar, que o Serviço de Economia Rural não regateou aplausos e se lançou ao trabalho, pondo-se à disposição dos 10 italianos, sócios da Cooperativa Umbra na Itália, designados especialmente para no Brasil, providenciarem a transplantação da entidade do país de origem para o nosso. Assiste-os, como assessora, a Sra. Carmen Varriale.

Não permitindo a lei brasileira tal procedimento, chamou a si o Dr. Fábio Luz a tarefa de transplantar a idéia central das cooperados, elaborando os estatutos pela qual se regerão os destinos da Cooperativa Umbra no Brasil, dentro dos moldes brasileiros.

Não foi pequeno o trabalho tido pelo Serviço de Economia Rural para atender aos desejos dos fundadores da Cooperativa Umbra, traduzindo o mais fielmente possível seus anseios e adaptando às contingências da lei e do meio brasileiro os estatutos e o programa de trabalho.

A Cooperativa recém-fundada tem sua origem na Itália. Em Trevi, na Província de Perúgia, fundouse, em 1949, uma Cooperativa com a finalidade de colonizar o Brasil com seus associados. Assim conseguiram congregar 1.500 associados num total de 9.000 pessoas, e um capital realizado de 45.000.000 de liras, destinado a fazer face às despesas gerais de administração e viagem da comissão ao Brasil, inclusive despesas de passaporte, transporte de maquinária de seus associados, etc. A comissão, que se encontra no Brasil, já deu os primei-

ros passos, fundando a Cooperativa Agrícola e Industrial Umbra, sob orientação do Serviço de Economia Rural e escolhendo o local para se fixarem, que é a região compreendida entre Mangaratiba e Parati, inclusive estes dois municípios.

É a Cooperativa Umbra uma organização interessante, do tipo integral, a primeira a fundar-se na América do Sul. Reune diversos grupos profissionais, que darão seu trabalho pessoal, contando-se: pescadores como todo o equipamento e barcos, inclusive um de 200 toneladas; transportadores (com 40 caminhões); serralheiros (com serrarias); carpinteiros; marceneiros, pedreiros, agricultores; criadores; eletricitistas; técnicos em cerâmica; fabricantes de queijo, etc. Pela organização que têm, procuram eles bastarem-se a si mesmos, executando os associados todas as tarefas que forem cometidas à Cooperativa, qualquer que seja o campo em que se lance, existindo, assim, as melhores razões de vitória, pois que os obreiros dessa colmeia de trabalho são os interessados no futuro de sua Sociedade.

A escolha da região sul do Estado do Rio, e da fazenda Barra Grande para sua sede, teve em vista as condições potenciais que a região oferece para trabalho de vulto como o que pretende realizar a Cooperativa Umbra.

A fazenda Barra Grande, no município de Parati, está próxima de grandes centros consumidores como Niterói, Distrito Federal e Santos. Por via marítima, a Cooperativa poderá dentro de 6 a 8 horas, lançar sua produção no Distrito Federal, podendo se quiser, utilizar-se da Estrada de Ferro Central do Brasil, no trecho entre Mangaratiba e D. Pedro II.

Tendo em vista o programa que a Cooperativa pretende executar, a fazenda Barra Grande se apresenta como a tipo ideal. Cinco quilômetros de praia, possibilitando a exploração do pescado; matas permitindo a imediata exploração de madeiras, pela já existência de força e uma serraria; olaria e barro permitindo o fabrico de tijolos, telhas e cerâmica de luxo; palmital, permitindo, não só a industrialização do palmito, como da bebida denominada assaí, grandemente consumida na Amazônia; cerca de 800 alqueires ou mais de terras, permitindo a lavoura mecanizada, terras essas profundas e bem dosadas nos seus elementos constituintes; terras para criação; altitudes diversas permitindo várias culturas como: arroz, feijão, milho, cana de açúcar, verduras, frutas (tropicais e européias) e batatinha (*Solanum tuberosum*) principalmente por ocasião da escassez no Distrito Federal (inverno), desde que irrigada.

Embora resumidamente, está patente o grande campo de ação que pode desenvolver a Cooperativa Umbra no Brasil, dispondo, como dispõe, de dois grandes fatores na produção: pessoal abundante, especializado e rigorosamente recrutado, o maquinário. Falta apenas o financiamento.

Existe um contrato de opção de compra por parte da Cooperativa para a Fazenda Barra Grande pelo valor de Cr\$ 20.000.000,00.

O Governô italiano, visando naturalmente assegurar condições de vida aos seus súditos, não per-

mitirá a saída dos sócios da Cooperativa italiana para o Brasil, sem que seus diretores provem a existência dessas condições. A garantia de um empréstimo a ser feito à Cooperativa no Brasil, naturalmente dentro das condições do crédito especializado, possibilitará a imigração desse valiosíssimo contingente humano para o Brasil.

E' evidente a importância desse acontecimento para o Estado do Rio de Janeiro, Ao governo e aos seus órgãos de crédito se apresenta rara ocasião de um procedimento capaz de projetar à posteridade aquêle que o encabeçar.

A colonização de base cooperativa deve ser encarada como função social e não como função comercial.

Todos sabem a valiosa contribuição do colono italiano na mobilização agrícola do Brasil. Não sairá atualmente, emigrante italiano à não ser cooperativado, donde o duplo valor dessas preciosas levas imigratórias.

Ao governo cabe medir a sua enorme responsabilidade nesse setor vital.

(Do Serviço de Economia Rural)

avevita
RAÇÕES PRENSADAS

SUINOVITA
RAÇÕES PRENSADAS

D'AQUÍ NINGUEM ME TIRA...

GADOVITA
RAÇÕES PRENSADAS

EQUINOVITA
RAÇÕES PRENSADAS

GADOVITA
RAÇÕES PRENSADAS

MOINHO FLUMINENSE S/A
R. URUGUAIANA, 118 - RIO

SECCÃO RAÇÕES BALANCEADAS

TARQUINO

A Sociedade Nacional de Agricultura e o Ensino Agrícola

ANIVERSÁRIO DA ESCOLA DE HORTICULTURA
"WENCESLÃO BELLO"

Reportagem para "A Lavoura" pelo
Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

A Sociedade Nacional de Agricultura, que desde 1899 vem dedicando especial atenção ao problema do ensino profissional agrícola, merece, sem dúvida, os mais calorosos aplausos pelo que de prático e objetivo tem conseguido realizar, apesar dos exíguos recursos com que sempre contou.

O exemplo da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" é eloquente.

Apezar da dificuldades várias, principalmente a elevação sempre constante do custo de vida, vem a Sociedade Nacional de Agricultura mantendo, na Penha, a Escola de Horticultura, "Wenceslão Bello" que abriga, sob regime de internato inteiramente gratuito, cinquenta filhas de agricultores provenientes das mais diversas regiões do país.

Essa tenacidade e esse idealismo que sempre nortearam aqueles sob cujos ombros tem estado a direção de tão benemérita instituição, são dignos de registro.

Em 1899, com o Aprendizado Agrícola da Penha e hoje, com a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" que resultou da transformação daquele, representam cinquenta e um anos de trabalho fecundo e construtivo de que muito pode orgulhar-se a veneranda associação de classe.

O HORTO FRUTÍCOLA DA PENHA E O APRENDIZADO AGRÍCOLA DA PENHA

Em 1899, quando ministro da Viação, Indústria e Obras Públicas o Dr. Severino Vieira, pelo aviso ministerial 199 foi a então "Horta Vitícola e Estação Filoxérica da Penha" transferida para a jurisdição da Sociedade Nacional de Agricultura.

Naquela época, sob a gestão do preclaro Dr. José Cardoso de Moura Brasil, a Sociedade Nacional de Agricultura transformou o patrimônio que havia recebido, no Horta Frutícola da Penha e no Aprendizado Agrícola da Penha, de que foi primeiro diretor o Dr. Manoel Paulino Cavalcanti, estabelecimentos que muito contribuíram para o desenvolvimento da agricultura nacional.

O Horta Frutícola da Penha, distribuindo gratuitamente mudas de árvores frutíferas até 1912 e daí por diante, mediante uma módica indenização, muito contribuiu para o desenvolvimento de nossa incipiente fruticultura, principalmente de citricultura que, algum tempo depois, tomara grande impulso.

O Aprendizado Agrícola da Penha, mais tarde denominado Aprendizado Agrícola Wenceslão Bello, deu ao país um elevado número de profissionais, numa época em que poucos eram os estabelecimentos que ministravam o ensino profissional agrícola.

Em 1917, quando então Presidente da República o Dr. Wenceslau Braz, pelo decreto n.º 12.424, de 28 de março, recebeu a Sociedade Nacional de Agricultura e doação definitiva dos terrenos de que estava de posse desde 20 de dezembro de 1899, sob as cláusulas "de inalienabilidade e de não po-

der a mesma Sociedade destiná-los a outras fins que não sejam os da manutenção, ali, do Horta Frutícola da Penha, os campos de demonstração, de culturas e criação do Aprendizado Agrícola Wenceslão Bello".

A Sociedade Nacional de Agricultura, cumprindo os dispositivos da doação, sempre manteve, às vezes com inauditos esforços tão úteis estabelecimentos, construindo neles numerosas benfeitorias tais como a residência do Diretor, o reservatório de água, a pocilga, a estrumeira, as estradas, as instalações de água, energia e luz elétrica, os depósitos de máquinas, as oficinas, etc.

A ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÃO BELLO

Sob a presidência do Dr. Ildelfonso Simões Lopes, que sentia a necessidade da remodelação do então Horta Frutícola da Penha e da transformação do Aprendizado Agrícola em uma Escola de Horticultura, que viesse preencher um claro no ensino agrícola do Brasil, grandes modificações aí foram feitas.

Para isso, esse eminente presidente, a quem muito ficou a dever a S. N. A., preparou um "Plano de Remodelação do Horta Frutícola da Penha", que depois de detidamente estudado, foi aprovado pelo Conselho Superior da S. N. A.

Em 1931, o Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório da República, baixou o decreto n.º 20.294 de 12 de Agosto que possibilitou a remodelação do Horta Frutícola da Penha e, conseqüentemente, a instalação da Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

Designado pelo Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, foi encarregado de organizar a remodelação do Horta e a criação da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, o Dr. Manoel Paulino Cavalcanti. Esse agrônomo, primeiro Diretor de Aprendizado Agrícola da Penha, se desobrigou, com brilhantismo, da missão que lhe fora confiada.

Uma vez aprovado o plano pelo Dr. Mario Carneiro, Encarregado do Expediente do Ministério da Agricultura, tiveram início então as obras da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, modelar estabelecimento de ensino que, em nove anos, já conta com relevantes serviços prestados à horticultura brasileira.

Não é possível deixar de assinalar o relevante papel que desempenharam em tão grandioso empreendimento o Dr. Artur Torres Filho, atual Presidente da S. N. A., que com tanto interesse e dedicação tem trabalhado pelo engrandecimento da Sociedade, e o Dr. Arruda Câmara, que desde 1937, data da fundação da Escola, a vem dirigindo com delicadeza, idealismo e grande acerto, conduzindo-a por uma trilha assinalada por grandes empreendimentos e notáveis conquistas.

ATA DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÃO BELLO"

Aos quinze dias do mês de maio de 1937, as dez horas da manhã, na sala da congregação da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", contruida pela

Sociedade Nacional de Agricultura nos terrenos do Horto Frutícola da Penha, em substituição ao antigo "Aprendizado Agrícola" que ali funcionou durante numerosos anos, presentes as altas autoridades públicas, diretores, sócios e funcionários da referida Sociedade que assinam esta Ata, foi solenemente inaugurada a Escola cuja construção iniciada em 1935, foi possibilitada pelo Decreto do então Chefe do Governo Provisório, o ilustre e eminente senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, número 20.294, de 12 de agosto de 1937. Presidente da República, o Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas; Ministro da Agricultura, o Exmo. Sr. Dr. Odilon Braga; Interventor Federal na Capital da República o Exmo. Rev.º Cônego Olympio de Mello; Presidente da Sociedade, o Sr. Dr. Ildelfonso Simões Lopes; 1.º Vice-presidente, em exercício, Sr. Dr. Arthur Torres Filho; diretor do Horto e da Escola Dr. Antonio de Arruda Camara. E, para constar, foi lavrada a presente, que vai por todos assinada. Getúlio Vargas, Odilon Braga, Ildelfonso Simões Lopes, Arthur Torres Filho, Antonio de Arruda Camara, Geraldo Goulart da Silveira, Adriano Dantas, Diogenes Caldas, Evaristo Leitão, Fábio Luz Filho, Roberto Dias Ferreira, Luís Marques Poliano, Eurico Santos, Manoel Coutinho dos Santos, José Marques Sarabanda, Mario Guedes, Julio Homem Jorge, Luiz de Almeida, Joaquim Ignacio, Heitor da Silveira Grillo, Alvaro Simões Lopes, Kurt Rapsold, Manoel Gonçalves de Freitas, Domingos Faria, Guiomar de Arruda Camara, Joana de Arruda Camara e outros.

Programa comemorativo do aniversário da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

A direção da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" e o Clube Agrícola "Miguel Calmon" organizaram para a Semana de 8 a 15 do corrente, o seguinte programa comemorativo do aniversário do tradicional estabelecimento de ensino mantido na Penha, pela Sociedade de Agricultura.

Paletros

Dia 8 às 16,00 horas: "**Organização da classe rural**", pelo Professor Antonio Arruda Camara e às 19,00 horas, "**Fiscalização das sementes importadas**", pelo Assist. André da Silva Neto.

Dia 9, às 16,00 horas: "**Apicultura**", pelo Prof. Guaracy Cabral Lavor, acompanhada de projeção cinematográfica e às 19,00 horas "**Importância dos muses escolares**", pelo Assist. Agrícola Castello Borges.

Dia 10, às 16,00 horas: "**Higiene das habitações rurais**", pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

Dia 11, às 16,00 horas: "**Broca do café**", pelo Prof. Jalmirez Guimarães Gomes, acompanhado de projeção cinematográfica e às 19,00 horas "**Importância da classificação dos produtos agrícolas**", pelo Assist. Severino Gonçalves Camara.

Dia 12, às 16,00 horas: "**Grandes vultos da história nacional**" pelo Prof. Subael Magalhães da Silva.

Dia 13, às 17,00 horas: "**Elementos que valorizam uma propriedade agrícola**", pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.

Programa esportivo

Dia 14, das 10,00 às 12,00 horas haverá competições esportivas com prêmios oferecidos pela Escola, pelos professores e pelo Clube Agrícola "Miguel Calmon".

Sessão comemorativa

Dia 15 às 20,00 horas haverá sessão comemorativa do aniversário da Escola com a presença de todo corpo docente, obedecendo ao seguinte programa:

- a — abertura pelo Dr. Antonio de Arruda Camara, diretor da Escola;
- b — discurso do aluno José Antonio Simões Lopes em nome do Clube Agrícola Miguel Calmon;
- c — discurso do aluno do 2.º ano Joel de Almeida Freire;



ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÃO BELLO

Grupo de alunos do modelar estabelecimento de ensino mantido na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura, quando se dirigiam para uma aula prática acompanhados do Professor Geraldo Goulart da Silveira

- d — discurso do aluno do 1.º ano Joviniano Pontes Ribeiro;
- e — palestras ôbre "Realizações da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;
- f — encerramento pelo Prof. Antonio de Arruda Camara.

A sessão comemorativa teve início às vinte horas do dia 15 conforme havia sido anunciada, sob a presidência do Dr. Antonio de Arruda Camara, diretor da Escola, estando a mesa constituída pelos professores Geraldo Goulart da Silveira e Pedro Goulart da Silveira Filho, pelos assistentes Severino Gonçalves Camara, André da Silva Neto e Antonio Albani, pelo Sr. Adriano Dantas, Administrador da Horta e senhores Aloísio Fonseca, auxiliar de ensino e José Antonio Simões Lopes, presidente do Clube Agrícola.

Aberta a sessão, pelo Diretor, foi dada, sucessivamente a palavra aos alunos José Antonio Simões Lopes, Joel de Almeida Freire e Joviniano Pontes Brito que falaram, respectivamente, em nome do Clube Agrícola Miguel Calmon, dos alunos do 2.º ano e dos alunos do 1.º ano, cujos discursos estão transcritos, em outro local, usou da palavra, em seguida, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, decano da congregação que, em um incisivo improvisado fez uma síntese das realizações da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello" em seus treze anos de trabalho fecundo em prol do desenvolvimento do ensino hortícola entre nós, sob a esclarecida direção do Dr. Antonio de Arruda Camara.

Procedeu-se a seguir, a entrega de prêmios cuja relação encontra-se adiante.

Encerrando a solenidade, usou da palavra o Diretor da Escola, Dr. Antonio de Arruda Camara que, em um vibrante improvisado teceu comentários sôbre a data que, tão festivamente comemoram, anualmente, com invulgar idealismo e satisfação, diretores, professores, funcionários e alunos da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello".

Discurso do Presidente do Clube Agrícola Miguel Calmon, estudante José Antonio Simões Lopes, aluno do 2.º ano.

Ilmo. Sr. Diretor, senhores professores, sr. administrador, meus senhores, caros colegas. A data de hoje, assinala o 13.º aniversário da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello". E eu, como presidente do Clube Agrícola Miguel Calmon, sinto-me honrado em vos dizer nesta solenidade, algumas palavras acerca de data tão auspiciosa. Procurarei traduzir meus sentimentos em linguagem simples, pois falta-me preparo intelectual. O Clube Agrícola Miguel Calmon, foi fundado a 20 de Abril de 1946, pela diretoria desta Escola, e com a colaboração dos professores e alunos. Desde a data de sua fundação, vem contribuindo junto a Escola na formação de profissionais, capazes de resolver os problemas que estão ligados à vida rural. O nosso Clube Agrícola, como as demais instituições congêneres, tem por objetivo incutir na nossa mocidade, o entusiasmo, o amor pela vida rural, através de conhecimentos técnicos e práticos que visam tornar a atividade rural lucrativa e agradável. O Clube Agrícola Miguel Calmon, vem realizando palestras educativas com a colaboração valiosa dos professores, no setor que diz respeito ao ensino agri-



Mãos

que espalham

SALITRE DO CHILE

não ficam vazias...

E' MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar, e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE
Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS:

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRÍCOLAS

RUA FLORÊNCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO — AV. GRAÇA ARANHA, 226-2.º and.
— RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DUMONT, 227 — BELO HORIZONTE

cola, vem prestando auxílio às diversas escolas que também têm os seus clubes agrícolas. Este objetivo vem sendo obtido pela cooperação conjugada de alunos, diretor, professores, administrador e demais auxiliares desta escola. O nosso Clube, por sua vez vem prestando, na medida do possível auxílio técnico e moral, a outros clubes semelhantes existentes em outras escolas. Esperamos daqui por diante ampliar cada vez mais o raio de nossas atividades e, para isso estamos certos que não nos faltará o apêlo eficiente que temos recebido até agora por parte dos colegas e dos senhores membros do corpo docente. A escola "Wenceslão Bello" a creadora e incentivadora do nosso Clube a nossa saudação sincera.

Discurso do estudante Joel de Almeida Freire, aluno do 2.º ano, em nome dos veteranos

Ilmo. Sr. Diretor, Senhores professores, sr. administrador, meus senhores, caros colegas. Nesta solenidade em que a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" comemora o seu décimo terceiro aniversário, me foi dada a honra de falar, representando a classe do 2.º ano. Indicado para tão honroso encargo, não me envergonho absolutamente, pois reconheço não ser capaz de transmitir em frases eloquentes a objetividade destas palavras.

Ao ensejo desta comemoração, nós, alunos do 2.º ano, levamos aos novos alunos a nossa saudação e amizade; estendemo-lhes as mãos para que, unidos pela mesma causa possamos prosseguir com entusiasmo. Edifiquemos muralhas em torno de nós mesmo afim de defendermos o nosso lema: "Lutar e Vencer", isto é, estudar com afin, trabalhar em prol do nosso futuro, cumprindo com todos os deveres da vida escolar — isso para que, mais tarde possamos ver corado de êxito o nosso esforço, tornarmo-nos homens capazes de resolver nossos problemas, e dentro da nossa capacidade profissional, resolver problemas agrícolas em diversos pontos do nosso país.

Unidos sejamos enquanto nos encontramos juntos sob o tecto da nossa Escola, procurando corresponder a expectativa dos nossos professores, procurando compreender a objetividade do ensino que estamos recebendo.

Quando daqui sairmos, havemos de nos separar para lugares diferentes, não nos separemos porém pela maneira de agir e proceder. Procuremos revelar e propagar os conhecimentos que aqui adquirimos, se assim o fizermos estamos realizando uma grande obra pelo Brasil e elevando o nome e a tradição da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". Seiais bem-vindos senhores "calouros", eu, em nome do segundo ano vos recebo com amizade. Tenho dito.

Discurso do estudante Joviniano Pontes Brito, aluno do 1.º ano, em nome dos calouros.

Ilmo. Sr. Diretor, Senhores professores, meus senhores e senhoras, prezados colegas. Em nome dos alunos do 1.º ano e do curso prévio, venho neste momento solene agradecer de coração, os sentimentos de gratidão, pela prova de distinção e amizade que ora nos foi dada pelos nossos colegas do 2.º ano. Desejaria neste momento possuir capacidade intelectual, para melhor externar os nossos agradecimentos, e corresponder nestas palavras, o gesto brilhante dos nossos companheiros de estudo. E' pelos meus companheiros e por mim em particular, que prometo: havemos de corresponder ao apêlo que nos foi feito, e amanhã, quando formos também veteranos, havemos de orientar os nossos colegas calouros que nos

precederem, portanto nós, calouros de hoje e veteranos de amanhã, vimos agradecer penhoradamente aos nossos colegas e amigos do 2.º ano.

Relação de prêmios e de alunos premiados

Prêmio "Miguel Calmon" — José Antonio Simões Lopes — Presidente do Clube Agrícola Miguel Calmon — aluno do 2.º ano.

Prêmio Prof. Antonio de Arruda Camara — Joel de Almeida Freire — aproveitamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Dr. Luis Simões Lopes — Lucas Martins de Abreu — aproveitamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Dr. Ildefonso Simões Lopes — Luis da Silva Cezar — aproveitamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Sociedade Nacional de Agricultura — José de Oliveira — aproveitamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" — Joviniano Pontes Brito — aproveitamento — aluno do 1.º ano.

Prêmio Fundação Getúlio Vargas — José Bernardes — aproveitamento — aluno do 1.º ano.

Prêmio Serviço de Informação Agrícola — Djalma Bandeira Lima — aproveitamento — aluno do 1.º ano.

Prêmio Prof. Geraldo Goulart da Silveira — Edson Costa Rodrigues — aproveitamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Prof. Subael Magalhães da Silva — Jairo Miranda — comportamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Prof. João Moreira Bartholo e Jalmir Guimaraes Gomes — Alfredo Fornazelli — comportamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho — Sival Martins dos Santos — estudo a noite — curso prévio.

Prêmio Prof. Amaury Silveira e Pedro Pais Barras — Bertoldo José de Moura — estudo a noite — curso prévio.

Prêmio Assist. Agrícola Castello Borges e Severina Gonçalves Camara — Antonio Malheiros — estudo a noite — aluno do 1.º ano.

Prêmio Dr. Arthur Torres Filho — José Louredo — estudo a noite — aluno do 2.º ano.

Prêmio Adriano Dantas — Rubem Henrique Jacundá — T. Práticos — curso prévio.

Prêmio Assit. André da Silva Neto e Antonio Albani — Newton Rousa de Moura — T. Práticos — aluno do 1.º ano.

Prêmio Prof. Manoel Paulino Cavalcanti e Henrique Vaz — José de Almeida Nogueira — T. Práticos — aluno do 2.º ano.

Competições esportivas promovidas pelo Clube Agrícola Miguel Calmon em comemoração do 13.º aniversário da Escola de Horticultura "W. Bello".

Prêmio Sociedade Nacional de Agricultura — (Corrida de bastão — menores) — Vencedor: Geraldo Raimundo.

Prêmio Fundação Getúlio Vargas — (Corrida de bastão — maiores) — Vencedor: Lucas Martins de Abreu.

Prêmio Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" — (Corrida de saco — maiores) — Vencedor: Rubem Henrique Jacundá.

Prêmio Dr. Luis Simões Lopes — (Corrida de agulha — menores) — Vencedor: Djalma Bandeira.

Prêmio Dr. Antonio de Arruda Camara — (Comer maçã — menores) — Vencedor: Antonio Malheiros.

Prêmio Clube Agrícola "Miguel Calmon" — (Cor-

rida de saco — menores) — Vencedor: Edison Fernandes.

Prêmio Dr. Arthur Tôrres Filho — (Corrida de agulha — maiores) — Vencedor: Newton Rosa de Moura.

Prêmio Prof. Geraldo Goulart da Silveira e Assist. Agrícola Castello Borges — (Comer maçã — maiores) — Vencedor: Antônio Segurado.

Prêmio Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho e Assist. Severino Gonçalves Câmara — (Quebra pote — menores) — Vencedor: Almir Coelho de Souza.

Prêmio Prof. Subael Magalhães da Silva e Assist. André da Silva Neto — (Quebra pote — maiores) — Vencedor: Odimar da Silva Romalho.

Prêmio Prof. Jalmírez Guimarães Gomes e Assist. Antônio Albani — (Corrida de ovo na colher — me-

nores) — Vencedor: Mozart Dantas.

Prêmio Prof. Amaury Silveira e Pedro Pais Barros — (Corrida de ovo na colher — maiores) — Vencedor: Alfredo Fornazelli.

Prêmio Dr. Mário Vilhena e William Simão — (Saltar obstáculo e apanhar bastão — menores) — Vencedor: José Seraphim.

Prêmio João Moreira Bartalo e Flávio Mesquita — (Saltar obstáculo e apanhar bastão — maiores) — Vencedor: Sinval Martins dos Santos.

Prêmio Prof. Luis Alves de Matos — (Cabo de guerra) — Vencedor: José Bernardes, Geraldo Raimundo, José de Almeida Nogueira, Rubem Oenrique Jacundá e João José Barbosa.

Prêmio Adriano Dantas — (Corrida de carniça) — Vencedores: Mozart Dantas e Geraldo Raimundo.

A LUTA CONTRA O ABORTO BOVINO (BRUCELOSE)

JORGE VAITSMAN

Médico-Veterinário

Já por diversas vezes temos tomado a atenção de nossos leitores, advertindo-os para o grave perigo que os bovinos atacados de **abôrto infeccioso** (Brucelose) representam para a saúde humana. A doença no animal é, de certo modo, benígna, pois a vaca que aborta logo se refaz e, ao fim de algum tempo, mostra tôda aparência de boa saúde e normalidade. Entretanto, continua ela espalhando, pelo seu leite, principalmente, perigosos micróbios que vão causar doenças grave às pessoas que se alimentam daquêle produto, diretamente ou sob a forma de seus subprodutos, como o queijo, etc.

É também, doença de consequências econômicas más para o criador, pois ela se espalha com muita facilidade, durante muitos anos o rebanho atingido apresenta grande percentagem de abôrtos, com reflexo na queda da produção leiteira. Infelizmente, não é doença que possa ser curada, ainda, com facilidade. Em muitos países, inclusive no Brasil, já existem leis que recomendam o sacrifício, com indenização, dos animais atingidos pelo **abôrto infeccioso**. Não é esta uma doença fácil de evitar na fazenda, com vacinação rotineira, como são a Peste da Manqueira, o Carbúnculo Verdadeiro, a Raiva, etc. Isto não quer dizer que a doença não possa ser combatida. Pode sim, mas não basta a

ação nem o desejo particular do criador, como nos outros casos citados. A luta contra a Brucelose exige íntima cooperação do criador com os veterinários, principalmente os profissionais sanitaristas do Ministério da Agricultura. O criador interessado no desaparecimento da doença em sua fazenda deve, inicialmente, solicitar de um serviço oficial, a identificação dos doentes e disseminadores, o que só é possível depois do exame de sangue de todos os bovinos da fazenda. Os reagentes, isto é, os que apresentarem "exame de sangue positivo" devem ser afastados do rebanho e sacrificado. É a única medida eficiente. Os animais novos, sujeitos à doença, devem ser vacinados com a Vacina Antibrucela, mas esta vacinação só deve ser executada pelos veterinários oficiais. No mercado de drogas veterinárias, o criador encontrará, talvez à venda produtos aconselhados para a vacinação contra o abôrto (brucelose). Entretanto, não deve usá-las em seu rebanho por conta e risco próprios. A luta contra a Brucelose, para ser radical e eficiente exige um rigoroso contrôle oficial. É por isso que advertimos os criadores contra os perigos de usar tais vacinas por sua iniciativa particular. Neste, como em muitos problemas pecuários, torna-se indispensável que o criador procure a orientação e aceite as recomendações dos serviços públicos especializados.

PROGRAMA DOS TRABALHOS DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DA FEBRE AFTOSA

DE 5 A 11 DE SETEMBRO DE 1950

Terça-feira, dia 5

Às 9 horas — Sessão preparatória.

Às 14 horas — Sessão de instalação com a presença de autoridades e Comissões da Agricultura, da Câmara e do Senado.

Discurso do Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Animal.

Conferência do Dr. Sílvio Torres.

Às 20 horas, reunião da 1.ª Comissão Relatora.

Quarta-feira, dia 6

Às 9 horas — Reunião da 2.ª Comissão Relatora.

Às 14 horas — Continuação dos trabalhos da 2.ª Comissão Relatora.

Às 20 1/2 horas — Conferência do Prof. Otto Waldmann.

Quinta-feira, dia 7

Às 8 horas — Visita às instalações do quilômetro 47, saindo os ônibus da Praça Quinze, Edifício da Caça e Pesca.

Almôço no restaurante da Universidade Rural.

Sexta-feira, dia 8

Às 9 horas — Reunião da 3.ª Comissão Relatora.

Às 14 horas — Sessão plenária.

Às 20 1/2 horas — Conferência do Dr. Alfredo Telles Giron.

Sábado, dia 9

Às 9 horas — Sessão plenária.

Às 14 horas — Reunião da Comissão Organizadora do Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa.

Domingo, dia 10

Às 9 1/2 horas — Continuação dos trabalhos da Comissão Organizadora do Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, até a sua conclusão.

Segunda-feira, dia 11

Às 9 horas — Sessão plenária para discussão e aprovação do Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa.

Às 21 horas — Jantar de encerramento com a presença do Sr. Ministro da Agricultura e Diretor Geral do D.N.P.A.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Divisão de Defesa Sanitária Animal

Rio de Janeiro, D. F.

Em 21-7-50.

Do Presidente da Comissão Organizadora

Ao Sr. Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura — N. Capital.

Assunto: Transmite regulamento e programa dos trabalhos da 1.ª Conferência Nacional de Febre Aftosa.

Senhor

Tenho a honra de vos transmitir inclusos, o regulamento e o programa dos trabalhos da Primeira Conferência Nacional de Febre Aftosa, que deverá

realizar-se nesta Capital de 5 a 11 de setembro próximo, de acordo com a Lei n.º 493, de 19 de novembro de 1948.

Tatando-se de uma assembléia que estudará assunto da mais alta importância para o desenvolvimento da economia do país, no setor da pecuária, onde a incidência da zoonose em foco vem repercutindo desastrosamente, inibindo os esforços empregados na política de aumento da produção e contribuindo ao desequilíbrio, cada vez mais em evidência, entre os estoques disponíveis e às exigências do consumo, estou certo que a matéria receberá o apoio da vossa valiosa cooperação.

Sirvo-me do ensejo para renovar os meus votos de estima e consideração.

Aluizio Lobato Valle

Presidente da Comissão Organizadora

1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE FEBRE AFTOSA

RESOLUÇÃO

Por iniciativa do saudoso Deputado Dr. Maurício Gracco Cardoso foi proposta a convocação da 1.ª Conferência Nacional de Febre Aftosa, mediante projeto apresentado e brilhantemente justificado, ao Congresso Nacional, sendo posteriormente, assinado o Decreto n.º 26.343 de 10 de fevereiro de 1949, abrindo crédito especial destinado à sua realização.

REGULAMENTO

Art. 1.º — A 1.ª Conferência Nacional de Febre Aftosa será realizada no Rio de Janeiro, de cinco a onze de setembro de 1950, sob o alto patrocínio de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, pelo Ministério da Agricultura em colaboração com as Secretarias da Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, Associações Rurais e Instituições Científicas que se dedicam ao estudo dessa virose.

Art. 2.º — A Conferência terá por finalidade debater o temário apresentado e sugerir diretrizes ao desenvolvimento de uma grande campanha de combate à Febre Aftosa.

Art. 3.º — O Presidente da Comissão Organizadora, designada pela Portaria n.º 71 de 20 de dezembro de 1949 do Sr. Diretor Geral do D.N.P.A., reunirá os membros da Conferência para uma Sessão Preparatória, com o objetivo de aclamar:

1.º — O Presidente de honra.

2.º — A Mesa Diretora da Conferência, constituída de:

- a) um Presidente
- b) três Vice-presidentes
- c) um Secretário Geral
- d) três Secretários.

3.º — Três Comissões Relatoras.

DAS SESSÕES

Art. 4.º — Além das sessões de instalação e encerramento, haverá tantas sessões plenárias, quantas forem necessárias a juízo do Presidente da Conferência, que as convocará anunciando a respectiva ordem do dia.

Art. 5.º — O Presidente da Conferência distribuirá pelas Comissões competentes as contribuições apresentadas e os assuntos do temário a serem relatados.

Art. 6.º — Nas sessões plenárias serão discutidas e votadas as recomendações e as resoluções das diferentes Comissões.

Art. 7.º — As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente voto de desempate.

DAS COMISSÕES

Art. 8.º — Cada Comissão Relatora terá um presidente e um secretário, eleitos pelos seus membros.

Parágrafo único — O Presidente designará um relator para cada trabalho ou assunto do temário debatido na Comissão.

Art. 9.º — As Comissões estudarão as proposições apresentadas, fundamentando, por escrito o seu parecer.

Art. 10.º — Além do julgamento dos trabalhos submetidos à apreciação, as Comissões apresentarão também ao plenário, pareceres sobre a matéria indicada no programa da Conferência.

Art. 11.º — Haverá sessões das Comissões sempre que os seus respectivos presidentes as convocarem.

Art. 12.º — O Presidente da Conferência designará uma quinta Comissão, de nove membros, incumbida de organizar o PLANO NACIONAL DE COMBATE À FEBRE AFTOSA que será discutido nas últimas sessões plenárias.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13.º — A Comissão Organizadora providenciará a publicação das recomendações da Conferência e dos trabalhos aprovados.

Art. 14.º — As dúvidas que surgirem na interpretação deste Regulamento e as omissões que nele se verificarem, serão resolvidas pelo Presidente da Conferência.

Noticiário da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

III Semana do Hortelão

Realizar-se-á na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", sob os auspícios e orientação da Sociedade Nacional de Agricultura e da Fundação Getúlio Vargas, com a colaboração do Ministério da Agricultura, e da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, a III Semana do Hortelão.

Durante o período de 3 a 9 de Julho, hospedará a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", sob regime de internato inteiramente gratuito, vinte e cinco lavradores do Distrito Federal e de outros Estados, que assistirão aulas, demonstrações práticas, palestras, etc., sob os mais variados problemas relacionados com a horticultura.

Além dos internos admitirá ainda a Escola, matrículas sob regime de externato, também gratuito, para todos os interessados nos problemas da horticultura.

Semana do Fazendeiro

Representará a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" na Semana do Fazendeiro da Universidade Rural, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, que foi, pelo Reitor da U.R., convidado para integrar a Comissão Executiva do referido certamen.

Cursos Práticos

Serão realizados no período de Julho a Setembro, na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, os seguintes Cursos Práticos:

- a) Melhoramento do Solo;
- b) Organização de Herbários;
- c) Restauração de Pomares;
- d) Economia e Administração Rural;
- e) Floricultura;
- f) Cultura de Hortaliças Foliáceas;
- g) Contabilidade Agrícola;
- h) Apicultura.

Da mesma forma que todos os outros cursos ministrados na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", os atuais serão inteiramente gratuitos.

Designação de professores

Foram designados para lecionarem nos Cursos Práticos em colaboração com a Fundação Getúlio

Vargas, os Professores Geraldo Goulart da Silveira, Subael Magalhães da Silva, Guaracy Lavour, Pedro Goulart da Silveira Filho e os assistentes Agrícola Castelo Borges e Severino Gonçalves Comara.

Clube Agrícola Miguel Calmon

Continuam muito animadas as atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, constituído pelos alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

É Diretor do Clube, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, e Presidente, o estudante José Antonio Simões Lopes, aluno do segundo ano.

Movimento da Escola em 1949

Foi o seguinte o movimento de matrículas o ano passado, na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello":

- a) Cento e quatro alunos nos cursos permanentes, que funcionam sob regime de internato;
- b) Seiscentos e oitenta e quatro alunos nos Cursos Práticos, que funcionam sob regime de externato;
- c) Cento e sessenta e dois alunos nos Cursos de Extensão, que funcionam sob regime de externato.

Conforme se verifica, passaram pela Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", em 1949, **noventa e cinquenta alunos**, o que é um índice bastante expressivo do que vem realizando a Sociedade Nacional de Agricultura em prol do ensino horticola no país.

Uma expressiva homenagem

No dia 15 de Maio, data do aniversário da Escola, foi prestada ao Dr. Antonio de Arruda Câmara, que a dirige desde 1937, uma expressiva homenagem pela passagem de mais um aniversário de sua fecunda administração, usando da palavra, em nome do corpo docente, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, em nome do corpo discente os estudantes Edson Costa Rodrigues e Joviniano Brito e em nome do Clube Agrícola, o estudante José Antonio Simões Lopes.

AUMENTE SUAS SAFRAS

diminuindo o custeio - com o **TRATOR**

FORD

Visite o seu Revendedor Ford e peça uma demonstração do Trator Ford. Ficará impressionado, antes de tudo, com sua rapidez: a rapidez com que êle chega ao local de trabalho; a rapidez com que é engatado o implemento (em 1 minuto ou menos!); a rapidez com que faz as curvas; a rapidez com que ara até em terrenos ainda não roçados! Um exemplo? *Ford ara, em média, 2-1/2 hectares em um dia, e gradeia 1 hectare por hora!*

Mas o Trator Ford lhe oferece ainda muitas outras qualidades: é extremamente econômico, é facilimo de manejar, oferece absoluta segurança, dispõe de uma linha completa de implementos especialmente construída para trabalhar com Ford.



**O TRATOR
FORD
EXECUTA
SERVIÇOS LEVES
E PESADOS**

Graças ao novo sistema de Engate em 3-Pontos — importante inovação Ford — a tendência de o implemento levantar, ao encontrar a resistência do solo, é transformada em maior aderência das rodas traseiras, o que aumenta sua força de tração, igualando-a à de tratores mais pesados.

ALGUMAS VANTAGENS DO CONTRÔLE HIDRÁULICO FORD



1. Permite transportar os implementos suspensos do solo, economiza tempo, não danifica o implemento, nem a estrada.



2. Permite executar curvas fechadas, aumenta o rendimento do trabalho e economiza gasolina.



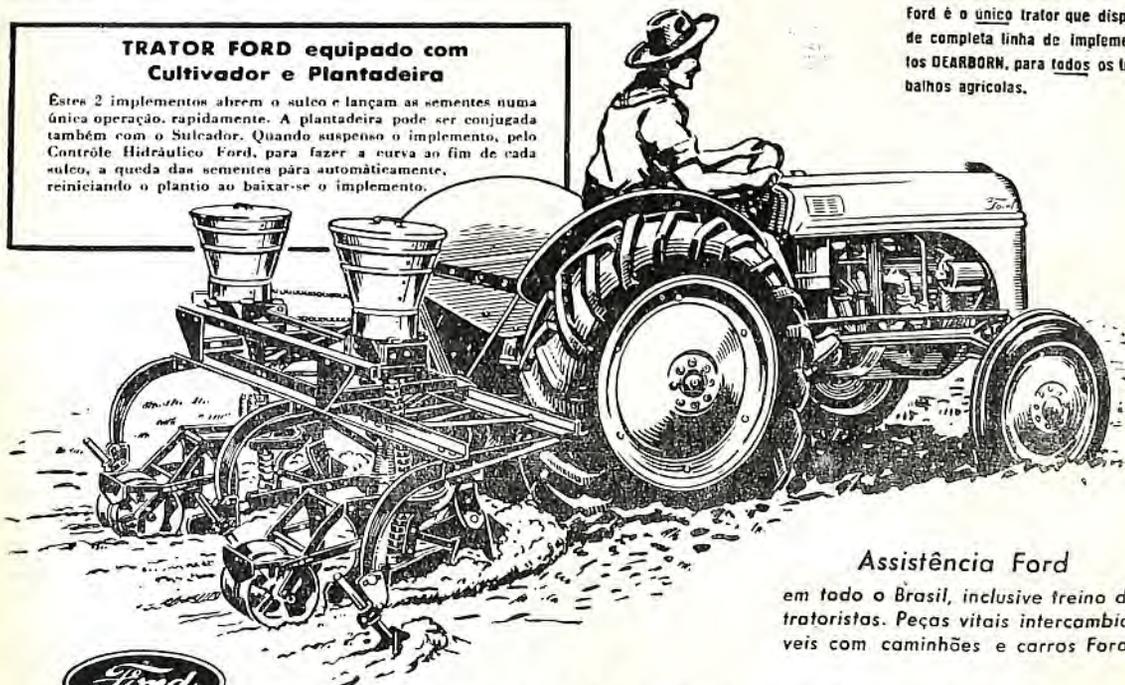
3. Regula automaticamente a profundidade do implemento, em terrenos acidentados ou alagadiços.



Ford é o único trator que dispõe de completa linha de implementos DEARBORN, para todos os trabalhos agrícolas.

TRATOR FORD equipado com Cultivador e Plantadeira

Estes 2 implementos abrem o sulco e lançam as sementes numa única operação, rapidamente. A plantadeira pode ser conjugada também com o Sulcador. Quando suspenso o implemento, pelo Contrôlo Hidráulico Ford, para fazer a curva ao fim de cada sulco, a queda das sementes pára automaticamente, reiniciando o plantio ao baixar-se o implemento.

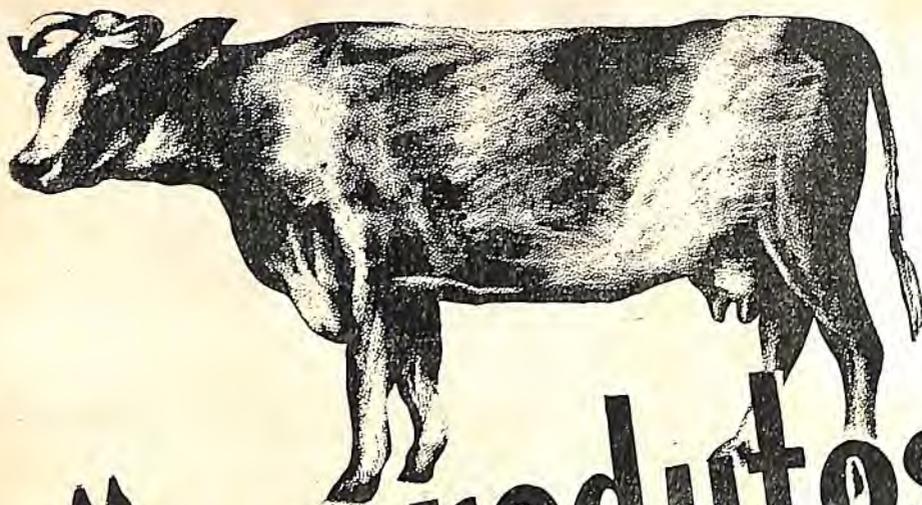


Assistência Ford

em todo o Brasil, inclusive treino de tratoristas. Peças vitais intercambiáveis com caminhões e carros Ford!



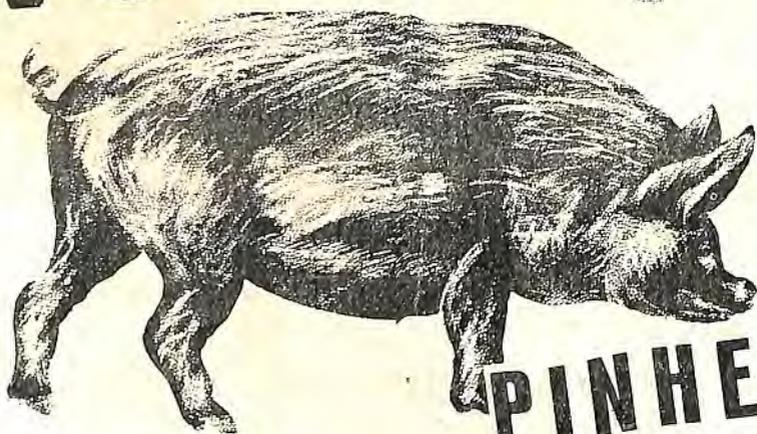
FORD MOTOR COMPANY



produtos



veterinários



PINHEIROS
CAIXA POSTAL 951 - SÃO PAULO